

**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**JOAQUIM FRANCISCO SOARES GUIMARÃES**

**MEMÓRIAS DE EDUCADORAS SERGIPANAS: PRÁTICAS ESCOLARES E  
CULTURA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE UMBAÚBA/SE (1955 – 1989)**

**ARACAJU – 2014**

**MEMÓRIAS DE EDUCADORASSERGIPANAS: PRÁTICAS ESCOLARES E  
CULTURA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE UMBAÚBA/SE (1955 – 1989).**

**JOAQUIM FRANCISCO SOARES GUIMARÃES**

Dissertação apresentada como pré-requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre em  
Educação no Programa de Pós-graduação em  
Educação na linha História da Educação –  
Universidade Tiradentes.

**PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO**

**ARACAJU – 2014**

**MEMÓRIAS DE EDUCADORAS SERGIPANAS: PRÁTICAS ESCOLARES E  
CULTURA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE UMBAÚBA/SE (1955 – 1989)**

**JOAQUIM FRANCISCO SOARES GUIMARÃES**

Dissertação apresentada como pré-requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre em  
Educação no Programa de Pós-graduação em  
Educação na linha História da Educação –  
Universidade Tiradentes.

APROVADA EM: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

---

Prof. Dr. Elison Antonio Paim

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilka Migllio Mesquita

**ARACAJU – 2014**

963m Guimarães, Joaquim Francisco Soares.

Memórias de Educadoras sergipanas: práticas escolares e cultura escolar no Município de Umbaúba-SE no período de 1955-1989 / Joaquim Francisco Soares Guimarães; orientação [de] Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto – Aracaju-SE ; 2013

157 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Pesquisa e Extensão,  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, 2013.

1. Educação. 2. Educadoras sergipanas. 3. Práticas escolares. 4. Umbaúba. 5. Sergipe

I.Raylane Andreza Dias Navarro Barreto [orientadora].

II.Universidade Tiradentes.

CDU: 37.011.31(813.7)

Bibliotecária Alda Teresa Nunes de Freitas CRB- 5/1279

Aos meus pais (*in memoriam*) – Como eu queria que vocês estivessem aqui! –

À minha família,

À minha orientadora.

## AGRADECIMENTOS

*Perdi-me nos teus braços...Onde o tempo caminha e descaminha.(Miguel Torga)*

Guiado pelos fios destes versos, entro no labirinto dos meus próprios sentimentos. O labirinto da minha infância, para mim o primeiro. Não caminhei sozinho. Aproximei meu rosto do silêncio e da treva, para buscar a luz do conhecimento acesa pelas minhas primeiras professoras. Quando já adulto, percorro novamente este caminho. Eis que encontrei a saída! Agora, posso contar uma história da educação de Umbaúba.

Agradecer à minha entrada no labirinto é rememorar minha existência. Como lembram os versos acima, “o tempo caminha e descaminha”, então, entre retornos e avanços busco a luz de um tempo limpo. Mas aqui cheguei e posso dizer: chegar ao fim também é começo. Não estive sozinho nos giros e deslocamentos por entre as curvas, paredes, retas e obstáculos do labirinto. Este percurso que se mostrará pelas palavras que seguem é fruto das experiências vividas e compartilhadas dentro do labirinto, onde estiveram também, amigos/as, mestres/as, colegas, família...

Então chegou a hora de agradecer aos que me fizeram companhia. Primeiro a DEUS e à minha família – meus pais, Marisete Soares Guimarães e Elvino Moreira Guimarães (*in memoriam*); minhas irmãs, Luiza Maria e Josefa dos Santos; meus sobrinhos, Nyanne Guimarães, Jorge Luiz e Lana Viviane. Estas companhias foram fontes de inspiração para esta produção; agradeço também à pequena Maria Eduarda que veio me ajudar a “contar e recontar outras histórias”.

À minha orientadora, amiga e conselheira, Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, que com suas orientações bem dirigidas, soube como ninguém ultrapassar as fronteiras de instrutora, para ser uma sábia educadora. Como esquecer as manhãs, tardes, noites e madrugadas em que me debrucei sobre as leituras indicadas? Como não lembrar as minhas idas animadas aos momentos de orientação e os retornos para casa, cabisbaixo e de olhar abatido, pois quase nada se aproveitou? Também me vem à memória a sua voz retumbante: “A rede caiu Joaquim!”, expressão usada para reparar rachaduras na produção da minha escrita. Quantos mecanismos procurei para me defender e não deixar a “rede cair!” Sempre me lembrarei das viagens para Congressos, Colóquios e Encontros em busca da circulação de novos ares do saber. Enfim, temos muito a lembrar! Bem sei que a verdade nem

a perfeição existem, mas esta conselheira, com certeza, se aproxima delas. Por isso, eis uma profissional modelo que me inspira, motiva e encoraja a adentrar em outros labirintos.

Quero agradecer à Professora Dr.<sup>a</sup> Ilka Miglio de Mesquita pelos conhecimentos adquiridos sobre a História da Educação, cujo conteúdo das aulas ressurgia na minha memória a cada linha deste trabalho. Aprendi a sorrir mesmo estando em situações adversas. ILKA, você é a representação concreta da alegria!.

Aos professores doutores do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), que ampliaram meu capital cultural na leitura da História da Educação, dos Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa e dos Tópicos Especiais da Educação, a saber: Dr.<sup>a</sup> Dinamara Garcia Feldens, Dr. Miguel André Berger e Dr.<sup>a</sup> Giovana Scareli. Sempre me pergunto: Como esquecer as aulas nas tardes de terças e quartas-feiras no Bloco F da UNIT? Pois foi lá onde tudo começou. Além dos professores visitantes: Carlos Eduardo Vieira, Jorge Carvalho do Nascimento e Marcus Levy Bencostta, entre outros que “visitaram” o PPED/UNIT e trouxeram valiosos conhecimentos para minha formação.

À Câmara Municipal de Vereadores de Umbaúba, na pessoa do Presidente Ilm.<sup>o</sup> Sr. Carlos Alexandre Santos Costa e aos demais funcionários, pela disponibilidade em servir documentos, leis e decretos que muito revelaram sobre o período histórico entre os anos de 1955 a 1989. Os meus agradecimentos também se destinam à Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba (SMEU), na pessoa do Secretário Municipal de Educação, professor Carlos André Araujo Menezes e da responsável pelo arquivo central da SMEU, professora Iranil Dantas da Gama. Bem como à direção e a todos os que fazem parte da equipe técnica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adelman Cavalcante Baptista e do Colégio Estadual Dr. Antonio Garcia Filho, pelo apoio e disponibilização do material de pesquisa. Não poderia esquecer o apoio e parte do financiamento da Universidade Tiradentes (UNIT), por meio da concessão de Bolsa de Qualificação Profissional.

Como diz o poeta Casimiro de Abreu: “Oh! Que saudade que eu tenho da aurora da minha vida, da minha infância querida que os anos não trazem mais!”. Por estas palavras não quero e nem posso esquecer das minhas primeiras professoras, SUJEITOS DESTE ESTUDO, que fazem parte do objeto investigado, pois sem elas não chegaria até aqui. Estimadas educadoras que se dispuseram gentilmente a participar desta pesquisa rememorando suas trajetórias de vida profissional. De maneira especial agradeço às professoras: Acinete Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Josefina Batista Hora, Maria Izabel dos Santos, Maria Lita Silveira, professora Maura Fontes Hora e Risoneuma Soares Feitosa. Assim, por possuímos uma história em comum, somos – como diz Alessandro Portelli – “companheiros

de destino”. Sem as lembranças das minhas professoras esse trabalho não seria realizável, nem tampouco eu seria um contador de histórias.

Entre idas e vindas muitas pessoas atravessaram meu caminho e, como disse Charles Chaplin: “Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e, não nos deixam sós, porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós.” Deste modo, tenho muito que agradecer, por ocasião da conclusão desse trabalho. Lembrar-se de todas é quase impossível, mas não hei de olvidar as pessoas que estiveram mais próximas e, por isso, me estimularam a seguir nesta caminhada. Assim, listarei alguns, mesmo sabendo que corro o risco de esquecer-me de muitos, isso porque a memória também é repleta de esquecimentos.

Ao amigo de todas as horas e colega de pesquisa, Rony Rei do Nascimento Silva, que junto comigo soube “ouvir contar” o que narravam as professoras. Pequeno rapaz que acompanhou minha caminhada na pós-graduação, revelando-se um grande ajudante nesta produção, amparando-me nos momentos mais difíceis desse trabalho. Mais que um amigo, é parte da minha família. É o irmão homem que não tive! Nossas discussões estão reveladas nas palavras desse trabalho e sua imagem está refletida de forma singular nessa pesquisa.

Também aos companheiros de estrada, no mestrado, que comigo dividiram a mesma orientadora, os mesmos sonhos, as mesmas alegrias, dúvidas e inquietações, a saber: Alice Ângela Thomaz, André Augusto Andrade, Cacia Valeria de Rezende, Laísa Dias Santos, Luzianne dos Santos e Marcus Aldenison – irmãos de orientação, adotados pelo conhecimento.

Como diz a canção da América: “Amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração” e por isso não posso deixar de registrar os amigos do peito, Claudivan Santos Guimarães, José Renan dos Santos Torres, Lays Araújo Ribeiro (Xuxa), Dr.<sup>a</sup> Marlene Francisca do Carmo Procópio, Tarcisio Lima de Souza, Waldiney Santos Silva, Wollace Santos Conceição e as muitas comadres e muitos compadres. Sem os quais eu não seria “eu”, logo, não contaria esta HISTÓRIA.



*Pensar é entrar no labirinto, mas precisamente é fazer existir e aparecer um labirinto, quando se poderia ter ficado estendido entre as flores, a olhar o céu.*

*(CASTORIADES, 1999, p. 52)*

## RESUMO

A presente dissertação de Mestrado em Educação toma por objeto de estudo as narrativas orais das professoras Acinete Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Josefina Batista Hora, Maria Isabel dos Santos, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora e Risoneuma Soares Feitosa, residentes no município de Umbaúba, cidade localizada no sul sergipano; e tem como problema: Como se configurou a educação escolar em Umbaúba/SE? As suas memórias representam experiências vividas na família, no grupo de convívio e na instituição escolar e se revelam potentes em possibilitar um novo processo de leitura/escrita da história da educação de Umbaúba, quiçá de Sergipe, pois são capazes de revelar um passado alargado. O objetivo geral foi compreender como as professoras constituíram seus modos de educar. Assim, lanço mão dos seguintes objetivos específicos: desvelar como se compuseram as biografias das 07 (sete) educadoras pelos epítetos que lhes representam no trajeto percorrido na/pela educação e analisar como se constituíram os modos de educar em Umbaúba no período de 1955 a 1989. O pressuposto que persigo é que a educação escolar foi institucionalizada pelas professoras Acinete Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Josefina Batista Hora, Maria Isabel dos Santos, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora e Risoneuma Soares Feitosa – coincidentemente minhas professoras – pois eram estas que estavam atuando nas escolas criadas no município de Umbaúba, fundado em 1954. A significância de tomar as personagens para a pesquisa relacionada à história da educação de Umbaúba se encontra na razão de que suas narrativas do viver na escola muito dizem de suas composições como professoras. Ao me apropriar das memórias das professoras e concebê-las como fruto de sujeito fazedor de sua própria história, busquei na História Cultural e Social Inglesa, segundo Edward P. Thompson (1981) e Raphael Samuel (1997), respaldo teórico para operar historiograficamente por lentes “vistas de baixo”. Para tal, fiz uso da metodologia da história oral, segundo as análises realizadas por Alberti (2005) e Montenegro (2010), bem como das categorias de análise: “cultura escolar”, de Julia (2001), e “Práticas Escolares”, de Faria Filho e Vidal (2002). Assim, conclui-se que os modos de educar das educadoras aqui analisadas, foram constituídos pelas formas como estas interagem no ensino escolarizado, sob a égide dos marcos normativos, e que tais professoras participaram do processo de institucionalização da educação de Umbaúba.

**Palavras-Chave:** Modos de Educar. Memória. Professoras. Umbaúba.

## ABSTRACT

This thesis Master of Education takes as its object of study the oral narratives of the teachers Acinete de Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Josefina Batista Hora, Maria Isabel dos Santos, Lita Maria Silveira, Maura Fontes Hora and Risoneuma Soares Feitosa, residents in the municipality of Umbaúba, a town in southern Sergipe and its problem: How to set up the school education Umbaúba/SE? Their memories represent experiences in family, group interaction and educational institution and reveal powerful in enabling a new process of reading / writing of the history of Umbaúba perhaps Sergipe education, they are able to reveal a broad past. The overall goal was to understand how teachers formed their ways of educating. So I draw the following specific objectives: unveiling as the biographies composed of seven (07) teachers by the epithets that represent them on the path traversed in / for education and examine how constituted modes of educating Umbaúba in the period 1955-1989. The assumption is that I pursue that education was institutionalized by the teachers Acinete de Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Josefina Batista Hora, Maria Isabel dos Santos, Lita Maria Silveira, Maura Fontes Hora and Risoneuma Soares Feitosa – coincidentally my teachers – they were those who were working in the schools established in the city of Umbaúba, founded in 1954. The significance of taking the characters to the research related to the history of education Umbaúba is the reason that their narratives of living in school say much of his compositions as teachers. By appropriating me of memories of the teachers and interpret them as the result of doer subjects of their history, sought in the cultural and social history of English, according to Edward P. Thompson (1981) and Raphael Samuel (1997) theoretical support to operate historiographically by lenses "from below". To this end, we used the methodology of oral history, according to the analysis made by Alberti (2005) and Montenegro (2010), as well as the categories of analysis "school culture" Julia (2001) and "School Practice" Faria Filho and Vidal (2002). Thus, it is concluded that the ways of educating the educators analyzed here were made by the ways these interacted schooled in education under the aegis of legal frameworks and that such teachers participated in the process of institutionalization of Umbaúba education.

**Keywords:** Educating modes. Memory. Teaching. Umbaúba.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                    |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 EU E MEU OBJETO: UMA HISTÓRIA EM COMUM.....</b>                                                                                                                                               | <b>15</b>  |
| <b>1.1 No diálogo com: Edward P. Thompson, Raphael Samuel, Erick Hobsbawm, Dominique Julia, Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes Faria Filho, Antonio Torres Montenegro e Verena Alberti.....</b> | <b>27</b>  |
| <b>2 POR ENTRE AS IMBAÚBAS E O RIACHO DA GUIA, ASSIM NASCEU UMBAÚBA E ATUARAM AS MINHAS PROFESSORAS.....</b>                                                                                       | <b>45</b>  |
| <b>2.1 No labirinto das trajetórias de vida... Biografias que se encontram na/pela educação.....</b>                                                                                               | <b>59</b>  |
| <b>2.2 No meio do caminho... A legislação.....</b>                                                                                                                                                 | <b>77</b>  |
| <b>3 MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS DOS MODOS DE EDUCAR: PRÁTICAS ESCOLARES E CULTURA ESCOLAR EM UMBAÚBA.....</b>                                                                                          | <b>89</b>  |
| <b>3.1 Das instituições educativas, das instalações escolares e da sua materialidade; dos saberes e métodos de ensino e das disciplinas escolares e dos exames.....</b>                            | <b>92</b>  |
| <b>3.2 Das comemorações cívicas; da religiosidade como marca de ensino; da disciplina dos corpos e os uniformes e dos castigos, das inspeções e a ordem imposta no ambiente escolar.....</b>       | <b>113</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Fica” o que significa.....</b>                                                                                                                                           | <b>139</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                                                                            | <b>148</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                                                                                                                                 | <b>155</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Formatura da 4ª Série Primária de Joaquim Francisco Soares Guimarães – 1979.....                                                                       | 15  |
| Figura 2 – Ilustração do Mapa de Sergipe, da árvore que dá nome ao município de Umbaúba, do riacho da Guia e fotografias das professoras objeto deste estudo..... | 45  |
| Figura 3 – Fachada do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista - Diretora, professora e alunos – 1974.....                                              | 89  |
| Figura 4 – Fachada da Escola Isolada da Fazenda Major – 1970.....                                                                                                 | 94  |
| Figura 5 – Fachada da Escola Isolada da Fazenda “Cruvelo” – 1969.....                                                                                             | 96  |
| Figura 6 – Fachada do Grupo Escolar Municipal Adelvan C. Batista – 1978.....                                                                                      | 99  |
| Figura 7 – Sala de Aula da Escola Isolada da Cidade – 1969.....                                                                                                   | 100 |
| Figura 8 – “Programa Básico do Ensino Primário”, expedido pelo CERES-02 (Centro Regional de Supervisão) – 1970.....                                               | 107 |
| Figura 9 – Desfile Cívico de 7 de Setembro 1978 - Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista.....                                                         | 112 |
| Figura 10 – Ilustração do Documento sobre a Programação para as Comemorações da Semana da Pátria – 1977.....                                                      | 115 |
| Figura 11 – Mini Banda Marcial da Escola Rural de Umbaúba – 1972.....                                                                                             | 116 |
| Figura 12 – Formatura do 4º ano primário – Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – 1975.....                                                                     | 117 |
| Figura 13 – Desfile Cívico de 7 de setembro de 1979 – Alunos da Professora Maria Lita Silveira.....                                                               | 118 |
| Figura 14 – Alunas da professora Maria Lita Silveira em Recital de Poesia – Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista – 1978.....                        | 119 |
| Figura 15 – Desfile Cívico de 7 de Setembro de 1977 – Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – Aluno Joaquim Francisco S. Guimarães.....                          | 121 |
| Figura 16 – Primeira Comunhão do aluno Joaquim Francisco Soares Guimarães – Evento do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – 1978.....                          | 123 |
| Figura 17 – Diário de Classe do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista, da professora Maria Isabel dos Santos.....                                    | 127 |
| Figura 18 – Farda do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – 1975.....                                                                                           | 128 |
| Figura 19 – Farda do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista – 1975.....                                                                               | 128 |

|                                                                                                                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 20 – Foto da Turma da 2ª Série do Grupo Escolar Dr. Antonio G. Filho: Professora Josefina Batista Hora e alunos na entrada principal do Grupo por ocasião do encerramento do ano letivo – 1964..... | 133 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## Capítulo um

### EU E MEU OBJETO: UMA HISTÓRIA EM COMUM

Figura 1 – Formatura da 4ª Série Primária de Joaquim Francisco Soares Guimarães – 1979



*Grupo Escolar Dr. Antônio Garcia Filho - Conclusão da 4ª Série - 1979*  
*Joaquim Francisco Soares Guimarães*

Fonte: Acervo particular de Marizete Soares Guimarães

Todo labirinto tem seu Minotauro. Eu sou o meu labirinto e o meu Minotauro; as minhas Ariadnes: minhas primeiras professoras; O novelo de lã: seus ensinamentos que me guiaram até aqui e permitiram o encontro comigo e com o outro. (Joaquim Francisco Soares Guimarães).

Minha vida escolar iniciou em 1974, na Escola Municipal Adelvan Cavalcante Batista, localizada à Praça Anfilóbio Viana, s/n na cidade de Umbaúba/SE. Lá tive meus primeiros sentimentos de medos, de frustrações e de alegrias relacionados à vida estudantil. Dos momentos de medos e frustrações lembro com muita vivacidade da figura da Diretora, Dona AlbaTavares Viana. Mulher de aspecto elegante, de olhar e atitudes rígidas, severa e de poucas palavras. Suas características se aproximavam com muita exatidão de um soldado do exército, isto porque o ideal de soldado é sinônimo de ordem, de regras, de organização e disciplina. Das suas atitudes, lembro-me com muita clareza, por exemplo, quando ela fazia rotineiramente a visita à sala de aula. Assim que cantávamos o Hino Nacional, da Bandeira, do Estado ou do Município no pátio da escola antes de entrarmos na sala de aula, chegava à diretora com uma lista “infundável” de ordem e castigos, estes para o caso de não cumprimento a uma das regras do colégio. Estes momentos se tornavam mais torturantes quando a diretora arregalava seus olhos e de forma sisuda, portando uma régua em suas mãos a batia no “birô” e dizia: “Quem manda na escola sou eu”. Tal ato se repetia todos os dias.

Outro fato que me deixou marcas e de certa forma inquieto, nesta escola, foi a forma de cumprimentá-la, ou seja, de saudar a diretora. Éramos obrigados a “bater continência” todas as vezes que a Senhora Diretora entrava na sala. De forma mecânica todos os alunos se levantavam e ficavam em posição de sentido, iguais a um pelotão de soldados, e de forma uníssona gritávamos “BOM DIA DONA DIRETORA”. Esse era o grito de ordem executado pela escola. Aliado a esta ação, estava o uniforme escolar, ou seja, a farda de cor cáqui que tinha como adereço um quepe (tipo de chapéu usado por soldados) que particularmente causava-me tristeza e desconforto no momento de usá-lo. Demorei em compreender a relação da diretora com a escola, o ensino, o professor e o aluno. Esta diretora usava um método muito próprio de administrar ou conduzir a escola, pois era muito severa em suas atitudes e comportamentos, fato que me transmitia medo, pressão e insegurança, isto se comparado com a diretora do Grupo Escolar “Dr. Antonio Garcia Filho”, D. Janete Aguiar de Souza Cruz, a qual será evidenciada mais adiante.

Quanto aos momentos de alegrias, são bem poucos os que ressoam na minha memória, tiveram como responsável a professora Maria Isabel dos Santos (Dona Consuelo). Era a “regente” da turma do pré-primário (modalidade que só era oferecida nesta escola), conhecida



também como a “mãe do Adelman”, devido à forma carinhosa e atenciosa que nos recebia quando da nossa chegada à escola. Ela acreditava no nosso potencial e nos deixava a vontade para expressar nossos pensamentos e nossas construções, permitindo assim que cada um mostrasse sua capacidade. Eram coisas muito simples como: deixar que usássemos caneta esferográfica (coisa que não era permitida na época), participar de várias brincadeiras, encenar pequenas peças teatrais, cantar e participar das comemorações alusivas ao dia da Pátria, das Mães, dos Pais e das Crianças.

Há um fato muito curioso nestas últimas informações, a saber: como éramos muito pequenos não nos era permitido, pela diretora, fazer nenhuma apresentação no pátio da escola e nem nos juntarmos com os “alunos grandes” para nenhuma atividade. Assim, a professora Maria Isabel dos Santos (D. Consuelo), trancava a porta da sala e com maestria, porque ela fazia com que nos sentíssemos grandes e importantes como os outros alunos, conduzia todas as atividades das quais éramos proibidos de fazer. Nossos expectadores: nós mesmos e a grande “professora mãe” que sempre aplaudia e motivava a turma. (Ah! Que saudades da doce professora Consuelo!). Outro momento de alegria foi, já ao final do ano letivo, quando a professora apresentou a relação dos aprovados para o 1º ano. Via naquele instante a possibilidade de nunca mais voltar a estudar naquela escola.

Assim, em 1975, fui matriculado no 1º ano do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, no qual estudei até o 4º ano. Mudança de escola, tudo novo, tudo diferente a começar pela diretora, Janete Aguiar de Souza Cruz (Dona Jane), pois trazia um sorriso estampado no rosto e um abraço cordial quando da minha chegada ao pátio da escola. Era o seu BOM DIA! Tanto para mim quanto para os outros alunos que chegavam. Neste mesmo momento os professores já esperavam seus alunos para formar a fila e cantar. Observo hoje que não havia a rigidez da escola em que iniciei meus estudos, pois eram cantadas outras músicas além dos hinos, a exemplo de: “[...] Oh! Minas Gerais! Oh! Minas Gerais! Quem te conhece não te esquece jamais, Oh! Minas Gerais [...]; Além do Horizonte deve ter algum lugar bonito pra gente viver em paz [...]”. Ato seguido, todos entravam nas salas e se prostravam a rezar. A professora “regente” da turma, Sra. Monesmare de Oliveira, tinha um aspecto biofísico que de imediato causava-me susto, era diferente das demais professoras por ser muito grande, ter uma voz rouca meio enrolada e com traços e trejeitos não muito feminino. No entanto, essas características não a deixam insensível, radical, imperativa e desagradável. Era portadora de um grande, amável e inteligente modo de tratar seus alunos.

O jeito simples da professora Monesmare ao ministrar os conteúdos, bem como a forma paciente de dizer que eu tinha errado e precisava fazer o dever novamente, transmitia

para mim grande segurança e força de vontade de aprender mais. Apesar de esta escola ter um modelo tradicional, tendo o professor como detentor do conhecimento, “Dona Mones” (forma carinhosa pela qual a chamavam), não tinha seus alunos como meros ouvintes e reprodutores daquilo que era dito em sala de aula. Hoje sei fazer essa análise, pois os estudos e leituras realizadas na área da educação me deram condições de esclarecer tal prática e consequentemente emitir um parecer. Sua forma de ensinar já desafiava as práticas escolares vigentes da época (talvez de forma inconsciente), pois sempre buscava ouvir meu entendimento sobre aquilo que estava acontecendo em sala de aula. Assim, também fazia com os demais colegas.

Os três anos seguintes do primário foram marcados de mudanças, pois a diretora, Dona Janete Aguiar, foi destituída do cargo e foram empossadas duas professoras vindas da Capital, Aracaju, sendo a professora Valdete Albertina Silveira Pinto como diretora e a professora Maria do Carmo Melo como vice-diretora. Este fato causou muita inquietação tanto na escola quanto na cidade, pois Dona Janete Aguiar era reconhecida como filha da cidade e enaltecida pelos alunos e pelos munícipes por seu modo simples, humano, humilde e competente de conduzir a escola e, sobretudo de abraçar os alunos, pais de alunos e o professorado. Porém, esta inquietação não demorou muito, pois as professoras recém-nomeadas começaram a desenvolver um trabalho que se assemelhava ao da antiga direção. Assim, as novas dirigentes estabeleceram um contato mais próximo com professores, alunos e comunidade, ganhando a “confiança” de todos. O maior ganho com esta mudança foi à alegria de ter duas professoras regentes no 2º ano, uma vez que a turma tinha 50 alunos.

Foram direcionadas para serem minhas professoras: a professora e ex-diretora Janete Aguiar, e a professora Maura Fontes Hora (Dona Maurita). Apesar de terem perfis diferentes, uma completava a outra. A primeira organizava tudo, tinha uma ação mais voltada para administrar a sala, os conteúdos, às festas e os passeios. Já a outra cuidava diretamente dos deveres, das leituras com muita dedicação, carinho e zelo para com toda a turma. Para exemplificar melhor tais adjetivos recorro mais uma vez a minha memória e faço ressoar de forma muito nítida atos como: pegar na mão do aluno para ensiná-lo a fazer o seu próprio nome; levar até ao banheiro e ensiná-lo a forma correta de lavar as mãos; ensinar a copiar os deveres do “quadro negro” em nossos cadernos entre outros que não consigo expressar através de palavras, pois diz respeito aos gestos, modos, e afetos que só a memória me dá essa condição de revivê-los.

Outra lembrança que habita a minha memória, com muita alegria, é a figura da Secretária do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, Maria Lita Silveira, funcionária

paciente, educada e competente no que fazia. Além desses adjetivos era vista pela sociedade como guardiã da vida documental dos alunos e do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho. Por isso era chamada e conhecida pela comunidade umbaubense como “escrevente habilidosa do Garcia Filho.” Por outro lado, observo hoje que a Professora Maria Lita também desempenhava com muita competência as habilidades de administração e coordenação da escola.

Nos 3º e 4º anos tive como professoras: Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), Acinete Almeida Bispo (Dona Cinete) e Risoneuma Soares Feitosa. Sendo que “Dona Zeolita” foi regente do 3º ano e “Dona Acinete” e Risoneuma do 4º ano. Esta última é, para mim, lembrada como referência de religiosidade. Para além dos saberes escolares institucionalizados, estas professoras me transmitiram conhecimentos voltados para compreensão da vida humana a partir da religião, evidência disso é que sempre faziam a relação dos nossos atos praticados em sala de aula, com os “Dez Mandamentos”. Estes momentos estavam presentes no cotidiano da sala de aula, sem que fossem colocados como forma de chamar “atenção do aluno”, ou seja, de reprimi-lo. Eram momentos agradáveis, pois ouvíamos a professora colocar os exemplos de JESUS perante aos seus discípulos, embora se tratasse de uma escola pública de ensino laico.

Além desses aspectos, não posso deixar de colocar que por algumas vezes fui direcionado ao quadro negro para copiar os conteúdos. Foi através deste ato que comecei a despertar o interesse pela profissão do magistério. A partir de então, sempre quando retornava para casa, brincava de escola com meus amigos, parentes e colegas; sempre cabendo a mim representar a figura do professor. Lembro-me de copiar as ações desenvolvidas em sala de aula por estas professoras e repassá-las para aqueles que comigo brincavam de escola. Estava decidido: Quando crescesse, seria professor. É com esse pensamento que concluo, em 1978, o ensino primário.

Em 1979, ingressei no Ginásio. Abraçava os conhecimentos pertencentes ao ginásio que compreendia da 5ª a 8ª séries. Tudo novo, tudo diferente novamente, pois fui matriculado em uma escola confessional, tratava-se de uma escola de Padres, o “Instituto Diocesano da Estância - Núcleo em Umbaúba”, localizado à Rua Benjamin Constant, s/n Umbaúba/SE, sendo “estranhamente” administrado pelo representante da Igreja Batista Bethânia de Umbaúba, o Pastor Dirson Maciel de Barros. Ali tive uma formação voltada para os ideais humanísticos com princípios religiosos Cristãos. Hoje vejo com clareza a diferença, pois o que tínhamos era apenas um administrador que era protestante, porém respeitava os segmentos confessionais da escola. Lembro-me que a minha professora de religião era uma

“Beata”<sup>1</sup> que tinha seus ensinamentos dentro de uma pedagogia alicerçada nos fundamentos na concepção religiosa católica.

Com esta metodologia adquiri vários conhecimentos considerados valiosos para minha formação. Quero destacar que foi neste nível de ensino quando as disciplinas eram ministradas separadamente que tive minha maior aproximação com o ensino da língua portuguesa, chegando a ensinar aos colegas que sentiam dificuldades de aprendizagem em tal matéria. Agora não era mais brincar de escola. Estava fazendo uma coisa mais séria. Minha inspiração era professora Clotildes Maciel de Barros (esposa do diretor Dirson M. de Barros), pois seu modo de educar “aberto” constituía-se um instrumento adequado e muito eficiente tanto para a aprendizagem e relacionamento com os alunos quanto com o relacionamento com os demais colegas professores. Isto porque, se comparada ao perfil do seu esposo, o então diretor da escola, Sr. Dirson, ela era o oposto, pois estava sempre entendendo as desculpas dos alunos e sempre acatava nossos pedidos com muita elegância, além de saber delegar poderes e nos dar liberdade.

Seu método consistia no ensino curricular a partir do conhecimento socioeconômico e cultural do aluno. Hoje identifico tais práticas como sendo classificado com características similares ao Método Mútuo. O ensino mútuo, conforme Maria Helena Câmara Bastos foi amplamente desenvolvido<sup>2</sup> nas escolas pobres de Londres por Joseph Lancaster (1778 – 1838). Com não havia recursos para pagar os professores, optou-se por dividir os alunos por classes e colocar em cada ano um monitor – aluno que se destacava dos demais – com conhecimento superior, o qual trabalhava sobre a supervisão direta do professor. Desse modo, podia-se ensinar um grane número de alunos com custo reduzido (BASTOS, 1999b).

Por outro lado, tive professores que somente copiavam, ensinando-me a assistir aula sem fazer nenhum questionamento, sendo apenas um aluno passivo. Destes prefiro declinar das lembranças, pois não me inspiraram muito. Porém, isso não fez com eu ficasse tímido ou me achasse incapaz de construir algo significativo que fosse valorizado por tais professores e consequentemente colegas. Trazia em minha vida de aluno uma forma crítica, educada e prazerosa de ver e pensar a aprendizagem. Esta atitude estava alicerçada nos primeiros contatos que tive com a educação através das minhas professoras do primário. Consegui assim, terminar o ciclo com muito entusiasmo, muita aprendizagem e sem me tornar um “robô” como alguns professores “queriam”. Como saldo positivo, trouxe comigo os

---

<sup>1</sup> Mulher voltada para a prática religiosa.

<sup>2</sup> Este método de ensino teria sido sistematizado separadamente por André Bell (1735 – 1832) e por Joseph Lancaster (1778 – 1838).

ensinamentos de cidadania, ética, respeito e solidariedade que foram bem vivenciados pelos professores que tive nesta etapa do ensino.

1983 foi o ano que marcou a minha busca pela profissionalização, visto que neste momento pude escolher entre um curso ou outro. Havia chegado o tempo de tomar a difícil decisão. Que caminho escolher? Escolhi distanciar dos meus pensamentos de enveredar pelos caminhos do magistério. Essa decisão foi devido ao concurso que prestei para ser “Menor Estagiário de Serviços Gerais do Banco do Brasil S/A– agência de Umbaúba”. Fui aprovado e esta aprovação fez com que eu direcionasse os meus estudos para a área das ciências exatas e para vida prática. Passei então a estudar o Curso Técnico em Contabilidade na Escola Cenecista Graccho Cardoso na cidade de Estância/SE. Neste período passei por uma desconstrução total das minhas ideias e dos conhecimentos que tinha adquirido (por pesquisa própria) das ciências humanas. Estava recebendo informações basicamente técnicas, ou seja, conhecimentos voltados para ciências exatas. Conclui assim o segundo grau e em seguida prestei um concurso interno no Banco do Brasil. Sendo aprovado, passei a trabalhar no Centro de Processamento de Dados do Banco do Brasil – CESEC, na cidade de Aracaju/SE.

Em 1985, por solicitação da empresa, matriculei-me no curso Técnico em “Administração de Empresa” no Colégio Senhor do Bonfim, localizado no bairro Siqueira Campos, na cidade de Aracaju/SE. Ao concluir o curso tive a certeza de que estava no lugar errado e não era aquilo que queria como profissão. Observei que não estava feliz, e em 1986, pedi demissão do Banco. Neste mesmo ano ingressei como funcionário público estadual através do “Trem da Alegria<sup>3</sup>”. Queria trabalhar na área da educação, mas não tinha habilitação para o magistério. Entrei como Escriturário da Secretaria de Estado de Educação. Ainda não estava satisfeito e solicitei que fosse lotado em uma escola, pois queria ficar ao máximo próximo da área do ensino. Fui então desenvolver minhas atividades no colégio Estadual Profª. Ofenísia Soares Freire. Lá observei o nível de formação dos professores e comecei a idealizar minha entrada na Faculdade; o que aconteceu em 1991, ano em que prestei vestibular na Universidade Tiradentes – UNIT, para o curso de Letras Português/Inglês, concluindo o curso em 1995.

Em 1996, prestei dois concursos públicos para o cargo de professor de Inglês e de Português nas Prefeituras de Cristinápolis e Umbaúba, sendo aprovado. Efetivava-se aí o meu desejo de ser professor. Passei então a lecionar e trabalhar nos dois municípios, tanto na rede

---

<sup>3</sup> O denominado “trem da alegria” foi um movimento encabeçado pelo então governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho, cujo propósito foi alocar professores na rede estadual de ensino, sem qualquer processo seletivo. Vale ressaltar que com a Constituição Federal de 1988 os funcionários públicos passariam a ser contratados mediante o concurso público.

pública quanto na rede particular. Mais tarde cheguei a assumir alguns cargos como secretário, coordenador e diretor das duas escolas municipais que iniciei minhas atividades docentes. O meu retorno a minha cidade natal (Umbaúba) em 1996, foi além da docência, pois, seguindo os caminhos do meu pai, ingressei na vida política sendo eleito vereador por três vezes para os seguintes mandatos: 1996 a 2000; 2001 a 2004 e 2008 a 2011. Este último, não terminei, pois dei prioridade aos meus estudos.

Voltando a minha vida profissional, em 2000, conclui meu curso de especialização *latu sensu* na área de Gestão Escolar pela “Faculdade Pio Décimo” e no ano de 2001 ingressei como professor da Universidade Tiradentes – UNIT – Campus Estância para lecionar nos cursos de Pedagogia e Direito (anos depois comecei a atuar em mais 08 cursos e em todos os Campi desta mesma instituição), fato que trouxe grandes ganhos na minha vida profissional, pois passei a ter uma visão mais ampla e crítica da educação. Neste período estava me compondo como professor. Foi a partir das vivências e problemas de sala de aula que eu fui delineando meu perfil professoral. Paradigmas eram conhecidos, seguidos e também quebrados. Como, por exemplo, o de que “o professor fala e os alunos obedecem”.

Passei a refletir sobre os papéis que desempenhei tanto na vida política quanto na professoral. Entre 2005 e 2008 deixei a vereança e assumi alguns cargos como: Secretário Municipal de Administração Geral, Secretário Municipal de Agricultura e Secretário Municipal de Educação. Estes cargos trouxeram mais experiências na minha vida política e profissional, pois me permitiram ter uma visão panorâmica do perfil da educação do município de Umbaúba. Fato que aguçou ainda mais a minha inquietação, pois pensava ter oportunidade de fazer algo de concreto para educação municipal, algo que ficasse registrado nos anais, na história e na memória dos educadores e dos munícipes. Ledo engano, apenas sonhos...

A Secretaria não me dava amplos poderes, mas apenas o de administrar o que já existia. Mesmo assim não esgotei os meus desejos, pensamentos e/ou sonhos. Havia latente em mim a certeza de que podia fazer algo que viesse a contribuir “historicamente” com a educação umbaubense. Até então não tínhamos nada registrado, nada pesquisado na área educacional do município de Umbaúba. E os pensamentos e as vontades continuavam...

Ao refletir sobre minha atuação como parlamentar por quase três mandatos, a colaboração mais significativa que dei para educação municipal foi a apresentação de uma proposição que tratava de um Projeto de Lei de Qualificação Docente. Tal Projeto era destinado aos professores da Rede Municipal de Ensino que ainda não eram graduados, pós-graduados, mestres ou doutores. Assim, todos os professores que fossem aprovados para

qualquer um desses níveis, o Município disponibilizaria uma bolsa integral para custear as despesas com as mensalidades e transportes. Já aqueles que ingressassem nas universidades públicas seriam também beneficiados com uma ajuda de custo.

Para minha alegria, o Projeto foi aprovado por unanimidade e beneficiou 127 professores dos 227 que compunham a rede. Esse projeto contribuiu significativamente para mudar o perfil do professorado municipal, bem como trouxe uma acentuada mudança no panorama educacional da rede. Mas isso não era o suficiente. Algo por fazer ainda trazia muita inquietude em mim, pois conhecia de perto aspectos significativos da realidade municipal que envolviam a educação, o ensino, a cultura, a política e o povo deste município e isso era o suficiente para saber que faltava algo. Mas o quê? Em suma, a minha problemática é compreender como se originou a educação em Umbaúba.

Entre os anos de 2009 a 2011 várias inquietações sobrepunham minha vida profissional. A mais relevante e marcante aconteceu quando comecei a lecionar a disciplina História da Educação e Administração Escolar no curso de Pedagogia da UNIT/Campus - Estância. Assim, tive condições de rever a história da educação brasileira e as formas de administração nas escolas públicas. Esse passeio na história aguçou meus desejos escondidos pela pesquisa histórica e levou-me ao trabalho da memória. A partir de então pude fazer muitas comparações e analisar vários momentos políticos, econômicos e sociais vivenciados aqui no Brasil, sempre com uma pontuação importante: trazendo tais análises para o meu município.

Comecei então a refletir diretamente sobre minha prática docente, minha posição, minha formação acadêmica, ou seja, minha titulação e cheguei à conclusão que precisava avançar, precisava mudar, ampliar meu conhecimento e construir algo na minha formação acadêmica. Pensei então no Mestrado. Mas como? Como poderia relacionar o desejo latente de fazer algo pelo meu município com minha prática e consequentemente com minha ascensão intelectual? Que contribuição poderia trazer para história da educação do meu município de forma concreta? Como fazer para registrar a história da educação do município de Umbaúba? Como fazer esse registro? E as fontes? Seriam as primeiras professoras do município? Estariam todas elas vivas? Evocaria então a memória das educadoras?

Essas interrogações fizeram de mim um apaixonado pela história e quis compreender como trabalhar com pesquisa histórica e memória. Comecei a fazer leituras sobre a temática e a cada dia ia me sentindo mais apaixonado, envolvido e atraído. Toda essa sede que tinha sobre a pesquisa na área de história da educação deixava-me perdido, pois não sabia como começar a escrever o projeto. Nem o objeto da pesquisa estava claro. A única certeza que

tinha era que queria construir algo que retratasse a história da educação de Umbaúba. Percebi que necessitava de uma orientação mais precisa, ou seja, com embasamento teórico bem mais fundamentado sobre como deve ser a pesquisa histórica. A partir desta minha percepção busquei estabelecer diálogos com alguns professores da área.

Neste período surge uma proposta para trabalhar com a educação à distância na UNIT como professor especialista. Desafio aceito. Passo a trabalhar com as disciplinas Práticas Interdisciplinares I, II e III. Nesta nova etapa profissional tive a oportunidade de conhecer a professora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e começamos a discorrer sobre a história das Práticas Educativas e sobre os símbolos que fazem parte da cultura escolar. Tal assunto me remeteu aos símbolos sociais, às práticas educativas das professoras no período de 1955 a 1989, especialmente as de natureza moral e cívica que eram cultivadas tanto pelas professoras nas escolas quanto pelas famílias. Foi então que lembrei novamente das minhas professoras do primário.

Confesso que ali, naquela conversa informal, estava tudo que faltava para dar sentido, nortear a minha pesquisa e conseqüentemente concretizar meu desejo de construir, produzir algo que retratasse a memória das educadoras de Umbaúba/SE. No entanto, não sabia como dizer à colega, professora Raylane, meu desejo de pesquisar, de estudar, de produzir algo sobre essa temática e que precisava da sua ajuda, contribuição, orientação. Outros momentos, de conversa informal, surgiram e sempre busquei retomar o assunto. Para minha agonia a professora trazia mais informações, tecia mais comentários sobre o assunto, o que me deixava mais interessado pelo tema. Surge daí a resposta para “o que pesquisar”, “o que estudar” e como deveria fazer. Busquei então conhecer melhor o Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIT e a linha de pesquisa “Educação e Formação Docente”, em que a professora atua, bem como o seu Projeto Guarda Chuva acerca da “Memória Oral da Educação Sergipana”. Grandes alegrias nessas descobertas, pois estava diante de mim um pouco do que procurava: A professora que me ajudou, mesmo que inconsciente, a descobrir qual o caminho que deveria seguir para me tornar um pesquisador e contribuir com a minha terra natal, produzindo algo concreto através das lembranças das educadoras dos anos 50 a 80 do século XX do município de Umbaúba. Pesquisar a memória, a oralidade e a educação, através das lembranças e esquecimentos das minhas educadoras passou a ser o meu intuito.

Assim, a minha aproximação com a história, com a memória, com a oralidade surgiu, tomou forma e se caracterizou como pesquisa a partir dos diálogos com a professora Raylane. Através das conversas que estabelecemos, fui instigado a concorrer a uma vaga no Mestrado em Educação da UNIT, com o projeto que se intitula: “Memória de Educadoras Sergipanas:



Práticas Escolares e Cultura Escolar em Umbaúba - 1955 a 1989”. Vi então, a possibilidade de trazer à tona uma história oculta da trajetória da educação umbaubense e abordá-la através da memória e da oralidade, de sujeitos simples, tal qual fizera o historiador Inglês Raphael Samuel em sua obra “Theatres of Memory: Volume 1: Past and Present in Contemporary Culture” (1996); e “Theatres of Memory: Volume 2: Island Stories: Unravelling Britain” (1997).

Dentro da motivação de compor o meu labirinto de investigação deixei-me conduzir pelos desassossegos, inquietações e dúvidas que me serviram de fios condutores para tecer aberturas rumo ao desconhecido. A minha entrada neste labirinto quase desconhecido, traz os meus próprios interesses e motivações, uma vez que, o lugar de onde falo é demarcado pelo encontro entre a minha história de vida e das (minhas) educadoras, ora sujeitos de investigação. Para mim, o fascínio de perder-me/encontrar-me constantemente nas paredes, corredores e por entre curvas do labirinto é fazer perguntas e respostas que se alimentam mutuamente. Desta forma, a minha saída é conduzida pelas vozes cansadas, silêncios ininterruptos, lembranças e esquecimentos opacos que compõem o tecido mnemônico das professoras.

Como objeto de estudo, elegi as trajetórias de vida das educadoras: Risoneuma Soares Feitosa, 69 anos; Janete Aguiar de Souza Cruz, 72 anos; Maria Lita Silveira, 76 anos; Maura Fontes Hora, 79 anos; Acinete Almeida Bispo, 80 anos; Maria Isabel dos Santos, 82 anos e Josefina Batista Hora, 83 anos. Além de suas narrativas, segui a trilha deixada pelo pó dos documentos que normatizaram a educação de Umbaúba/SE no período de 1955 a 1989. Assim, meu cenário de estudo é protagonizado pelas sete educadoras que muito dizem da História da Educação sergipana, pois elas, entre 1955 e 1989, foram fundamentais para a concepção do cenário pedagógico de um tempo e lugar, pois através das suas práticas educativas e cultura escolar moldaram comportamentos e inculcaram conhecimentos em gerações de estudantes que se tornaram homens.

Assim, com objetivo geral de compreender como se constituíram os modos de educar do referido tempo e território, lanço mão dos seguintes objetivos específicos: Desvelar como se compuseram as biografias das sete educadoras, pelos epítetos que lhes representam no trajeto percorrido na/pela educação e analisar como se constituíram os modos de educar em Umbaúba no período de 1955 a 1989. O pressuposto que persigo é que a educação escolar foi institucionalizada pelas professoras Risoneuma Soares Feitosa, Janete Aguiar de Souza Cruz, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora, Acinete Almeida Bispo, Maria Isabel dos Santos e Josefina Batista Hora - coincidentemente minhas professoras - pois eram estas que estavam

atuando nas escolas criadas no município de Umbaúba fundado em 1954. Os perfis das professoras, objeto de análise, apesar das suas identidades se remeterem a escola como campo de atuação consta marcas que as configuram como “pessoas extraordinárias”, e que por isso devem ser objeto de análise. Neste sentido, Eric Hobsbawm (1998) assevera que:

Essas pessoas constituem a maioria da raça humana. As discussões entre os historiadores sobre o quão importante são na história os indivíduos e suas decisões não dizem respeito a elas. Os escritos sobre tais indivíduos ausentes na história deixaram traços poucos significativos na narrativa macro-histórica. (HOBSEBWM, 1998, p. 7).

Essas pessoas, consideradas anônimas, personagens da vida comum, cujas ações se desenvolvem em um cotidiano trivial, e cujas biografias, bustos e legados não se fazem conhecidas, são pessoas que não apresentam fatos e cenários exuberantes. E por isso não se encontram elencadas nas listas de filhos ilustres de sua terra, nem tão pouco seus nomes constam nas teses e dissertações acadêmicas, estando desse modo no “limbo” da historiografia. Dada tal realidade, reafirma o jornalista, Joseph Mitchell, citado pelo próprio Hobsbawm quando escreveu fazendo um protesto em aversão àqueles que faziam referência, mesmo que de forma simpática, à “arraia miúda”. Assim, elucida:

Suas vidas têm tanto interesse quanto a sua ou a minha, mesmo que ninguém tenha escrito sobre eles. Minha questão diz respeito, antes, a que, coletivamente, se não como indivíduos, esses homens são os principais atores da história. O que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX. Essa é a razão por que dei o título sobre essas pessoas, tradicionalmente conhecidas como “pessoas comuns”, de pessoas extraordinárias. (HOBSEBWM, 1998, p. 7).

Assim sendo, tal qual Hobsbawm (1998), o que proponho é colocar em cena as professoras, por muitos, consideradas como pessoas comuns, como partícipes e fundamentais da história da Educação de Umbaúba. Sendo assim, constituí as trajetórias de vida delas, o meu objeto de estudo.

Deste modo, adentrar pelos meandros das histórias de vida de pessoas extraordinárias pode inicialmente causar em muitos uma relativa aversão, pois suas trajetórias de vida podem aparentar ser desinteressantes, por se tratarem de mulheres simples, nascidas e criadas em cidades pacatas do sul sergipano, no início do século XX. Contudo, há que se destacar que elas trazem consigo, suas reminiscências que são capazes de revelar muito de si mesmas, da história da educação sergipana, bem como da história local. Pois as narrativas escolares,

formadoras do meu objeto de estudo, se traduzem no modo como foram educadas e de como educaram enquanto professoras, porquanto seus perfis biográficos se perfizeram nos seus trajetos percorrido na/pela educação, por isso, além de auxiliar na compreensão dos seus modos de educar, suas lembranças são capazes de desvelar uma história da educação sergipana alargada, referenciada em suas memórias de vida.

Desta forma, o que busco é entender a ponte do começo ao fim e ligar o passado ao presente. Por isso a necessidade de “ouvir contar” as sete professoras aposentadas. Parafraseando, Bosi (1995) lembrar não é reviver, como um sonho ou até mesmo um devaneio do pensamento, mas um trabalho de reflexão, de compreensão do agora a partir do outrora, é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição. De tal modo, pode-se conjecturar que a ação de rememorar tempos, personagens, lugares, acontecimentos e fatos, não é o simples lembrar por lembrar, ou seja, uma ação voltada para dentro de si mesmo, mas um processo de significação, moldagem e seleção feita pela memória.

[...] a memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. (SAMUEL, 1997, p. 44).

Assim sendo, minha busca parte do conceito de memória oferecido por Samuel (1997), pois são caras suas palavras para esta pesquisa. Pois, entendo que a memória é trabalho, é experiência projetando o presente a partir do vivido em outrora. Desse modo, tomo de empréstimo as palavras acima para elucidar a força ativa da memória, que está longe de ser um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem e tabulação de informações, mas possui a capacidade de se moldar pela dinâmica do constante ir e vir entre passado e presente, lembrança e esquecimento. Desse modo, a memória resolve apagar, bem como fixar e de forma intencional planeja lembrar e esquecer.

### **1.1 No diálogo com: Edward P. Thompson, Raphael Samuel, Erick Hobsbawm, Dominique Julia, Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes Faria Filho, Antonio Torres Montenegro e Verena Alberti**

Ancorado na História Cultural e Social Inglesa, pude operar historiograficamente por lentes “vistas de baixo”. A história vista de baixo surgiu com o historiador inglês Edward P. Thompson quando esse registrou no ano de 1966 em seu artigo “History From Below”, a

história da classe trabalhadora inglesa privilegiando seus líderes, as organizações trabalhistas bem como, e, principalmente, o trabalhador não engajado. Da mesma forma, que Thompson, o historiador francês Emanuel Le Roy Ladurie, em 1970 escreve “Montaillou” no qual ele destaca como os moradores de uma vila viviam, para isso, pesquisou os processos da inquisição. O historiador italiano Carlo Ginzburg, também privilegiou uma história vista de baixo no seu livro “O queijo e os Vermes”, no qual ele conta a história da cultura na Itália moderna, através dos processos inquisitoriais de um moleiro italiano. Na visão de SHARPE (1992):

Ocultou-se uma questão fundamental: A História vista de baixo constitui uma abordagem da história ou um tipo distinto de história? Como abordagem, a história vista de Baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como corretivo à História da elite, para mostrar, por exemplo, que a batalha de Waterloo envolveu tanto o soldado como o Duque. A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a História vista de Baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de História (SHARPE, 1992, s/p).

Vale ressaltar que tanto Le Roy Ladurie quanto Carlo Ginzburg utilizou documentos oficiais para suas análises. Thompson por sua vez ampliou o seu leque de fontes, privilegiando não só as fontes de governo como também aquelas produzidas pela classe trabalhadora. (SHARPE, 1992). Assim, busquei me referenciar no historiador inglês Edward P. Thompson (1981), neo-marxista, ex-membro do Partido Comunista Inglês, do qual se desligou em 1956 e que junto com um grupo de intelectuais ingleses como Christopher Hil, (1912/2003); Eric Hobsbawm, (1917/2012); Arthur Leslie Morton, (1903/1987); John Saville, (1916/2009); George Rude, (1910/1993); Rodney Hilton, (1916/2002); Dorothy Thompson, (1893/1961); Edmund Dell, (1921/1999); Victor Kiernan (1913/2009); Maurice Dobb, (1900/1976); Raphael Samuel, (1934/1996), formou o “Grupo de Historiadores do Partido Comunista”. O grupo acabou se tornando um divisor de águas no estudo do “fazer-se” da classe operária Inglesa no período entre 1790 e 1832. Suas ideias corroeram as teorias do marxismo ortodoxo. Dessa forma proporcionou rupturas epistemológicas no modo de escrever a História, enveredando pela História Social e Cultural. Ao se apropriar da classe operária inglesa proporcionou uma renovação no que tange as fontes, aos objetos e aos métodos de pesquisa, reconfigurando a narrativa histórica. Esta renovação se consolidou com a publicação, em 1963, da obra “A formação da classe operária Inglesa”, na qual procurou

mostrar como a “classe operária” se compôs pelas experiências vividas e não necessariamente pela divisão de classes.

O processo de construção do conhecimento científico por lentes Thompsonianas põe em cheque as teorias de matrizes marxistas<sup>4</sup>, positivistas<sup>5</sup>, funcionalistas<sup>6</sup> e estruturalistas<sup>7</sup>. Isto porque, E. P. Thompson (1981) concebia que estas matrizes de pensamento não conduziram ao enquadramento teórico da realidade estudada. Assim sendo, para ele, o objeto estudado se posicionava como elemento passivo, sujeito a esquemas enquadrantes, preso ao corpo teórico imóvel, inserido em modelos pré-estabelecidos. Foi por isso que E. P. Thompson (1981) introduziu novas concepções no modo de leitura/escrita da história. Suas proposições teóricas e metodológicas romperam com o modo de pensar marxista sem, contudo, refutar por completo esta teoria. Para ele, polarizar o complexo mundo social em duas classes é tratar de forma simplista e vulgar a sociedade, pois dentro das classes pulsam experiências individuais que são capazes de revelar a sua composição.

E. P. Thompson (1981), assim como outros membros do grupo dos Historiadores do Partido Comunista, a exemplo de Raphael Samuel estiveram engajados durante um tempo significativo das suas vidas como educadores de jovens e adultos em escolas situadas nas zonas periféricas da Inglaterra. Neste período, eles estabeleceram um contato mais estreito com a classe operária. Até então, seu nome não circulava nas bibliotecas das Universidades, uma vez que não possuía um trabalho voltado para a tradição acadêmica. Dentre o seu legado está o empenho junto às causas relacionadas ao meio ambiente e pacifismo, mais precisamente, entre as décadas de 1970 e 1980. Neste período pesquisou em vários países do mundo, a exemplo dos Estados Unidos e Canadá, onde se dedicou a produção científica.

Uma de suas grandes contribuições à historiografia é o conceito “experiência”. Ao analisar e interpretar o processo de formação da classe operária inglesa, ele evidencia que esta não se fez somente pelas experiências vividas nas “chaminés das fábricas”, mas pelas relações sociais estabelecidas com o mundo. O estudo de suas obras pela terceira geração da escola dos

---

<sup>4</sup> Teoria baseada no pensamento do sociólogo alemão Karl Heinrich Marx (1818-1883), fundamenta-se no materialismo histórico e nas relações sociais. (BARRETO, 2010, p. 20).

<sup>5</sup> Teoria baseada no pensamento do sociólogo francês Auguste Comte (1798 – 1857), preconiza que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Somente pode-se comprovar que uma teoria é correta se ela for comprovada através de métodos científicos válidos. (BARRETO, 2010, p. 27).

<sup>6</sup> Teoria baseada no pensamento do antropólogo polaco Bronislaw Malinowski (1884 – 1942), prioriza a cultura como totalidade e interessa-se pelas Instituições e suas funções para a manutenção da totalidade cultural (BARRETO, 2010, p. 21).

<sup>7</sup> Teoria baseada no pensamento do antropólogo e filósofo francês Claude Lévi – Strauss, esta teoria elege como temas para a Antropologia os princípios de organização da mente humana e os pares de oposição e os códigos binários, ou seja, os códigos que são usados para representar os símbolos da comunicação, sendo seus procedimentos utilizados para se conhecer os sistemas de parentesco e os sistemas de mito. (BARRETO, 2010, p. 22).

*Annales* na década 1970 se justifica na razão de seu pensamento está em sintonia com a proposta historiográfica do referido movimento, que em suas publicações difundiu uma nova noção de documento, método, tempo, fonte e objeto, com o interesse voltado para todas as atividades humanas, concebendo a realidade como uma construção social, para além de privilegiar os ditos esquecidos da “história oficial”.

Nesta perspectiva, o filósofo Alemão Walter Benjamin, que tratara da experiência enquanto fenômeno desprivilegiado da modernidade concebe a narrativa como forma de recuperação do vivido. Nesse sentido, a narrativa das experiências pode e deve servir a história. Ao aliarmos a importância dada por Benjamin à “recuperação da narrativa” ao que propõe Thompson acerca da experiência para quem “homens e mulheres experimentam suas experiências como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidade.” (BENJAMIN apud THOMPSON, 1981, p. 82). Podemos discutir mais e melhor as experiências narradas pelas professoras umbaubenses, no sentido de entender o processo do fazer-se professora e compor um *habitus* professoral.

A introdução do pensamento de Thompson no Brasil foi amplamente difundida com a propagação das suas obras: “A miséria da teoria– ou um planetário de erros” (1981); “A formação da classe operária inglesa” (1987, em três volumes); “Senhores & Caçadores” (1997); “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional” (1998); e “Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária” (2002). Vários pesquisadores da História da Educação a exemplo de Liane Maria Bertucci, Luciano Mendes de Faria Filho e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira se valem dos estudos de Thompson para tessitura historiográfica da educação nacional.

Thompson nos faz refletir sobre o caráter inesgotável da pesquisa/escrita histórica. Isto porque, esta última se revela pelos fios das evidências, rastros e vestígios deixadas pelos homens inseridos em suas temporalidades. Dessa forma, deixam perpetuados os modos de vida, linguagens, relações sociais, entre outros aspectos que são capazes de revelar o homem em seu tempo e espaço. Novas versões e ângulos são, pois inventados pelos homens para representarem a si próprios e o mundo. Assim sendo, deve-se duvidar da verdade em seu estado puro, pois cada geração, cada sexo, cada nação, cada classe social produz formas próprias de representar o real, uma vez que, é pelas lentes de quem vê que se faz a interpretação dos fatos e por consequência a sua operação historiográfica. Para E. P. Thompson (1981):

Cada idade, ou cada praticante pode fazer novas perguntas à evidência histórica [...] a ‘história’ (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social. Mas isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada. (THOMPSON, 1981, p. 51).

Na perspectiva da história oral, E. P. Thompson (1981) além de ser um dos pioneiros nessa seara, concebeu a “experiência” como categoria balizadora para entender o processo de formação de classe. Para E. P. Thompson (1981): “[...] homens e mulheres experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades.” (THOMPSON, 1981, p. 182). O que se observa é que Thompson se preocupou com as experiências dos homens e das mulheres do povo, ou seja, de artesões, carpinteiros, moleiros, lavadeiras, camponeses, homossexuais, pobres, entre outros que se encontravam no “limbo” da história. Assim, ele inaugura um desdobramento da história social e cultural: “a história vista de baixo”; “a história dos de baixo” e/ou “a história dos esquecidos”. (THOMPSON, 1981).

Dessa forma, o ponto em comum que une os historiadores Eric Hobsbawm, Edward P. Thompson e Raphael Samuel, entre outros, é o interesse pela escrita da história protagonizada por “pessoas simples”, cujos nomes ainda não são conhecidos em meios eruditos. Um dos grandes legados dessa corrente é a corrosão da “história única”, linear e evolutiva, protagonizada por um “sujeito único” e a possibilidade de construção de uma nova operação historiográfica. As interlocuções entre os três autores se revelaram imprescindíveis para a análise e composição do meu objeto de estudo, na medida em que legitimam o estudo de professoras anônimas, aposentadas, do interior do Estado de Sergipe, cujos legados educacionais muito revelam sobre o cotidiano escolar do seu tempo e espaço.

As pesquisas históricas que tomam por viés “[...] o ato de reparação que salvasse os derrotados da enorme condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1981, p. 225) proporcionou-me um grande fascínio que me levou a adentrar no labirinto das memórias (quase) esquecidas das sete professoras, eleitas como personagens desse estudo, que tramitam entre o claro e o escuro das experiências por mim e por elas vivenciadas. Dessa forma, apesar de nossas histórias de vida estarem repletas de similitudes e divergências, estas se confundem e se entrelaçam no ponto em comum da educação. Assim, acredito que a “história vista de baixo” se constitui um terreno fecundo, repleto de possibilidades de pesquisa.

Muito embora Thompson não tivesse uma produção voltada para professores, nem tão pouco elaborou conhecimentos de natureza didática, voltados para o campo educacional ou da área de formação docente, encontro nele reflexões pertinentes para me apropriar das “experiências formadoras” do meu objeto de estudo. Sobre a formação assegura: “[...] é um ato de autodeterminação, de autodisciplina. A formação, que se insere em uma tentativa de compreensão e intervenção na cultura a partir das lentes próprias do sujeito que se forma, seja ele individual, seja ele coletivo, não pode ser concedida, nem ser tutelada.” (THOMPSON apud BERTUCCI, 2010, p. 87).

Ainda em consonância com o pensamento de E. P. Thompson (1981), uma vez que compõe o rol de historiadores que consolidaram a História Cultural e Social Inglesa com propostas historiográficas inovadoras, esteve Raphael Samuel (1934-1996), inglês, historiador, filho de judeus, professor e como ressaltado, também membro do “Grupo de Historiadores do Partido Comunista.”. Segundo Barreto (2014), Raphael Samuel possuiu muito em comum com os historiadores do seu tempo e lugar. Evidência disso foi o seu esforço por uma história de/para todos. Conhecido como “historiador democrático”, adentrou pelo campo temático da história das mulheres, do patriotismo e da infância. Corroborou com seus estudos ligados a História Local e História Oral, traduzido nos seus mais de 164<sup>8</sup> escritos, englobando compilações, livros<sup>9</sup>, artigos, ensaios, entre outros trabalhos. Sobre a História Local elucida:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível do desenvolvimento e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostos, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local ou a estrutura não se manterá. (SAMUEL, 1990, p. 220).

<sup>8</sup> As referências completas de suas obras se encontram no Bishopsgate Institute. Disponível em: <http://www.bishopsgate.org.uk/uploads/media/98/398.pdf>

<sup>9</sup> São livros: *Village Life and Labour* (1975); *Miners, Quarrymen and Salt workers* (1977); *People's History and Socialist Theory* (1981); *East End Underworld* (1981); *Culture, Ideology and Politics* (1983); *Theatres of the Left: 1880-1935* (1985); *The Lost World of Communism* (1986); *The Enemy Within: The Miners' Strike of 1984* (1987); *Patriotism: The Making and Unmaking of British National Identity* (1989); *Patriotism (Volume 2): Minorities and Outsiders* (1989); *The Myths We Live By* (1990); *Theatres of Memory: Volume 1: Past and Present in Contemporary Culture* (1996); *Theatres of Memory: Volume 2: Island Stories: Unravelling Britain* (1997); *The Lost World of British Communism* (2006).



Raphael Samuel (1990), no intuito de fazer o uso de novas fontes históricas se apropriou dos testemunhos orais para a produção da história local, ligado à vida cotidiana do povo em seu tempo e lugar, bem como as mais diversas refrações das tradições orais, contemplando também, a “história vista de baixo.” Para tal, fez uso da metodologia da história oral.

Em sua obra “Teatros da Memória: passado e presente na história contemporânea” (2008), o autor faz uso de fotografias na perspectiva de desmistificar as ilusões da realidade representada nas imagens. A partir de então a memória serviu de caro fio condutor para orientar os seus estudos, pois para o autor a memória não é somente um sistema de armazenamento, mas está sujeita a intervenções da temporalidade, invenções, seleções, lapsos, mutações, fissuras e plenamente rebatida ao esquecimento, formando um lugar de experiências quebradas:

Na visão de Samuel (1997):

[...] a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Têm estampadas, as paixões dominantes de seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual (SAMUEL, 1997, p. 41-45).

Mesmo a memória sendo historicamente forjada, sujeita a mudanças em sua composição, como elucida o autor, “mudando de cor e forma”, ela é uma representação do vivido. O que importa não é a verdade dos fatos, mas como eles se representam em quem os viveu. Desse modo, a memória é combativa ao “olvido” e, suas falhas provocadas pela formidável capacidade de esquecer conferem a memória um caráter especial. Tal capacidade me faz lembrar as palavras de Barreto, Mesquita e Santos (2013) que me recomendou: “No movimento de percepção da matéria-prima que compõe os fios da memória, sentimos que esta é carregada de conhecimentos, é combativa ao esquecimento é plena de esquecimentos, é individual e coletiva, é movida no entrecruzamento de espaços e tempos.” (BARRETO; MESQUITA; SANTOS, 2013, p. 79). Nessa perspectiva, também esclareceu Gagnebin (1999) sobre a importância e razão de esquecer: “[...] esquecimento que seria não só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração.” (GAGNEBIN, 1999, p. 3). Assim é indispensável tal reflexão para coser as experiências

vvidas das professoras em suas trajetórias de vida, a fim de compreender os caminhos da educação do município de Umbaúba no período de 1955 a 1989.

Deste modo, adentrar pelos meandros das trajetórias de vida por lentes “vistas de baixo” não seria possível sem as contribuições teóricas e metodológicas de E. P. Thompson (1981) e Raphael Samuel (1997), que em seus estudos privilegiaram a escrita da vida de “pessoas simples.” As biografias das professoras se revelam potentes para a construção do núcleo de saber local. Como assegura o historiador, folclorista e jornalista sergipano Luiz Antonio Barreto (2012):

Um núcleo de saber local é um instrumento com a bitola certa para a valorização das pessoas, medidas não mais pela fortuna pessoal, ou pela formação escolar, mas pelo perfil cultural que o cotidiano enseja, mesmo quando a cidade não perde sua posição de vantagem nos ranquingues acadêmicos, mercê da competência pessoal que formou médicos, advogados, engenheiros, dentistas, professores, e outros profissionais vitoriosos, com atividades locais ou em outros lugares. (BARRETO, 1012, p. 12).

Com o intuito de dar início a um núcleo de saber local, busquei compreender como as minhas personagens foram educadas e como educaram, descortinando suas trajetórias de vida que são capazes de revelar as práticas escolares e a cultura escolar em Umbaúba no período de 1955 a 1989. Dentro desta motivação, procurei mapear os modos de educar plasmados nas trajetórias de vida das professoras, objeto deste estudo. Para isso fez-se necessário adentrar por entre as trocas culturais que se operaram através da escola.

Neste caso, o conceito de cultura escolar, como categoria de análise, me deu condições para tecer os fios que compõem a complexa malha do vivido na escola, pois foi preciso movimentar os elementos que se constituem pelos decretos, regulamentos, pareceres, leis, normas e diretrizes que deram forma aos dispositivos legais do ensino escolarizado no referido território, bem como sua inculcação por minhas personagens para, dessa forma, tecer aberturas rumo a minha problemática de investigação.

Assim sendo, por cultura escolar entende-se:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a

saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, 2001, p. 10-11).

A cultura escolar permite para além do que revelam os textos normativos, a compreensão de práticas escolares que emergem no funcionamento interno e cotidiano de cada instituição educativa, compondo uma espécie de “caixa preta<sup>10</sup>”, que ilustra o lócus das informações, que embora seja de difícil acesso, releva à aplicabilidade das normas e finalidades que regem a escola, as práticas docentes de sala de aula, o papel de cada sujeito envolvido, bem como o que de fato foi apropriado dos conteúdos ensinados. Ainda segundo o autor, a cultura escolar se compõe por três elementos fundamentais que lhe dão estrutura: o espaço escolar específico, cursos graduados em níveis, bem como corpo profissional específico. Então, partindo dessas denotações sobre a composição da cultura escolar para refletir a respeito dos modos de educar, fez-se necessário o uso da noção de práticas escolares.

[...] como produtoras de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico. De fato, tais práticas produzidas pelos sujeitos no seu dia-a-dia escolar, também os produzem. Essas práticas têm sido concebidas por muitos pesquisadores (Carvalho, 1998; Faria Filho, 2000; Vago, 1999; Paulilo, 2002) como maneiras de fazer peculiar dos sujeitos da escola e que ocorrem no interior do cotidiano escolar. Mas esse lugar ocupado por eles não tem sido entendido enquanto um lugar próprio e, sim, como um lugar onde desenvolvem táticas, isto é, ações calculadas que são determinadas pela ausência de um próprio, como convêm a Certeau (2000, p. 100), que tem sido citado por muitos desses estudiosos das práticas escolares. (VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. 2003, p. 19).

Assim, os debates sobre práticas escolares e cultura escolar ganham visibilidade no cenário educacional na década de 1970, pois nesse período há uma gama de pesquisas e publicações em circulação na área. Vários trabalhos, a exemplo de artigos, monografias, dissertações e teses, foram confeccionados tendo a cultura escolar como categoria de interpretação. Sua análise demanda a passagem por varias áreas do conhecimento pedagógico, a exemplo da psicologia da educação, sociologia da educação, filosofia da educação e didática. As contribuições de Dominique Julia (2001) e de Faria Filho e Vidal (2004), são fundamentais para que os historiadores da educação se debrucem sobre a temática do

---

<sup>10</sup> O termo “caixa preta” é assim entendido: “o paradigma curricular é particularmente importante, porque nos permite penetrar numa parte fundamental da escolarização, que os historiadores se mostraram inclinados a ignorar: os processos internos ou a “caixa preta” da escola. A história do currículo procura explicar como as matérias escolares, métodos e curso de estudos constituíram um mecanismo para designar e diferenciar estudantes”. (GOODSON, 1995, p. 118).

funcionamento interno das escolas, considerando que a escola deixou de ser apenas um local de aprendizagem e saberes para ser um espaço de incorporação de comportamentos e hábitos.

Deste modo, Faria Filho e Vidal (2004), consideram que a escola tem a capacidade de produzir uma forma própria, específica, singular e original no que se refere à apropriação. Ainda para esses autores, a escola fabrica seu modo próprio de cultura escolar pelas práticas que se engendram das dobras do cotidiano, uma vez que, cada instituição educativa possui seu ritmo próprio, que Barroso (2004) considera uma “cultura de escola”, pois para ele, cada escola, em seu interior, possui processos sociais e organizacionais específicos que relativizam a partir da apropriação da cultura escolar. O que recai no fato de que cada escola produz uma cultura específica. Evidência disso são os ritmos dos exercícios e os mecanismos de controle, englobando também, temas de trabalhos e de exercícios e outras formas propriamente escolares de recompensas e de sanções. Todos esses elementos dão forma à “[...] apreciação das mudanças, manifestas não apenas como uma cultura conformista ou conformadora, mas como rebelde ou subversiva resultante de apropriações docentes e discentes do arsenal disponibilizado pela escola no seu interior, evidenciadas em suas práticas.” (VIDAL, 2003, p. 42-43).

Ainda conforme a autora é no interior de cada escola que se produzem “práticas escolares” nas suas mais diversas pluralidade, uma vez que a escola está coberta das diferentes manifestações das práticas instauradas no seu interior, onde transitam alunos e professores, e onde se revelam as normas e as teorias. Assim, para ela, cada instituição de ensino “fabrica” uma forma peculiar de pensar e agir no ensino escolarizado. Partindo desse princípio haveria tantas práticas escolares quantas instituições de ensino, pois os reflexos da escolarização no meio social são proporcionais ao impacto da escola sobre a sociedade.

No que concerne às práticas escolares, há que se considerar que estas se desenvolvem a partir dos lugares dos atores envolvidos e que se materializam a partir de demandas reais. Na visão de Faria Filho e Vidal (2004, p.151), as práticas escolares são produzidas pelos atores que compõe o cotidiano escolar, pois é no tempo atravessado do dia-a-dia escolar que se engendram os modos de pensar/agir do ensino escolarizado. Assim, mergulho nas memórias orais com o intuito de perceber a educação de Umbaúba no referido tempo.

Compondo o referencial metodológico recorro às análises realizadas por Verena Alberti (2005) e Antonio Torres Montenegro (2010) com relação à metodologia da história oral, pois esta consiste em uma possibilidade de pesquisa mediada pelos processos de rememoração do passado pelo sujeito que lembra/esquece fatos, acontecimentos, personagens, tempos e lugares vividos. Assim, é fecundo estabelecer um paralelo com os fatos passados,

contextualizando o presente por meio da memória como grade intermediadora desse processo, uma vez que, os modos de lembrar o passado colocam o sujeito em contato com as experiências do tempo presente. Desta forma, privilegiei o indivíduo como valor central, pois o mesmo é o lócus da memória, é nele que estão registradas as vivências. Segundo Alberti (2005), a peculiaridade da história oral é privilegiar a recuperação do vivido conforme o concebido por quem viveu e, isto se dá, não apenas pelas lacunas deixadas pelos documentos escritos ou iconográficos. Portanto, a metodologia da história oral permite se apropriar de recorte ou seleção de partes que compõe o todo, pelas vozes e versões dos indivíduos. Aí se encontra a importância de “ouvir contar” as narrativas de quem viveu, assim, posso estabelecer mediações ente o geral e particular. Ou como melhor explicou Alberti (2005):

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2005, p. 19).

A natureza do fascínio se revela na vivacidade do passado e pelas formas de elaboração do real, bem como pela possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Por isso, diversos autores a nomeiam de história (ou memória) “viva”, pois a entrevista revela frações do passado centradas nas narrativas. Isso porque a memória do entrevistado dá significado ao vivido, além de trazer, para o tempo presente, a presença do passado, em conformidade com as suas formas de apropriação e significação; pois, conforme Alberti (2005): “[...] só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido”, que por sua vez, são as categorias de apreensão do real. As formas de ver o mundo são plurais. Cada sujeito fala de seu lugar, por isso faz-se necessário o modo de pensar hermenêutico, atravessado no processo de compreensão do outro:

O modo de pensar hermenêutico [...] consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas (o passado, os sonhos, os textos dentre outros, por exemplo) têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação. (ALBERTI, 2005, p. 18).

Neste contexto, compreender o outro “é reencontrar o eu no tu”. O significado de hermenêutica está associado ao Deus grego Hermes, como sendo a representação da

interpretação. Nesse sentido, Verena Alberti (2005), tomou emprestadas as palavras de Wilhelm Dilthey (1833-1911), para reafirmar que, para compreender o homem se faz necessário compreender sua historicidade. Para uma interpretação que mais se aproxime do real, se faz necessário unir a hermenêutica e história oral, pois a sensibilidade e rigor devem ser somados em um trabalho que tome a categoria vivência/experiência no desdobramento da pesquisa. Portanto, a entrevista é uma via de possibilidade hermenêutica, ou seja, de se colocar no lugar do outro.

Manter conformidade com o fazer hermenêutico é eleger o indivíduo como valor central. Entendê-lo como o lócus das experiências é fundamental, uma vez que é em sua memória que se encontram registradas as apropriações dos acontecimentos, pois somente ele é possuidor de suas reminiscências. Assim sendo, as narrativas orais, transmitidas das gerações mais velhas para as mais novas, cria e fortalece o senso de pertença e identidade dos grupos sociais, por isso, o indivíduo tem a capacidade de totalização. Ou seja, conceber o indivíduo como valor consiste em colocá-lo em um termo superior em uma ordem hierárquica. Muito embora o campo da história oral seja repleto de fragmentações e dispersões de significados, o sujeito que narra ocupa o lugar de valor central, pois é pela sua voz e versão que revisitamos o passado. Pois o que me é caro, são suas representações.

A história oral permite várias possibilidades de pesquisa, como por exemplo: A História do Cotidiano e a História Política. Não é tarefa fácil construir a história cotidiana das pessoas, visto que geralmente se faz revelar em situações triviais, corriqueiras, sem muita importância para quem vivencia. Por serem informações sem complexidade, abrangem os assuntos ligados ao ritmo cotidiano. Já a História Política não se dedica a estudar somente a história de grandes homens ou grandes feitos, mas também se interessa pelas diferentes formas de articulação de atores e grupos sociais, incluindo padrões de socialização e trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes às diferentes camadas sociais ou critérios referentes a sexo, cor, religião. Isso evidencia que a história oral é um procedimento metodológico aplicável e que serve a diferentes versões da história.

Assim, analisa Alberti (2005):

[...] que a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como

‘construções’ desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação da entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber ‘ouvir contar’: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos. (ALBERTI, 2005, p. 10).

Deste modo, ao me propor realizar a composição biográfica das educadoras e privilegiar suas memórias, me dediquei a entender como elas experimentaram o seu passado, bem como reconhecem as suas origens e os seus trajetos. Para tanto, fez-se necessário produzir as fontes orais, que por sua vez, são frutos das ações da memória, pois os vestígios do passado estão divididos em dois grupos: os resíduos da ação e os relatos da ação, que podem ser exemplificado respectivamente nos clássicos documentos de arquivos e nas cartas que informam sobre ações passadas, bem como as memórias autobiográficas. Ainda segundo Alberti (2005), existe a possibilidade de “arquivos provocados”, que são aquelas fontes produzidas depois de casos e acontecimentos passados. As entrevistas de história oral são ao mesmo tempo um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas no próprio ato da entrevista. No caso desta pesquisa as memórias autobiográficas serão consideradas.

[...] um ‘relato’ de ações passadas do ponto de vista de uma pessoa. Mas ela também pode ser parte de uma ação e, por isso, ‘resíduo’. Tanto assim que alguns autores guardam provisoriamente suas autobiografias, porque receiam consequências políticas ou de outro tipo. Eles acreditam que seu texto contém um potencial de possibilidades de ação, podendo, com isso, desencadear novas ações. As autobiografias querem instruir os leitores e impingir-lhes uma visão especial dos acontecimentos. (HUTTENBERGER, 1992, p. 256 apud ALBERTI, 2004, p. 34).

Portanto, ao construir junto com as minhas personagens o meu labirinto de investigação, teci os fios da memória das educadoras para entender os processos que constituem suas composições biográficas. Como assegura Alberti (2005) “A história oral pode auxiliar na reconstrução de trajetórias de vida de pessoas cuja biografia se deseja estudar.”(ALBERTI, 2005, p. 25), Desse modo, tratei de analisar através do aporte teórico-metodológico, as narrativas autobiográficas das minhas professoras, que no período estudado se mesclam à minha própria vida e que tornam a hermenêutica viável e factível.

Pelos caminhos da hermenêutica, o meu objeto de estudo e eu ocupamos de certo modo a centralidade na pesquisa, pois o sujeito que narra é também autor da própria história. Isto posto, compreendo a abordagem (auto) biográfica, atravessada pelos fluxos das memórias

orais, uma vez que as minhas entrevistadas, pelas suas próprias vozes, significam suas histórias de vida, através das marcas do passado experimentado. Conforme Souza (2008):

Através da abordagem biográfica o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes. A centralidade do sujeito no processo de pesquisa e formação sublinha a importância da abordagem compreensiva e das apropriações da experiência vivida, das relações entre subjetividade e narrativa como princípios, que concede ao sujeito o papel de ator e autor de sua própria história. (SOUZA, 2008, p. 45).

Parafraseando Souza (2008), os modelos biográficos assentam-se na inserção individual e coletiva da memória e nas histórias de vida, os quais se centram na temporalidade, nos territórios, na individualização e individuação da existência e do sentido da vida. Para tecer as trajetórias de vida, objeto deste estudo, busquei nas memórias os fios que pudessem ser tecidos. Fios enovelados pelas experiências, pelos acontecimentos da vida, pelos lugares e tempos. Conforme Souza (2008) “O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas.” (SOUZA, 2008, p. 44). De tal modo, o que busco é corroborar com a valorização da subjetividade e das experiências de professoras que, por certo, contribuíram com a escrita da História da Educação em Sergipe. Como assegura Catani:

No âmbito da história da educação as pesquisas (auto) biográficas têm apresentado contribuições férteis para a compreensão da cultura e do cotidiano escolar, da memória material da escola e se apropriado das escritas (auto) biográficas, das narrativas de formação, como testemunhos, indicativos, das relações com a escola, visto que no ‘[...] campo específico da história da educação, a inclusão dessas fontes participa de um movimento de renovação de opções teórico- metodológicas e temáticas características das duas últimas décadas [...]’ (CATANI apud SOUZA, 2008, p. 46).

Para tal empreendimento, realizei sessões de entrevistas em consonância com a metodologia da história oral, que foram concedidas<sup>11</sup> nas respectivas residências das professoras Risoneuma Soares Feitosa, Janete de Aguiar Souza Cruz, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora, Acinete Almeida Bispo, Maria Isabel dos Santos, Josefina Batista Hora, localizadas na cidade de Umbaúba, Estado de Sergipe, respectivamente nos dias 27 e 28 de outubro de 2012, 11 de fevereiro de 2012, 30 de setembro de 2012, 17 de agosto de 2012, 15

---

<sup>11</sup> As entrevistas foram cedidas pelas professoras, a partir da Carta de Cessão de direitos, dispondo sobre os direitos e deveres do entrevistado, bem como o esclarecimento, sobre uso das entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.



e 16 de setembro de 2011. Assim, para compreender a cultura, o cotidiano e a memória material da escola, lancei mão de roteiros semiestruturados, seguindo o modelo do geral, específico e parcial de acordo com Manual de História Oral de Alberti (2004). As entrevistas foram conduzidas por mim e com o auxílio do aluno de Iniciação Científica Rony Rei do Nascimento Silva, totalizando mais de 15 horas de gravação em áudio e vídeo, devidamente transcritas em Microsoft Word 2010. Estas se encontram armazenadas em HD e constituem o acervo do futuro Centro de Memória da Educação Sergipana.

No momento de realização das entrevistas, procurei contemplar dados como: nome completo, idade, quem foram seus pais e suas respectivas profissões, irmãos, onde nasceu, assim sendo, suas origens. Ao adentrar na trajetória e vida escolar levamos as entrevistadas a evocar os momentos da infância pelas seguintes perguntas: O que fazia quando criança? Com quantos anos entrou na escola? Quem a matriculou? Qual nome e local da instituição? Primeiro professor (a)? Como aconteciam os recreios e como eram os uniformes? Como se inculcavam as lições, programas, conteúdos e disciplinas que perfizeram seu trajeto educacional? Deu continuidade ao processo de formação docente?

Uma vez narrado o momento da infância, a vida na escola e as experiências formadoras, fez-se necessário adentrar pela trajetória profissional, contemplando a transição entre aluna/professora pelas perguntas: Como começou a ensinar? Onde? Quais disciplinas? Quais níveis de educação? Deste modo, tratar dos modos de educar, destacando métodos, técnicas, práticas escolares, dentre outros aspectos. Entender o porquê da opção de ser professora; se houve alguma diferença entre seu modo de educar e o modo que foi educada e qual sentimento passou a habitar o seu ser no momento em que se aposentou. Falar dos livros, diplomas, fotos, medalhas, plano de aula, colegas do tempo que marcaram a sua composição enquanto educadora.

Deste modo, a metodologia da história oral permitiu o acesso a uma pluralidade de lembranças e perspectiva do passado, pois enquanto método buscou compreender o vivido conforme o concebido por quem viveu. As formas de apropriação de cada acontecimento variam conforme cada indivíduo concebe e atribui significados diferentes aos mesmos fatos, como por exemplo, sua capacidade de julgar como mais importantes alguns fenômenos do que outros. Assim sendo, a atividade de transformar experiências, lembranças, episódios e períodos da vida em linguagem é a especificidade da fonte, pois o passado existiu independentemente das pistas, mas só pode tornar a existir por meio delas. Como assegura Antonio Montenegro:

[...] A construção da memória segue muitas trilhas, algumas vezes obedecendo às margens que o tempo lhe ofereceu, outras vezes rompendo os limites e ocupando vastos territórios [...] os relatos orais remetem a práticas microssociais vivenciadas por diversos atores. Esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através do que descrevem, com uma diversidade de riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história. (MONTENEGRO, 2010, p. 69).

Além de privilegiar as trajetórias de vida das educadoras como objeto de estudo e fonte de pesquisa, o presente estudo recorre às fontes documentais para evidenciar o panorama político da educação no referido tempo e território. Para tal, adentrei pelos caminhos dos marcos normativos e legislativos presentes nas Constituições Federais da República do Brasil de 1967 e 1988, bem como nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação - nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 - que normatizaram os princípios educacionais de parte do tempo que se deseja investigar.

Com o intuito de ampliar os horizontes de pesquisa, busquei entender os interesses que presidiam a política educacional executada pelo Ministério da Educação (MEC), Secretaria Estadual de Educação e Cultura, Diretoria Regional de Educação (DR-I), Prefeitura Municipal de Umbaúba, Câmara Municipal de Vereadores de Umbaúba, “Órgão Municipal de Educação de Umbaúba<sup>12</sup>”, Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba e, por fim, das Diretorias das escolas da rede Municipal e Estadual de Umbaúba. O encontro com tais documentos<sup>13</sup> me possibilitou tecer uma narrativa histórica consorciando documentos oficiais com as memórias de vida, uma vez que tanto as fontes orais como documentais me conduziram a compreensão dos modos de educar: práticas escolares e cultura escolar em Umbaúba no período de 1955 a 1989.

Ao mesmo tempo busquei, para compor a história, as fotografias, entendidas aqui como imagem/documento. Isso porque elas são consideradas produto cultural, fruto de trabalho social de produção sónica. Em conformidade com a terminologia usada por Ciavatta e Alves (2004), a fotografia: “[...] é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador, um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida.” (CIAVATTA e ALVES, 2004, p. 22). Nessa concepção, a fotografia passa a ser considerada uma representação do

<sup>12</sup> Órgão Municipal de Educação criado pelo Poder Executivo, pela Lei nº162/1978 de 31 de Maio de 1978, com a finalidade de tratar sobre os assuntos da educação do município de Umbaúba/SE.

<sup>13</sup> Para o historiador francês Jacques Le Goff: “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, p. 535, 1996).

real, podendo ser analisada como registro atravessado pela temporalidade e materialidade passada. Assim, ultrapassa a sua concepção meramente ilustrativa e contemplativa, se revela um potente artefato para evidenciar símbolos, lugares, pessoas e objetos. A fotografia será compreendida como representação do passado independente da verossimilhança do fato retratado. Como constatado nas explicações de Raphael Samuel (1990):

A recuperação de velhas fotografias é outro possível subproduto de um projeto de História local e, se feita com objetividade, é possível encontrá-las em grande número. [...] Elas serão úteis, de qualquer forma, como ilustrações, evocando o passado para aqueles que nunca o viram e estimulando novas memórias naqueles que lá estiveram. Algumas vezes também, elas irão suprir novas informações ou confirmações independentes. No máximo, elas fornecerão ao historiador um ponto de partida, expondo uma realidade que é, então, sua tarefa explicar. (SAMUEL, 1990, p. 232).

Assim, através das imagens fotográficas pode-se visitar o passado pelos fragmentos do real visível, congelados nas tintas dos papeis, na sua maioria, “preto e branco”. Segundo Boris Kossoy (1998), “A fotografia funciona em nossas mentes como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de certo momento e situação, de certa luz, de um determinado tema, absolutamente congelado contra a marcha do tempo.” (KOSSOY, 1998, p. 44).

A linguagem fotográfica nos dá condições de estabelecer várias descrições e importantes narrativas de aspectos visualizáveis da realidade quando a empregamos como fonte de uma pesquisa. A partir de então, ela nos fornece elementos para um comentário analítico dos fatos sociais, culturais, artísticos ou até mesmo nesse caso, acerca da hierarquia escolar revelada na fotografia. Neste sentido, comungo com Machado (1984), pois para ele:

A fotografia [...] não pode ser registro puro simples de uma imanência do objeto: como produto humano, ela cria, também como esses, dados luminosos, uma realidade que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela. (MACHADO, 1984, p. 40).

A aplicabilidade das fontes fotográficas nas pesquisas relacionadas ao campo da História da Educação se revela fecunda na medida em que a fotografia escolar registrou comportamentos, tradições, eventos, tal como as lentes de quem os viu e os percebeu. Assim sendo, a imagem se estabelece como uma testemunha visual, além disso, não se pode negar sua riqueza de detalhes. Aqui entendo que a fotografia escolar é uma fonte que está vivamente ligada à memória dos professores, alunos, familiares e de todos que compõem o cotidiano

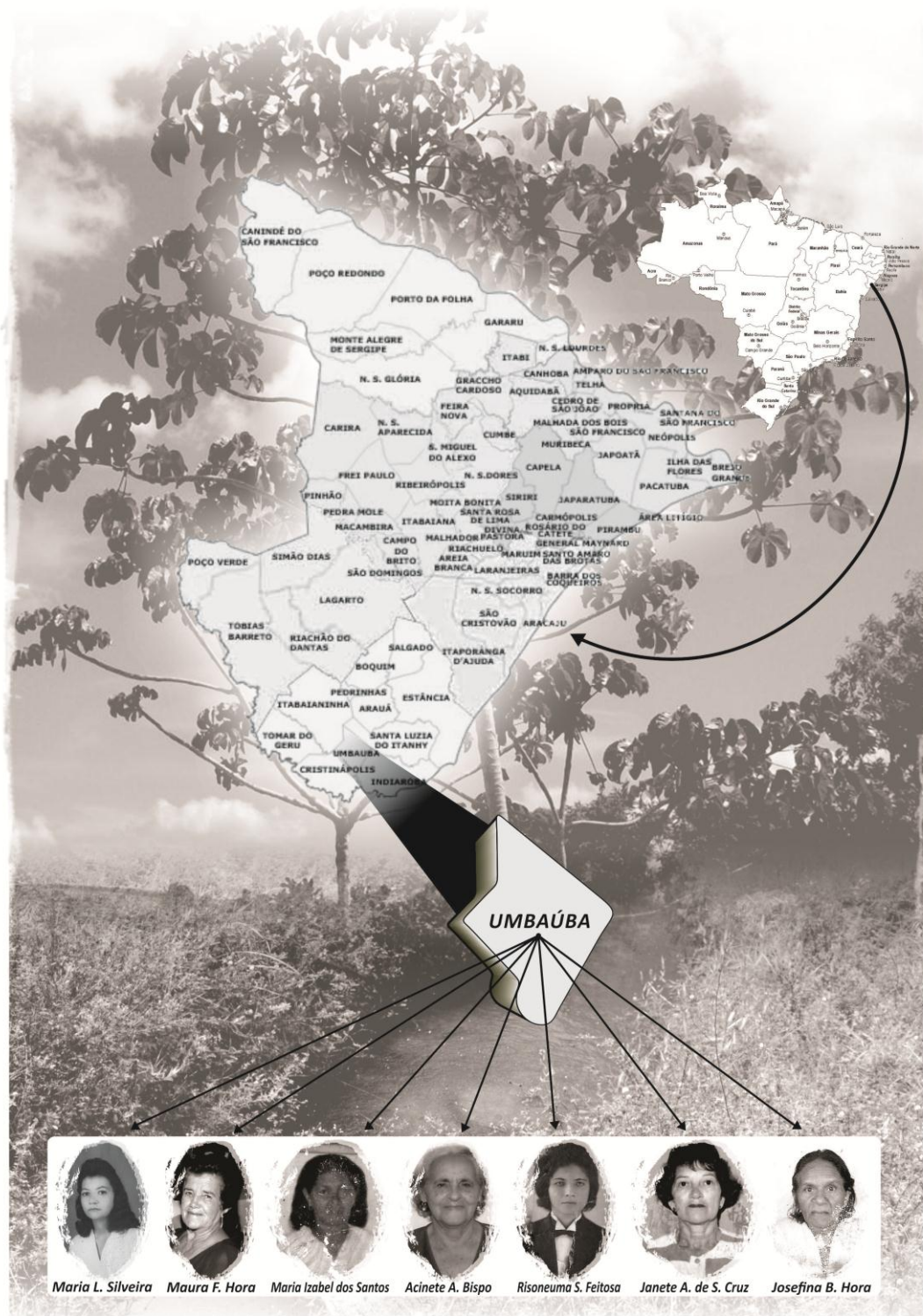
escolar para além da própria instituição, o que nos permite fazer múltiplas interpretações. Dessa forma, mergulhei nos arquivos fotográficos das professoras e a partir deles realizei leituras iconográficas. Com o intuito de compor a minha narrativa histórica, as imagens se revelaram fecundas para as análises das práticas escolares, bem como, para a compreensão da cultura escolar do tempo e espaço vivido pelas professoras.

Deste modo, a presente dissertação está estruturada em três capítulos que se distribuem da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado “Eu e meu objeto: uma história em comum” coloquei o meu labirinto de investigação, meu encontro com o tema, meu objeto, objetivo e demais aspectos da dissertação, bem como a opção do referencial teórico e metodológico. “Por entre as imbaúbas e o riacho da Guia, assim nasceu Umbaúba e atuaram as minhas professoras” é o título do segundo capítulo, que contempla o contexto histórico, social e educacional de Umbaúba. O terceiro capítulo é denominado “Memórias e testemunhos dos modos de educar: Práticas escolares e cultura escolar em Umbaúba”, no qual analiso as representações do meu objeto de estudo, como se constituíram os modos de educar no referido tempo e território.

## Capítulo dois

## POR ENTRE AS IMBAÚBAS E O RIACHO DA GUIA, ASSIM NASCEU UMBAÚBA E ATUARAM AS MINHAS PROFESSORAS

Figura 2 – Ilustração do Mapa de Sergipe, da árvore que dá nome ao município de Umbaúba, do riacho da Guia e fotografias das professoras objeto deste estudo



Fonte: Acervo particular das professoras; Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba; Câmara municipal de Vereadores e Prefeitura municipal de Umbaúba.

As lembranças se apoiam nas pedras da cidade.  
(BOSI, 1994, p. 439).

Como sugere a epígrafe, parto da condição precípua de que não existe sujeito sem lugar. Assim, desvelar os aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sócio culturais e educacionais da cidade de Umbaúba, auxilia na compreensão das trajetórias de vida e conseqüentemente dos modos de educar das professoras objeto de estudo. Isto porque os trajetos percorridos pelos sujeitos demarcam lugares, estes de memória. Lugares que não soam ocos, mas que se entrelaçam nas experiências vividas por entre as calçadas, ruas, bairros, praças, escolas... Pois como elucidou Bosi (2003), “[...] a memória do espaço é capaz de exprimir a condição de ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retirar sua seiva.” (BOSI, 2003, p. 71). Por isso, minhas personagens, ao falar das suas histórias de vida, falam também dos lugares por onde passaram, sejam na cidade, nos povoados, nas escolas, nas repartições públicas ou até mesmo nas suas próprias casas. Igualmente, o lugar cria e fortalece a memória, pois: “As lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar.” (BOSI, 1994, p. 443). E é dessa forma que a minha história de vida e das minhas sete professoras se confundem/entrelaçam com o lugar.

Todo espaço, seja ele visto geograficamente ou socialmente, tem um passado e este passado pode, em determinado momento, sofrer alterações, de quem viveu e rememora. Tais modificações ou alterações podem ser submetidas a vários processos de esquecimento ou apagamento. Contudo, pude optar por reavivar e redimensionar a memória de uma comunidade através de uma pesquisa na qual busquei investigar suas marcas, seus vestígios, seus sinais, que ficaram marcados nas recordações, lembranças e memórias dos velhos, através dos registros de papeis, fotografias, imagens, símbolos, festas e outras entre tantas formas que são capazes de identificar ou reconhecer um tempo, um lugar e o passado de uma cidade. Neste sentido, “as memórias são carregadas de imprecisões, de incertezas, de silêncios, de esquecimentos e de recordações enfáticas, de datas imprecisas, mas também de convicções, de emoções e de vontade de ajudar a enxergar todas as ‘cores’ dessa trama”. (GRAZZIOTIN e ALMEIDA, 2012, p. 49). Essas características contribuíram em muito para que eu percorresse os largos corredores do labirinto que adentrei, sempre me perdendo e me encontrando na cidade que historiograficamente esteve adormecida, opaca e com raras memórias escritas. Deste modo, os documentos escritos, as fotografias, as lembranças e as

memórias das velhas recordadoras, me ajudaram a compor o cenário educacional de Umbaúba no período de 1955 a 1989.

Dentre os múltiplos aspectos que compõem uma cidade, ganha relevo o panorama educacional. Este por sua vez, será revelado, sobretudo, pelas biografias e pelas vezes/impressões das recordadoras: Risoneuma Soares Feitosa (1943), Janete Aguiar de Souza Cruz (1939), Maria Lita Silveira (1936), Maura Fontes Hora (1933), Acinete Almeida Bispo (1932), Maria Isabel dos Santos (1930) e Josefina Batista Hora (1928). Isto por que: “A memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da história do lugar [que] cada geração tem de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” (BOSI, 2003, p. 70). Porquanto, entendo que o lugar e a memória possuem forte relação entre si. É do entrelaçamento da minha memória, das memórias das minhas professoras e dos principais aspectos geográficos, políticos e sociais da cidade de Umbaúba/SE que derivam as análises da minha pesquisa.

Entendo que esta pesquisa traz consigo o reavivamento da memória do lugar de onde nasci, cresci, estudei até o curso ginásial e também trabalho. Na busca de construir Histórias, identifico nas minhas memórias e nas narrativas com as professoras (objeto deste estudo), nos documentos e nos objetos materiais, indícios, marcas e pegadas que foram deixadas pelos munícipes nas pedras, nas ruas, avenidas, travessas e vielas da cidade. Sinalizo, aqui, o que entende Halbwachs, sobre a memória coletiva: “[...] a memória coletiva avança, no passado, até certo limite, mais ou menos longínquo, [...] para além desse limite, ela não atinge mais os conhecimentos e as pessoas numa apreensão direta” (2004, p. 135). Ainda segundo Halbwachs, (2004), caso existam memórias individuais que não estabeleçam pontos de contato entre si, não há condições de História. Os depoimentos, as narrativas não estabelecem nenhum sentido se não estiverem relacionados a um grupo do qual um dia fizeram parte. Igualmente, nesta pesquisa, os pontos de contatos estabelecidos entre as memórias orais fizeram-me enxergar que se trata de uma memória coletiva em que as minhas lembranças e as lembranças das minhas professoras se completam e torna possível encontrar indícios para desvelar uma História.

Há, portanto, o grande desafio de trabalhar com a memória de forma clara e concisa sem pretender defendê-la como verdade e tendo a certeza de que ela não é a história. No entanto, a memória alimenta a minha pesquisa, dá fôlego, dá vida e me faz compor uma História. De acordo com Halbwachs, “[...] a história é um resumo e é por isso que ela sintetiza e concentra em poucos momentos, evoluções que se estendem por períodos inteiros” (2004, p. 114). Vale ressaltar que a memória coletiva, para Bosi (1987, p. 332), “[...] se desenvolve a

partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais”. Por outro lado, ela também “[...] acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo”. Desta forma, fui remetido ao cenário político, econômico, social, cultural e educacional da cidade de Umbaúba/SE. Senti a necessidade de construir seus espaços de memória e, em certa medida, a história da educação. Pude encontrar indícios que determinaram os caminhos a serem seguidos na historicização da cidade, bem como no cenário político educacional que se fez no período de 1955 a 1989 em diferentes aspectos. Por isso, começo me indagando como surgiu a cidade de Umbaúba?

Primeiro, vejo que para responder a essa indagação é preciso pontuar um pouco sobre o espaço geográfico do município pesquisado, acreditando que essa pontuação auxiliará na compreensão desta pesquisa; segundo, há uma ligação tênue que entrelaça o aspecto geográfico com a trajetória de vida das professoras e a história da educação da cidade. O território que hoje é demarcado como cidade de Umbaúba foi colonizado pelos portugueses que entraram pelo sul do Estado, mais precisamente pelas bacias do Rio Real e Piauí. Possivelmente pelos idos de 1602, os europeus, com o propósito de encontrar minas de ouro e desbravar as novas terras, adentraram assim no território de Sergipe Del Rey. Entre os vários desbravadores, destaca-se o mais importante bandeirante e pesquisador de minas: Belchior Dias Moreyra, este por sua vez, conseguiu junto a El Rey, uma sesmaria próxima ao rio Guararema. De acordo com Ferreira (1959), há indícios de que o núcleo de povoamento que hoje é Umbaúba tenha surgido por volta de 1860 e 1870, na fazenda Sabiá, de propriedade do coronel português Manuel Fernandes da Rocha Braque. Tais terras estavam juridicamente encravadas no território do Espírito Santo, hoje cidade de Indiaroba/SE.

Como anuncia o título do capítulo, foi entre as imbaúbas e às margens do manso riacho da Guia onde descansavam os tropeiros<sup>14</sup> atraídos por sombra e água fresca, que nasceu a cidade de Umbaúba. De acordo com a historiadora Clemente (2002) este lugar tornou-se uma espécie de pousada ao ar livre. Ali os grupos de viajantes descansavam, preparavam comidas, davam água aos animais e pernoitavam com o propósito de restabelecer suas forças para continuar a viagem. Esta parada ficou conhecida como a “estrada da Guia” que além de ponto de descanso, servia como marco geográfico para guiar os comerciantes advindos da Chapada dos Índios, hoje cidade de Cristinápolis/SE, que se direcionavam para a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itabaininha e da cidade de Estância/SE. Foi a partir do final do século XIX que houve um aumento considerável de viajantes nessa localidade, fato que

---

<sup>14</sup> O termo tropeiros é designado aos condutores de tropas de animais e/ou condutor de bestas de carga, em geral comerciantes.



despertou em alguém de tino comercial oportuno, colocar um ponto de venda de gêneros alimentícios e bebidas.

Tempos depois, ainda no final do século XIX, houve uma forte tendência de projetos de modernização, de crescimento, de desenvolvimento no País “[...] em decorrência de um contexto mundial devido à nova estrutura produtiva que se desenvolve na Europa Central” (CORSETTI, 1998, p.4). Seguindo o entendimento da autora, é possível perceber que aqui em Sergipe, esse processo chamado de modernização, foi implementado dentro de um pensamento político republicano voltado para a expansão do ensino, implantação de escolas, desenvolvimento da área rural e crescimento dos povoados. Fatos que na povoação de Umbaúba aconteceram tardiamente. Neste contexto, foi construída a segunda casa da região, provavelmente pelo proprietário do ponto de venda ali estabelecido.

Por certo, o aumento do fluxo de tropeiros na região deu margem para a edificação de outras casas e outros pontos comerciais. Tal fato levou ao aparecimento de feiras livres, o que tempos depois se constituiu em um arraial, passando a ser chamado de “Riacho da Guia”, em alusão ao riacho ali existente. O então coronel Manuel Fernandes da Rocha Braque, atento ao que estava sendo desenvolvido em suas terras, logo construiu uma capela, dedicando-a a Nossa Senhora da Guia, que se tornou a padroeira do lugarejo. Como grande incentivador do povoado, separou uma área de sessenta braços quadrados e doou para a pequena comunidade que ali se formava (FERREIRA, 1959).

Nasce então, o Povoado de Umbaúba, que assim como outras povoações, tornou-se cidade. Segundo GRAZZIOTIN e ALMEIDA, “[...] pela necessidade dos cidadãos de compartilhar espaços. Por diferentes motivos, homens e mulheres deixam a vida isolada do campo e escolhe fixar moradia perto uns dos outros, formando, com o tempo, a cidade, espaço que enfatiza a demanda por instrução...”. (GRAZZIOTIN e ALMEIDA, 2012, p. 51). Neste contexto temporal, a origem da cidade de Umbaúba e de seu campo educacional está necessariamente entrelaçada historicamente com os projetos de modernização do País e do Estado de Sergipe.

Evidência disso é que menos de um mês após a Proclamação da República, mais precisamente em 10 de dezembro de 1889, foi criada, no povoado, a primeira cadeira de ensino<sup>15</sup>. Segundo Cardoso (2002): “O Termo ‘cadeira’, corresponde à época o mesmo que

---

<sup>15</sup> Pelo ato de 1º de dezembro, “[...] resolveram a considerar subsistentes todas as cadeiras de ensino primário atualmente provido, criando as seguintes: uma do sexo masculino no povoado da Barra dos Coqueiros, e dez de ensino comum nos povoados - Ilha dos Bois, Ilha do Ouro, Atalaia e Barroso, Bom JESUS, Fazendinha, **Umbaúba**, Pedra Mole, Sobrado e Jaboatão. Para preencher ditas cadeiras designamos professores avulsos, estritamente respeitados às respectivas antiguidades”. Relatório apresentado pelos cidadãos engenheiro José de

‘Aula Régia de Gramática Latina’, o que representava uma unidade escolar, uma escola.” (CARDOSO, 2012, p. 178). Sobre isso, ratifica a historiadora Maria Thetis Nunes (2008, p. 187), “Para tranquilizar a sociedade, nessa mesma ocasião se baixava o decreto considerando subsistente todas as cadeiras do ensino primário oficial, e criando outras em diversos povoados”.

A criação da cadeira, por certo contribuiu ainda mais para a constituição da povoação. Com a morte do Coronel Manoel Fernandes, seu filho, major Cândido José de Araújo Viana, deu continuidade a idealização do seu pai, de fazer crescer o povoado. Para tanto, reformou a capela, com a ampliação e construção da torre e, em 1926, conseguiu transformar em distrito o povoado de Umbaúba, pela Lei nº 961 de 16 de Outubro. Nas divisões territoriais que se deram entre os anos de 1936 e 1938 no Estado de Sergipe, ficou estabelecido que o distrito de Umbaúba fizesse parte do município de Cristinápolis. Apesar dessa situação, a sede do distrito é elevada à categoria de Vila, através da Lei Federal nº 311, 02 de Março de 1938. Ainda assim, continuava sendo até 1948, parte integrada da cidade de Cristinápolis (CLEMENTE, 2002).

Segundo Ferreira (1959), o crescimento comercial aliado ao desenvolvimento agropecuário, possibilitou a esse distrito se tornar tão importante quanto o município de Cristinápolis. Desse modo, em 1954, no governo de Leandro Maciel, a então Vila de Umbaúba adquire a categoria de cidade, por meio da Lei Estadual nº 525-A, de 06 de fevereiro do corrente ano. A recém-criada cidade possuía um núcleo municipal e pertencia ao termo da comarca de Itabaianinha, conforme ficou estabelecido pela Lei Estadual nº 554/54. Em outubro desse mesmo ano, foi realizada a primeira eleição do município, sendo eleito o prefeito Anfilóbio Fernandes Viana, que governou a cidade com cinco vereadores. Todos empossados em 31 de Janeiro de 1955.

No que concerne aos aspectos geográficos do município de Umbaúba/SE, situa-se na porção meridional do Estado de Sergipe e, conforme a divisão da Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, a cidade integra o território sul sergipano. Conforme pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia- IBGE<sup>16</sup>, possui 121,101 km<sup>2</sup> e conta, atualmente, com um contingente populacional de 22.434 habitantes. Já no período estudado, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, apresentava

---

Siqueira Menezes e professor Baltazar Góis em treze de novembro de 1889. In a República em Sergipe, p. 216 (NUNES, 2008, p. 360, grifo nosso).

<sup>16</sup> Pesquisa realizada no site IBGE cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=280760#>>. Acesso em: 4 nov. 2012 às 12h 24min.

respectivamente: 4.037; 5.742 e 9.537 habitantes. Com um clima seco no verão e chuvas esparsas nas outras estações, enquadra-se nos climas quentes do tipo mediterrâneo. Limita-se ao nordeste com o município de Santa Luzia do Ithanhy/SE, ao sul e sudeste com o município de Cristinápolis/SE, a leste e Sudeste com o município de Indiaroba/SE e a oeste e nordeste com o município de Itabaianinha/SE.

Ainda segundo Ferreira (1959), o município é drenado pela bacia hidrográfica dos rios Piauí e Rio Real. O rio Piauí, principal rio da bacia, com 132 km de extensão, tem suas nascentes na Serra de Aguilhadas no município de Riachão do Dantas e desemboca na barra de Estância. Com bioma predominante de Mata Atlântica, atualmente existem apenas vestígios da vegetação arbórea, com recorrência vegetal arbustiva. Os solos fortemente ácidos constituídos de matérias bastante resistentes ao intemperismo, sendo de baixa fertilidade natural.

Ao longo do tempo, a economia passa por alguns estágios e os aspectos econômicos apresentam seu maior desenvolvimento para as atividades agrícolas e comerciais; as indústrias, por sua vez, aparecem nesse contexto setorial com participação reduzida. Nas atividades ligadas à agricultura, destacam-se a mandioca, o fumo, a laranja e o coco-da-baía; na pecuária, mais recentemente, a criação bovina e no ramo industrial, destacam-se as serrarias e as cerâmicas.

No que tange aos aspectos socioculturais, que por sua vez, envolvem os elementos religiosos, há os eventos locais, bem como as manifestações folclóricas que fazem parte da memória popular e se mostram evidentes no cotidiano da população umbaubense. Deste modo, dentre os credos professados destaca-se o catolicismo, cujos religiosos dispõem de uma igreja matriz, que recebeu o nome da padroeira local “Nossa Senhora da Guia”, localizada na Praça Gil Soares. Desde o ano de 1952, existem no município, adeptos do protestantismo, cujos fies reúnem-se, atualmente, nas igrejas evangélicas: Igreja Batista Bethania<sup>17</sup>, Assembleia de Deus<sup>18</sup>, Igreja Congregação Cristã no Brasil<sup>19</sup>, e outras que funcionam em

---

<sup>17</sup> O primeiro Culto Batista aconteceu no ano de 1952, na Fazenda Tabuleiro, pertencente à família Cardoso Silva. Porém, a fundação oficial da Primeira Congregação Batista em Umbaúba/SE aconteceu no ano dia 02 de maio de 1961. Sua localização se deu à Rua Jequitibá, nº 80 (Atual Avenida Manoel Fernandes), sendo denominado de SANTUÁRIO DA CONGREGAÇÃO BATISTA DE UMBAÚBA/SE, e foi composto por 16 (dezesseis) membros das famílias CARDOSO SILVA e FORTUNATO. Fonte: Professoras Maria José de Souza Reis e Maria Raimunda da Paz, Funcionárias da Secretária Municipal de Educação de Umbaúba.

<sup>18</sup> O primeiro Culto aconteceu na casa de Dona Maria da Conceição das Virgens, localizada no Povoado Tauá em 1956. O irmão José Francisco dos Santos foi o fundador da Igreja Evangélica Assembleia de Deus na cidade de Umbaúba/SE, tendo sua sede construída e inaugurada em 1968, localizada à Rua Benjamin Constant s/n neste mesmo município. Informações do Diácono Marcelo Augusto Rodrigues Silveira.

salas e prédios alugados. Entre os principais eventos da cidade, ganham relevo a Festa da Padroeira, “Nossa Senhora da Guia”; o Festival de Cultura e Arte de Umbaúba, o São João; São Pedro e o Carnaúba - uma espécie de carnaval antecipado. Em meio às manifestações folclóricas estão a “Zabumba”, “Quadrinha”, “São Gonçalo” e “Lindo Amor”.

Tais aspectos históricos, econômicos, políticos, geográficos e socioculturais são balizadores para cumprir os objetivos a que me proponho alcançar. Uma vez que, o lugar é revelador das trajetórias de vida das professoras e contribuem para a compreensão dessa história, ao emaranhar os traços da cidade que estão apoiados em suas pedras, documentos, fotografias e demais marcadores que por certo se constituem em fios condutores do labirinto das memórias. Assim, corroborando com GRAZZIOTIN e ALMEIDA, “[...] as cidades constroem espaços de memória e a história da educação é construída, em certa medida, por elas.” (2012, p. 28). É neste sentido que vejo que os modos de educar das minhas professoras dialogavam, de forma diáfana com tais aspectos. Com isso, não poderia contar/fazer uma história da educação sem levar em consideração que o lugar faz o sujeito e o sujeito faz o lugar.

Ao focar as lentes, para melhor historiografar a educação do município de Umbaúba, vejo o florescer das instituições educacionais, representadas pela Primeira Cadeira Régia na povoação de Umbaúba, em 1889, e Escolas Isoladas, que foram difundidas no município na década de 1950. Em tais instituições havia a permanência da constituição de volumosas turmas multisseriadas e improvisos na materialidade escolar. Pois, segundo Hoeller (2009), “[...] nas Escolas Isoladas, grosso modo, um só professor lecionava no mesmo horário escolar, na mesma sala e a todos ao mesmo tempo, embora ocorressem níveis diferenciados de andamento e diferenciação dos anos de escolarização dos alunos”. (HOELLER, 2009, p. 30).

Em Umbaúba, tal tipo de escola se constituía em uma sala, com mesa e bancos e eram sediadas nas residências dos grandes proprietários de terra. O funcionamento das Escolas Isoladas em Umbaúba na primeira metade da década de 1950 já atendia ao Artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB nº 4.024/61 cujo texto assegurava que:

Os proprietários rurais que não podem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas residências. (BRASIL, 1961).

---

<sup>19</sup> A Igreja Congregação Cristã no Brasil foi fundada no Município de Umbaúba/SE no ano de 1975 pelo Ancião José morais dos Santos e está localizada na antiga Rua Arauá, hoje, Rua Nicodemos Correia Falcão, nº 554 - Centro da Cidade de Umbaúba/SE. Informações do Colaborador da Congregação o Sr. Regivaldo Goes Pereira

Contudo, as evidências da existência de Escolas Isoladas se deixam revelar pelas lembranças de duas das minhas entrevistadas, são elas: Maria Lita Silveira e Maria Isabel dos Santos. Ambas, no início de suas carreiras como professoras, lecionaram em instalações similares, sendo elas, respectivamente, “Fazenda Major” e “Fazenda Cruvelo”, situadas no município de Umbaúba/SE.

No entanto, os ventos que pairaram sobre a nascente República trouxeram consigo um projeto de educação imbuído pelos princípios pedagógicos modernos da utilidade, concreticidade e praticidade do conhecimento. Frente à nova cultura escolar, foi disseminada pelas instituições educativas do Brasil em ritmos diferenciados. Isto porque, os avanços e recuos aconteciam dados às condições intelectuais e materiais de cada tempo e lugar. A seleção de novas disciplinas, conteúdos e práticas escolares, ancorada nas ciências e nos valores republicanos da moral, do civismo e do patriotismo, deveriam conformar o novo sistema de ensino com competência de instruir e educar as classes populares. Tais ideias foram materializadas pela construção dos Grupos Escolares. Neste sentido esclarece Rosa Fátima de Souza:

A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciavam as mudanças do ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição de escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar. (SOUZA, 1998, p. 49-50).

Na História da Educação Brasileira, o Grupo Escolar representou a grande transformação do ensino primário, pelo fato de ser o lócus das inovações substanciais em termos de cultura escolar. Sob o ponto de vista pedagógico, ele se diferenciava radicalmente da Escola Isolada por criar a seriação do ensino primário em quatro anos, sendo que cada série tinha um professor, fato que implicava a definição e a ordenação determinada dos saberes escolares nos programas de ensino, bem como o ensino simultâneo. De acordo com Teive e Dellabrida (2011), as experiências inovadoras dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, nos primeiros anos do regime republicano, foram disseminadas nos outros Estados da federação brasileira nas primeiras décadas do século XX. Assim, no Estado de Sergipe e mais

precisamente em Umbaúba<sup>20</sup>, tais ideais chegaram tardiamente, visto que os Grupos Escolares foram construídos somente entre os anos de 1963 e 1970.

Para tratar dos aspectos educacionais no período de 1955 a 1989, adentro pelas informações oficiais, com ênfase em dados numéricos oriundos de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como dos documentos do arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Umbaúba. Contudo, neste, os documentos, ou seja, as Leis, em especial as referentes à educação, não estavam organizadas. Situação que me levou ao trabalho minucioso do pesquisador, de catalogar e classificar tais documentos escritos que normatizam sobre a educação municipal. Com isso, estava diante de alguns suportes para iniciar a construção da minha pesquisa. No entanto, houve grande dificuldade para selecionar os documentos (Leis) mais importantes para a edificação deste intento. Assim, das 622 Leis aprovadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Umbaúba/SE, no período de 1954 a 2013, apenas utilizo as que marcam a sua temporalidade entre os anos de 1954 a 1989, pois as considerei fundamentais para compor a História da educação, que me proponho a escrever, por se tratar da edificação da estrutura educacional do município pesquisado.

As leis aprovadas e implementadas referem-se às escolas que foram criadas no município e aos seus respectivos professores. A partir deles percebi as práticas de uma educação normatizada/sistematizada e ou institucionalizada<sup>21</sup>. Esses registros encontrados são cruzados com as memórias, as narrativas (documentos orais) das professoras com o objetivo de possibilitar uma melhor definição, um contorno mais claro das datas, das leis, das práticas e dos modos de educar do período em questão.

No que tange a busca destes documentos escritos, aconteceu de modo paralelo com as entrevistas, pois, assim que escutava as informações contidas nas memórias das entrevistadas, desenvolvia uma ânsia, uma curiosidade por esclarecer ao máximo as datas, os nomes e as histórias despertadas pelo esquecimento das recordadoras e, sobretudo a vontade de fazer com rigor a historiografia do município onde nasci. Esta situação levou-me a procurar documentos escritos de toda ordem que se constituíssem fontes sobre a educação sistematizada de Umbaúba. Tais documentos escritos foram amealhados, separados e farão parte no Centro de Memória Oral da Educação Sergipana.

Conforme os dados censitários do IBGE, não há registros numéricos do quantitativo de alunos e escolas no município nos seus 10 primeiros anos de emancipação. Já ao ano de

---

<sup>20</sup> A emancipação política de Umbaúba ocorreu apenas em 1954, fato que implicou no atraso da construção dos Grupos Escolares.

<sup>21</sup> Para esses termos foi considerada a legislação, a cultura escolar, as práticas escolares, bem como a cronologia de criação e fundação das respectivas escolas.

1970, do contingente que residia no município entre 05 e 19 anos, tem-se que 577 sabiam ler e escrever e 501 eram estudantes, na faixa etária de 20 a 49 anos, 699 sabiam ler e escrever e 27 eram estudantes. Desse modo, posso conjecturar que 1276 pessoas possuíam grau de instrução, porém, os analfabetos somavam 3.676 indivíduos. Vale ressaltar que nesse período apenas 21 habitantes tinham o 1º grau completo, entretanto, não há indícios de pessoa com o 2º grau completo, nem tão pouco com nível superior. (CLEMENTE, 2002).

Segundo Ferreira (1959), em 1980, a rede de ensino de Umbaúba contava com o total de 17 estabelecimentos escolares distribuídos pelas esferas estadual, municipal e particular. No que concerne à distribuição e localização das escolas, a zona urbana absorveu cinco unidades escolares, que funcionavam com cursos de alfabetização, 1º e 2º graus. Na zona rural, por sua vez, encontravam-se instaladas 12 escolas, desenvolvendo somente o ensino de 1º grau, que corresponde ao atendimento dos 1º, 2º e 3º ano. Em 1983 a cidade possuía dois estabelecimentos de ensino Pré-escolar, 16 de 1º grau, entre estes um estadual, 13 municipais e dois particulares. Segundo os dados do IBGE (1980), dos 9.537 habitantes, apenas 134 deles possuíam o primeiro grau completo. Entre esse contingente, apenas 38 pessoas concluíram o 2º grau e somente três obtiveram o nível superior.

O painel educacional que se compôs no período de 1955 a 1989 na cidade de Umbaúba, a partir da demonstração dos números acima, nos remete a um universo que dependia da construção de uma identidade educacional na qual se colocasse os índices de analfabetismo em termos menos ascendentes. Parto então de uma concepção da socialização/universalização da educação, em que o povo pudesse ter acesso aos mais elementares conhecimentos teóricos e práticos. Como dispõe os Artigos 2º e 3º da LDB nº 4.024/1961:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar aos seus filhos. O direito a educação será assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade a iniciativa particular. O estado garantirá igual oportunidade a todos. (BRASIL, 1961).

O cenário que se firma na educação, no período de 1955 a 1989, ainda que apresente algumas particularidades, é voltado para uma educação em que as práticas escolares enfatizem o ufanismo patriótico e que o povo pudesse ter acesso ao saber. Era comum a construção de salas de aula nos locais mais longínquos dos centros urbanos, aproximando o professor de um público não ou menos escolarizado. Este mesmo contorno pôde ser vivenciado pelas educadoras aqui estudadas desde seu processo de formação até seu encontro com os primeiros

alunos, sendo levadas muitas vezes para ensinar em ambientes distantes do núcleo urbano de Umbaúba.

As experiências vividas, transformadas em lembranças, são geradoras de significados e, conseqüentemente, acabam por auxiliar na compreensão da história, e nesse caso de uma história vista de baixo. É nesse sentido que se destacam as professoras, ora colocadas por mim como objeto de estudo, pois cada palavra, cada movimento, possui um lugar reservado na vida do outro, seja o professor com quem elas trabalharam o aluno com o qual trocaram saberes e experiências e a comunidade na qual participaram. Em suma, todas as trocas significativas que ocorrem dentro e fora dos muros escolares e, enfim, que compuseram a história.

Ao ouvi-las, a sensação foi a de que suas diferentes trajetórias possibilitaram uma versão da escrita da história baseada em memórias que talvez não fossem contempladas por uma história oficial (THOMPSON, 1992). Assim, quero fazer conhecidas as trajetórias das professoras Risoneuma Soares Feitosa, Janete Aguiar de Souza Cruz, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora, Acinete Almeida Bispo, Maria Isabel dos Santos e Josefina Batista Hora, pois suas narrativas em muito revelam sobre si, bem como sobre a cultura escolar e as práticas escolares próprias do seu tempo e espaço.

A Professora Risoneuma Soares Feitosa, 69 anos, ingressou aos 10 anos no Grupo Escolar Severiano Cardoso, localizado no município de Boquim, situado no território sul do Estado, onde cursou, em 1961, o curso primário. A então aluna Risoneuma deu continuidade ao curso ginasial em 1966, no Ginásio Santa Terezinha, também no município de Boquim. Minha personagem, pensando em sua formação continuada, ingressou em 1969 no Curso de Formação de Professores Regentes de Ensino em Propriá/SE, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Concluiu em 1976 o Curso Adicional de Formação de Professores no Colégio Dom José Tomaz. Em 1976, foi nomeada professora da rede Estadual de Umbaúba, onde trilhou toda a sua carreira docente. Aposentou-se em 1997.

Janete Aguiar de Souza Cruz, 72 anos, nasceu em 26 de Junho de 1939, na cidade de Tomar do Geru. Foi alfabetizada em uma Escola Isolada em sua cidade natal por sua primeira professora, Maria Galdino Silva. Aos 11 anos, cursou o terceiro ano primário no Colégio São Francisco de Assis, em Salvador, Estado da Bahia. Em seguida, foi concluir o ensino primário como aluna semi-interna no Colégio Angelerum, no Rio de Janeiro. De volta a Sergipe, iniciou sua carreira na docência na cidade de Tomar do Geru. Logo em seguida foi nomeada para a Rede Estadual na cidade de Estância, onde atuou na Escola Estadual Gilberto Amado. Por motivos políticos foi empossada no cargo de diretora do Grupo Dr. Antonio Garcia Filho na cidade de Umbaúba, onde permaneceu durante dez anos. Embora tenha sido nesse período,



alvo de perseguição política dos adversários, com sua visão empreendedora, fundou o primeiro Colégio particular da cidade, nomeado Educandário São Jorge. A professora Janete aposentou-se oficialmente em 1994.

Maria Lita Silveira, 76 anos, nasceu em 18 de Julho de 1936. “Lita” é conhecida por seus poemas, hinos e canções acerca da história local. Aos 13 anos, ingressou na Escola Isolada, localizada na Fazenda Paiaiá, no município de Cristinápolis, tendo por primeira professora, sua madrinha Maura Fontes Hora. Posteriormente, no ano de 1959, foi nomeada como professora da Escola Rural Municipal na fazenda Major, no município de Umbaúba. Em 30 de março de 1970, o então prefeito Adelvan Cavalcante Batista, fundou a “Escola Municipal Adelvan Cavalcante Batista” no município de Umbaúba. Na ocasião, a professora foi transferida para o novo empreendimento educacional. Concomitantemente estudou o secundário no Instituto Diocesano de Estância- núcleo de Umbaúba<sup>22</sup>. Em 18 de agosto de 1978, a professora foi nomeada para rede Estadual de ensino, lotada no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho. Habilitou-se para o magistério no colégio Gumercindo Bessa, localizado no município de Estância, no período entre 1976 e 1978. Cursou o Adicional no Colégio Dom José Tomaz, na capital sergipana e os treinamentos de “Madureza”, no município de Nossa Senhora das Dores. Professora Maria Lita Silveira aposentou-se oficialmente no ano de 1993.

Maura Fontes Hora, 79 anos, ingressou, no ano 1942, na Escola Isolada no município de Cristinápolis, aos nove anos de idade, onde cursou o primário com a professora Rosa Pereira Monte Alegre. Foi nomeada professora aos 14 anos, para a mesma escola. A professora também lecionou na rede Estadual no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, além de ser professora do Movimento de Alfabetização Brasileira – MOBREAL, ambos no município de Umbaúba. Por certo, todos esses lugares estão povoados de sua representatividade educacional. Professora Maura Fontes Hora apresenta um vasto acervo pessoal de cadernos, livros didáticos, apontamentos, diários de classe, entre outros. Maura Fontes Hora aposentou-se da sala de aula em 1990.

Acinete Almeida Bispo, 80 anos, nasceu em 05 de Junho de 1932. Suas primeiras experiências e saberes escolares foram apropriados aos sete anos de idade, com a professora Mari Albuquerque, em uma Escola Isolada de um povoado da cidade de Salgado. Para dar continuidade ao ensino primário, nossa personagem mudou-se para o Povoado Saco, no município de Itaporanga d’Ajuda/SE, onde concluiu o primário. Aos treze anos, foi convidada

---

<sup>22</sup> Situado na Rua Benjamim Constant S/N, Umbaúba - Sergipe e dirigido pelo Pastor Dirson Maciel de Barros.

pela sua professora, Maria do Carmo, para auxiliá-la com a turma e seu alunado. Assim, se gestou em Acinete o desejo de ser professora. Foi nomeada como professora da Escola Estadual Rural, no povoado Água Fria, situado no município de Salgado, sendo removida em seguida, em 1968, para o município de Umbaúba, onde além de ser professora do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, foi vereadora, presidente do Sindicato de Mulheres Trabalhadoras do Campo e secretária da Junta de Serviço Militar, até se aposentar, aos 60 anos de idade.

Maria Isabel dos Santos, 82 anos, ingressou na escola aos sete anos de idade, no município de Altamira, Estado da Bahia. Sua primeira e única professora, “Alice”, ministrou os saberes escolares na década de 1930, na Escola Isolada. Minha personagem foi nomeada professora da “Escola Isolada” na zona rural, povoado “Cruvelo”, bem como foi professora da Escola Municipal Adelvan Cavalcante Batista, ambas no município de Umbaúba. Os modos de ser e fazer-se professora de Maria Isabel dos Santos foram forjados durante sua trajetória enquanto aluna, pois teria herdado de sua professora “Alice”, o modo de pensar e agir no ensino escolarizado. Trabalhou como lavradora nas plantações de laranja em sua região. Depois de 26 anos dedicados ao ensino primário, aposentou-se oficialmente nos idos de 1987.

Josefina Batista Hora, 83 anos, nasceu em 10 de Novembro de 1928 na cidade de Umbaúba. Aos sete anos de idade, foi alfabetizada em uma Escola Isolada, pela professora Alaíde Martins, no município de Umbaúba/SE. Ainda no ensino primário atuou como auxiliar da professora Alaíde, pois desde cedo já espocava gosto pela profissão. Com o primário concluído e com as experiências como auxiliar de professora, iniciou sua carreira na docência em 1955, na Escola Rural no município de Umbaúba, onde atuou durante sete anos. Como tantas outras professoras do seu tempo e lugar, atuou no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, no ano de 1963. A fim de dar continuidade a sua formação, matriculou-se, em 1965, nos cursos de capacitação oferecidos pela Diretoria Regional de Educação, na cidade de Estância. Sua representatividade se estende pela cidade, pois é conhecida como a professora mais velha da região. Isto porque, sua aposentadoria no final da década de 1980 não significou o encerramento da sua marca educacional.

Por certo, os traços de similitudes/divergências que unem/separam as professoras estão atravessados em suas trajetórias de vida, marcadas pelo núcleo comum da educação e que nesta dissertação significam os pontos de partida e chegada de uma história, que privilegia além de documentos oficiais, as narrativas de quem pensou/viveu/atestou os fatos que a compõem.

## 2.1 No labirinto das trajetórias de vida... Biografias que se encontram na/pela educação

Através das memórias narradas pelas sete professoras aposentadas do município de Umbaúba, que demarcam suas trajetórias em tempos e locais, há um fragmento que chama a minha atenção, pois o vivido/experimentado é colocado de modo subjetivo, carregado de emoções, mas que fica bem perceptível, em especial na fala da professora Maria Lita Silveira:

[...] a maior tristeza na minha vida, porque moro em uma cidade que não tem história... Sabe meu filho: Olho e não vejo nada escrito dos meus tempos de menina, sobre Umbaúba... Aqui tinha muita coisa bonita, que as escolas mostravam para o povo. E agora só tem as nossas lembranças, que se perderão já, pois a gente morre logo. Umbaúba não tem nada registrado sobre a educação, sobre os professores... O que tem, está solto, sei lá onde. (Maria Lita Silveira, 2012).

A emoção aflorada na narrativa saudosa da professora Maria Lita Silveira quando rememora sobre tempos e lugares que estão ameaçados pelo esquecimento, me preocupa quanto à necessidade de preservação da memória da cidade. Para que não se cumpra o esquecimento preconizado nas palavras da professora, me propus a contar a história da educação umbaubense pelas memórias das minhas professoras do ensino primário. Assim, a súplica implícita é por mim ouvida. Ouvindo-a, busco evidências que retratem esse tempo e lugar (quase) esquecidos. Desse modo, vejo em sua voz e na sua forma de lembrar, uma rede de significados que será útil para tecer os fios da história da educação de Umbaúba no período proposto, cujo viés me possibilita chegar mais perto de um passado, que vai além dos fatos históricos e que me deixa mais próximo do vivido.

As palavras da professora Maria Lita Silveira, retumbam os anseios por uma historiografia da educação local. O que me proponho é dar novos contornos, novas cores para análise das narrativas ouvidas. Vejo então a possibilidade de contar a história da educação de Umbaúba, mesmo que parcial, através dos olhares e das práticas das testemunhas oculares dos seus fatos. Ainda que haja a impossibilidade de uma história total, de uma afirmação categórica e afirmativa sobre a institucionalização da educação na cidade de Umbaúba, busco indícios que permitem fazer uma reflexão acerca desse espaço temporal estudado. Ao mesmo tempo em que busco, em documentos oficiais, fazer um traçado entre o “local” e o “global”, o “particular” e o “geral”.

Desta forma, discutir historicamente como se compuseram as biografias das educadoras pelos epítetos que lhe representam, no trajeto percorrido na/pela educação é o que

almejo. Para isso, busco articular aspectos pessoais e regionais à carreira de professora, mesmo sabendo que as fronteiras existentes nestas relações não são claramente demarcadas nas narrativas escutadas/transcritas, mas deixam marcas diáfanas que revelam a existência de uma relação íntima entre as suas vidas - espaço privado - e a profissão - espaço institucionalizado -, seja considerando a escola, cidade, e/ou Estado.

Assim, posso observar que a História da Educação Institucionalizada em Umbaúba vai tomando forma através de pontos e conectivos estabelecidos pela sociedade e por seus aspectos culturais. Nesse sentido, Julia (2001), coloca que esses aspectos culturais estão ligados à “cultura religiosa, cultura política, cultura popular.” (JULIA, 2001, p. 9). Com isso, vejo que a História da Educação não está separada do dimensionamento cultural de uma escola, de uma comunidade, de uma sociedade. Corroborando com essa visão, Justino Magalhães (2004), ao analisar as Instituições Educativas assim concluiu que a história das instituições educativas inicia-se pela reinterpretação das histórias anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. A identidade indica para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres, pelo sistema educativo.

As lembranças aqui rememoradas e os documentos analisados remetem inevitavelmente a uma reflexão. Ao unir as memórias da professora Lita e as memórias das professoras Maria Isabel dos Santos (Dona Consuelo), Janete Aguiar de Souza Cruz (Dona Jane), Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), Maura Fontes Hora (Dona Maurita), Acinete Almeida Bispo (Dona Cinete) e Risoneuma Soares Feitosa (Dona Riso) aos documentos oficiais, foi possível perceber outros aspectos da história, a exemplo das políticas administrativas para a educação.

Desta forma, nesse capítulo se busca perceber através dos modos de educar e das trajetórias de vida das professoras supracitadas, como se compôs a história da educação em Umbaúba, que por sua vez, começa antes mesmo da própria fundação da cidade, com as “Cadeiras Isoladas”, quando ainda atrelada à Vila de Cristinápolis (hoje cidade). A história, porém, que eu pretendo explorar inicia-se a partir da fundação da cidade de Umbaúba em 06 de fevereiro de 1954. Vale registrar que a Lei Municipal<sup>23</sup> nº 01, de fevereiro de 1955, organiza o quadro do funcionalismo público municipal, criando dois cargos de professores e fixando os vencimentos. Somente três anos depois, através da Lei nº 32, de 30 de julho de 1958, aumenta de dois para cinco, o número de professores.

---

<sup>23</sup> A Lei nº 01/1955 - de 07 de fevereiro de 1955 - adota em caráter transitório, a Legislação do Município de Cristinápolis para ser aplicada no município de Umbaúba.

Foi a partir do que estabeleceu essa lei, que a professora Maria Lita Silveira foi nomeada. Assim rememora: “Primeiro eu comecei a trabalhar dentro de casa, que eu era doida para dar aula. Brincava de ser professora com os meninos vizinhos. Cobrava nada não [...] eles queriam aprender e não tinham como pagar”. Dessa forma, se afirma o encontro com a docência da minha personagem, pois, começava a atuar como tal, mesmo brincando de ser professora. Só em 1959, Maria Lita da Silveira foi nomeada como professora da Escola Rural Municipal na fazenda Major município de Umbaúba. Como conta: “O prefeito queria arrumar uma pessoa, para botar escola na fazenda Major [...] Aí perguntaram a minha irmã se ela queria. Ela disse: ‘eu não, mas eu tenho uma irmã que sabe ler’. Aí o prefeito disse: ‘mande chamar a sua irmã’. Aí fui”.

Maria Lita Silveira foi nomeada professora mediante aprovação em uma prova aplicada pelo então prefeito da época, Adelman Cavalcante Batista. Sobre a prova, relembra:

[...] ele mandou fazer uma conta. Passou um ditado de palavras [...] passou uma composição, que hoje é uma redação. Mandou fazer uma cópia, uma carta, para redigir mesmo. Quando foi a tarde ele disse: ‘traga ela para saber do resultado’. Aí quando foi duas horas, meu tio me levou lá onde era a prefeitura. Aí ele disse que eu tinha sido aprovada para trabalhar. (Maria Lita Silveira, 2012).

O que se percebe com esse depoimento é que a escolha das professoras para as “Escolas Isoladas” espalhadas no município de Umbaúba perpassava pelo olhar atento do empregador, neste caso específico, do prefeito. Assim, era por meio de uma avaliação escrita, que o pretendente ao cargo apresentava alguns conhecimentos básicos de escrita, através de uma redação ou composição, como era chamada na época. Em alguns casos exploravam-se também os conhecimentos matemáticos, através das quatro operações. Tais práticas contratuais revelam princípio de organização.

Entre a prova, a nomeação e o início do trabalho, o processo era rápido. Nesta época ainda não existia, nos moldes da Constituição de 1988, o instrumento do concurso público. Esse tipo de “concurso” foi instituído legalmente com a Lei Municipal nº 105/1969, que institui concurso de provas, para o provimento de cargo inicial, no quadro de funcionalismo da Prefeitura Municipal de Umbaúba, e a escolha acontecia de fato por uma breve seleção entre os mais notáveis ou mais próximos do grupo político instaurado no poder municipal.

Sobre as condições físicas e o regime de trabalho da sua primeira escola, a professora Maria Lita Silveira, rememora:

Foi assim que eu comecei. Na fazenda Major, em uma casinha, essas casas de barro [...] era casa de taipa de vara e barro. Eu comecei a dar aula, não tinha energia. Tinha que comprar candeia. Eu dava aula o dia todo e dava a noite aos adultos. Vinha a cavalo, passar o rio cheio. (Maria Lita Silveira, 2012).

No ano de 1961, várias providências foram tomadas pelo poder público municipal, tanto com relação à organização do número de professores quanto em relação a incentivos em forma de subvenção para o funcionamento de escolas no município, além de começar a denominar de forma oficial/legal as “Escolas Isoladas” já existentes. Evidência disso é a lei nº 52 de 20 de fevereiro de 1961. Esta lei concede subvenção mensal de 500,00 (Quinhentos Cruzeiros) à “Escola Isolada”, ministrada pelo Sr. Eduardo Camilo e dá nova denominação, passando a ser conhecida por “Educandário Carlos Firpo”. Esta mesma lei cria a Escola Rural Municipal Walter Franco no povoado Matinha.

Observa-se, com tais determinações, que o município de Umbaúba começava a ampliar o número de escolas e reconhecer historicamente as Escolas Isoladas existentes. Nesse sentido, já expressava consonância com os ditames da Lei 4.024/61 que traça as diretrizes da educação nacional, uma vez que esta estabeleceu em seus artigos 1º e 2º, que a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. À família cabe escolher o gênero da educação que deve dar a seus filhos. O direito a educação será assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade a iniciativa particular e que o Estado garantirá igual oportunidade a todos.

Assim, ainda na década de 1960, o prefeito municipal, regulamenta o provimento e a distribuição do Serviço de Instrução Pública aplicado nas zonas urbanas e rurais do município através das leis nº 93/1967, 98/1967, 102/1968 e 105/1969. Tais leis versam respectivamente sobre as seguintes normas: A criação do segundo turno para a instrução pública, com o objetivo de expandir o ensino primário e facilitar o acesso; Conceder subvenção a Escola Prof. José Pedro Brito, localizada na “Loja Simbólica Piauítinga”, na cidade de Estância, com o objetivo de contribuir, ou seja, ajudar financeiramente a esta escola, pois eram muitos os alunos de Umbaúba que estudavam no ginásio desta escola; A criação de mais três cargos de professoras primárias e três cargos de diretores para as “Escolas Isoladas” do município; e, por último, a criação do concurso de provas para o provimento de cargo inicial da Prefeitura Municipal de Umbaúba.

Sobre a criação de novos cargos para o ensino primário em “Escolas Isoladas” do município localizadas na área rural, rememorou a professora Maria Isabel dos Santos (D. Consuelo):

Antigamente a gente não fazia concurso. A gente quando dizia: ‘terminou de ler esses livros pesados’ chamava-se a prestar exame, a gente prestava exame e estava pronta. [...] Meus filhos são formados e eu chego e ensino aos meus filhos com esse estudo. Quando eu fiz o exame, já tinha lido aqueles livros todos, de cor e salteado [...] o certificado que ela dava: ‘Essa aqui está pronta’, pelas aquelas perguntas. Eu não tive como continuar meus estudos, que eu vim para aqui [Umbaúba] Meu pai adoeceu, eu tinha que trabalhar duro para dar comida a ele. Eu sabia ler um pouquinho e vim fazer uma prova aqui na prefeitura, pois o prefeito tinha criado mais cargos, vagas de professora primária. Fiz a prova aí me deram emprego como professora [...] Eu fui morar em uma fazenda, precisava de um professor... Eu fiz o teste para essa fazenda Cruvelo, foi o prefeito Adelvan Cavalcante. Lá não existia escola, era uma casa. Eu ensinava aos filhos de empregado, filho de patrão, alunos que vinham de outras fazendas: Vitória, Triunfo, Dois Riachos, de longe eles vinham. [...] hoje em dia é contrato, mas eu fui nomeada. (Maria Isabel Santos, 2011).

Através da narrativa da referida professora é possível perceber meandros de uma história, novamente, vista por baixo. Como colocou Peter Burke (1992): “Uma história da educação vista de baixo deveria deslocar-se dos ministros e teóricos da educação para os professores comuns, como fez Jacques Ozouf<sup>24</sup>, por exemplo, ou deveria apresentar as escolas do ponto de vista dos alunos” (BURKE, 1992, p. 7). Ainda conforme Burke (1992), vários novos historiadores estão preocupados com “a história vista de baixo”; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. Outro aspecto que também merece destaque é o modo como era organizado o sistema de ensino na década de 1960. Visto que a professora foi para atuar na “Escola Isolada Municipal”, que funcionava na casa onde a mesma professora morava localizada no povoado Cruvelo município de Umbaúba/SE. Foi durante esta década que as práticas de provimento de professores, criação e denominação de escolas, a expansão do ensino na cidade e áreas rurais aconteceram. A formulação e/ou práticas, executadas pelo prefeito municipal na esfera educacional, foram normatizadas por leis e decretos municipais, os quais deram ao município os moldes de educação institucionalizada.

Nesta mesma década foi promulgada a Lei Orgânica do Município que assim está apresentada: “Nós, representantes da Comunidade umbaubense, invocando a proteção de Deus, promulgamos a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UMBAÚBA<sup>25</sup>”. Esta lei regulamenta inúmeras instâncias da administração municipal. No que se refere à educação,

<sup>24</sup> J. Ozouf (et.), *Nous lesmaitres d'école*, Paris, 1967 - examina a experiência dos professores de escola elementar, c.1914.

<sup>25</sup> Lei Orgânica do Município de Umbaúba, 1968, p. 6.

está pontuado no “Capítulo IV, da educação, da cultura e do desporto<sup>26</sup>”, o seguinte: “O município montará seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, atuando, prioritariamente, no ensino fundamental e educação infantil”. Com relação à cultura estabelece que: “O município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente ligados à história de Umbaúba, a sua comunidade e aos seus bens”. No que se refere ao desporto e lazer, determina que: “O município fomentará as práticas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais”. Assim, para atender aos princípios estabelecidos nesta legislação, a LOM estipula que os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino devem compreender em 25%, no mínimo, da receita do município e, que esses recursos poderão ser dirigidos também a escolas comunitárias ou filantrópicas, desde que tenham atendidas as prioridades da rede municipal. A Lei Orgânica Municipal de Umbaúba, datada de 1961 é pautada em um ideário que está em conformidade com os preceitos do regime republicano, sob o governo de Jânio Quadros, que defendia um discurso autoritário e moralista.

O que vejo é uma interligação da Lei Orgânica Municipal de Umbaúba com os diferentes processos de ampliação e regulamentação da rede municipal de ensino de Umbaúba. Essa relação está evidente na Lei nº 105/1969, que cria concurso de provas para o provimento de cargo inicial de diretor na Prefeitura Municipal de Umbaúba, para atuar no Grupo Escolar Municipal, que só foi criado pelo Prefeito Adelvan Cavalcante Batista em 1970. Fica, pois, registrado que a regulamentação do ensino e do funcionamento das escolas, pela primeira LOM é posta em prática para atender ao que determina a legislação federal sobre a oferta do ensino público.

Para evidenciar este contexto educacional, encontro nas memórias da professora Maria Lita Silveira traços que o clarificam: “[...] na época que comecei a trabalhar fichada de carteira, era tudo conforme a lei. O prefeito Adelvan era muito exigente, tinha que estudar fazer curso e, logo fez o concurso para diretora e D. Alba foi que passou [...]”. A professora Maura Fontes Hora, por sua vez, traz em suas memórias traços que marcam esse momento. Segundo ela,

[...] as mudanças aqui em Umbaúba eram mais rápidas do que em Cristinápolis. Aqui, era tudo conforme a lei maior. Tinha que seguir o que dizia a lei do Município e a lei estadual e federal e estudar. Eu me lembro de

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 36



quando foi para eu assumir o ensino do MOBRAL, foi tanta coisa que assinei e depois estudei muito ainda [...] (Maura Fontes Hora, 2012).

Como pode ser visto as trajetórias de vida das professoras, em parte, aqui apresentadas, possibilitam observar a relação das leis que regem a educação municipal com as leis estadual e federal. Tal observação me direciona para uma análise das ações do poder executivo no âmbito da educação umbaubense, uma vez que se buscava cumprir os preceitos estabelecidos na legislação em suas três esferas administrativas, seja para contratação de professores, criação de cargos, ampliação da rede de ensino e/ou oferecimento de cursos.

Foi valendo-me da narrativa da professora Maura Fontes Hora (Dona Maurita) que me propus a cruzar as informações acima mencionadas com sua história de vida professoral, visto que, professora Maura iniciou sua trajetória profissional com apenas o ensino primário e assim como ela, outras professoras foram compondo, edificando e “tocando” a educação no município. Tal realidade foi observada pela Secretaria Estadual de Educação, que disponibilizou treinamento pedagógico aos professores, pois se fazia necessário dar continuidade a formação professoral.

Neste sentido, Dona Maurita rememora: “[...] terminei estudando nas férias, agente ia para DR-I<sup>27</sup>, em Estância... você passava o mês todo lá em Estância, quem quisesse terminar, tinha que ser assim.” E acrescenta ainda: “[...] em Estância, vinha nas férias, todas as férias, os professores todos que não eram formados, não tinham ginásio, iam fazer em Estância”. Os cursos/treinamentos que eram ofertados pela Diretoria Regional de Educação – DR-I, destinados a professores cuja formação se limitava aos anos iniciais, foram o meio encontrado para que o corpo docente fosse se legitimando. Desse modo, o valor de tecermos a sua história de vida está alicerçado na razão de que seu viver como aluna e professora muito diz dos desdobramentos do ser/tornar-se docente do seu tempo e lugar.

E, continua lembrando:

Aqui [Umbaúba], uma comadre minha era diretora, aí saiu o concurso para professores. Aí ela disse: ‘Comadre vá fazer, que a senhora tem capacidade, é dedicada e competente! Vá fazer, para a senhora ganhar o seu dinheirinho’ eu digo: ‘Há! Não vou não, eu sei que eu não acerto nada’. Eu “tabaroa”, basta isso para eu não fazer nada... Ela disse: ‘Mulher vá!’, eu digo: ‘Não vou não’, mas ela ficou insistindo... Eu digo: ‘-Eu vou!’. Aí foi quando cheguei lá ‘Graças a Deus’, só não respondi certas, duas perguntas. (Maura Fontes Hora, 2012).

---

<sup>27</sup> DR – I – Diretoria Regional de Educação nº 01, localizada no município de Estância/SE, e que engloba o território Sul Sergipano. Vale ressaltar que o Estado de Sergipe possui 08 Diretorias Regionais de Educação.

Os trajetos percorridos pela professora Maura no caminho da docência, revelados por suas memórias, são de suma importância para perceber, sobretudo, os lapsos e os esquecimentos de que é dotada a memória. Segundo Bosi (2003), é pela voz do narrador que o passado se torna cognoscível, pois convém lembrar que as entrevistas, como toda fonte histórica são fontes para conhecer o passado. O emprego de tal metodologia demanda do pesquisador maturidade para somar em si o rigor e sensibilidade, pois não nos deparamos com uma sucessão coerente de formas, mas com os tropeços da vida corrente. Ainda conforme ela: “Os lapsos, incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade [...] O silêncio do velho seria bom se correspondesse ao silêncio do pesquisador. Aprendizagem é difícil porque vivemos num moinho de palavras.” (BOSI, 2003, p. 64). Por certo, o depoimento é um trabalho do idoso, pois o narrador, ao testemunhar seu passado não descansa, mas está envolvido em uma ação cercada por intencionalidades e esforço de elaborar/transformar o vivido em linguagem. Assim, trabalhou professora Maura:

[...] agora aqui, [Umbaúba] quando eu vim ensinar, “Meu Deus”! Onde era que eu não lembro... Depois foi que fizeram o grupo Doutor Antonio Garcia Filho. Não! Tinha a Escola Rural. [...] Ensinei no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho uns trinta anos. Sempre na primeira série, mas eu sempre pedia porque era menorzinhos. Os menores são melhores de pelejar com eles, na brincadeira. Eu trabalhava com zelo, carinho e dedicação. (Maura Fontes Hora, 2012).

Por certo, estas três últimas características representam a marca que povoou a memória de uma geração de alunos, pais e os demais atores que compunham o cotidiano escolar, como evidência disso, as minhas lembranças das lições de higiene na qual ela, de forma cuidadosa, observava os cabelos, os ouvidos e as unhas. Sobre como se desdobrava seu trabalho rememora:

Eu trabalhava o dia todo, mas tinha tempo de ver a higiene dos meus alunos... Quando eu saí daqui, fui morar em um sítio ali em cima, [aponta] eu vinha o dia todo. Vinha de manhã, voltava para almoçar, vinha de tarde, vinha de noite. Teve um ano que eu trabalhei em três lugares... Foi quando veio o MOBRAL<sup>28</sup>... Eu tinha um primo meu que era secretário da prefeitura, já tinha dois horários, quando eu cheguei da escola, ele chegou logo aqui em casa: ‘Olhe vou lhe dizer uma coisa!’ – eu disse: ‘O que foi?’ – ‘lhe botei como professora do MOBRAL’ – ‘Vixe’ – ‘você é louco é?’ Eu já tenho dois turnos, não tenho empregada, como é que eu vou fazer?’ – ‘Ah, você não vai me dizer que não, que eu já enviei para Aracaju, não tem mais

<sup>28</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização que se constituiu a partir de um empreendimento do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de Dezembro de 1967, e tinha por objetivo a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos.

jeito'. Aí, isso mesmo, paciência, depois deixei, ensinei três anos o MOBREAL, à noite, depois deixei. Fiquei só manhã e tarde, depois de tarde fui para noite, fiquei manhã e noite. (Maura Fontes Hora, 2012).

A trajetória da professora Maura Fontes Hora revela outros mecanismos utilizados para compor o campo. Foi assim, sobrecarregando os professores, que os adultos foram alfabetizados. Revela ainda o pouco, ou inexistente, contingente de professores na região. Haja vista a professora ser nomeada, embora tivesse a mínima qualificação. A aposentadoria da minha personagem, como fora dito, só aconteceu no ano de 1996.

As narrativas, referente à carreira na seara professoral das minhas personagens, entre os anos de 1955 e 1976, também indicam o entrelaçamento, a relação entre a vida privada e as ações políticas de educação no município de Umbaúba. Assim, com relação ao início da docência em âmbito municipal, a professora Josefina Batista Hora, aos 14 anos de idade, terminou o primário e solicitou a professora Alaíde que continuasse na Escola Isolada, que funcionava na zona urbana do município de Umbaúba, onde estudava e era ajudante da mesma. Foi então que atuou como auxiliar da sua primeira e única professora do primário.

Referente a este momento, relata: “[...] saí do primário com... Com 14 anos, mas, aí eu tinha... Eu era apaixonada por essa... Por essa profissão. Aí eu ficava... Pedia à professora Alaíde, como você sabe, pra eu ficar... Ensinar, ajudando ela [...]”. Neste excerto, tive o privilégio de ter um inestimável testemunho da minha personagem sobre o início da sua docência e de como começou a experimentar e compor o seu modo de educar, pois sua fala, entrelaçada nas lembranças de menina/ajudante/professora, ressaltou seu modo de educar:

[...] Ajudava a tomar a lição daqueles meninos mais atrasados, a ensinar a contar... ensinar o ABC e a soletrar as palavras grandes que os meninos não sabiam ler. Isso, aí eu ficava fazendo, mas também eu fazia igualzinho a ela. Aí ela deixava... Depois eu completei dezesseis anos, não fui mais não. Aí eu fui me dedicar a outras coisas, fui ensinar particular [...]. (Josefina Batista Hora, 2012).

Observei que minha personagem se compôs professora através dos modos de ensinar, dos saberes e experiências da sua professora Alaíde e que mais tarde produziu marcas que chegaram a transformar a menina/ajudante na professora Josefina Batista Hora, conhecida como professora Zeolita. Começou a ensinar de forma particular em sua casa e, ao mesmo tempo, tomava conta da loja do seu pai. Aos vinte anos, começou a lecionar como professora

em uma banca<sup>29</sup> que funcionava no prédio dos Correios e Telégrafos na cidade de Umbaúba/SE e, em 1955, foi uma das primeiras professoras a ser nomeada da rede municipal. Neste mesmo período casou-se, indo morar e trabalhar no prédio da Escola Rural Isolada, onde começou sua docência oficial no ensino público permanecendo nesta escola por sete anos.

Em 1963, a professora Josefina Batista Hora (D. Zeolita) foi nomeada como professora da rede estadual de ensino e foi lotada no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho na cidade de Umbaúba/SE. Foi somente em 1965 que iniciou um curso de treinamento/capacitação conhecido também como “Madureza”, oferecido pela Diretoria Regional de Educação (DR-I), em Estância, para os professores sem formação e que pertenciam a rede estadual de ensino. Como ressaltado, esses cursos eram ministrados sempre nos meses de férias junho/julho e janeiro/fevereiro, o que denota as estratégias utilizadas pelos governantes para capacitar seus quadros. Tal prática, por certo, foi o meio encontrado. Entretanto, deve se considerar também o desprendimento das professoras que não pouparam ou não puderam poupar esforços para se profissionalizar. Tal fazer-se recai também no que Edward Thompson propõe: que se pense a sociedade através das experiências, pois “homens e mulheres experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades” (THOMPSON, 1981, p. 182). Neste sentido corrobora Elison Antonio Paim que:

Considerar essas questões é fundamental para que se possa discutir a formação de professores junto com professores, com as experiências, levando-se em consideração o que os professores pensam, como vivem, quais experiências têm para contar, que metodologias desenvolvem, quais as relações fazem entre teorias e práticas cotidianas. (PAIM, 2005, p. 59).

A trajetória de vida professoral de Josefina Batista Hora (D. Zeolita) foi encerrada no final da década de 1980. No entanto, sua história, ao ser rememorada, além de remeter no outro uma reflexão de um tempo/lugar é uma narrativa que expressa sentimentos que me levaram a redimensionar as representações sobre o ser/fazer professora e comerciante no município de Umbaúba/SE nas décadas de 50, 60, 70 e 80 do século XX. Portanto, suas experiências vividas, sejam como comerciante ou professora, se entrelaçam entre sombras e luzes com outros tantos saberes que estão calcados/edificados nas pedras da cidade de Umbaúba/SE, haja vista que ela permanece sendo “professora Zeolita de Umbaúba”.

---

<sup>29</sup> “Banca” é aqui entendida como aulas avulsas, ministradas em espaços não institucionalizados (casas, garagens, galpões, salões, etc.).

Ainda tomado pela avidez de entrelaçar as trajetórias de vida das professoras antes anunciadas com os acontecimentos políticos educacionais da cidade de Umbaúba, recorro também às lembranças, quase que empoeiradas, silenciadas pelo tempo, da professora Acinete Almeida Bispo para entender o caminho educacional percorrido na cidade de Umbaúba. Proponho-me a ouvir os ecos de suas memórias para estabelecer uma relação da sua trajetória professoral com a composição do cenário político educacional do município em destaque. Para isso, encontro nas memórias de “Dona Cinete”, marcas que pontuam a trilha percorrida em um tempo e lugar, sobre a institucionalização da educação umbaubense, que me ajudarão a encontrar indícios para tornar evidente, uma história que se encontra, em parte, oculta. E, com isso, vislumbrar uma saída do labirinto em que me encontro.

Para tanto, busco enveredar pelo trajeto inicial, em 1940, da vida da referida professora. Logo vejo que para continuar seus estudos, a menina Acinete teve que deixar o seio familiar, pois a Escola Isolada em que estudava no Povoado Macedinhas, município de Salgado-SE, ficou por mais de um ano sem professora. Tal fato a levou para ir morar com sua tia no Povoado Saco, então município de Itaporanga D’ajuda/SE. Lá, foi matriculada em uma Escola Isolada e estudou o 4º ano com a professora Maria do Carmo. Foi então que a “menina moça”, aos 13 anos de idade, recebe o convite da professora para ser sua auxiliar. Neste espaço de tempo, estudava o 4º ano e ensinava aos colegas que se encontravam nos níveis anteriores, ou seja, no 1º, 2º e 3º ano. Inicia-se assim sua experiência professoral.

Ao concluir o ensino primário, não recebeu nenhum documento ou certificado de conclusão, pois a “Escola Isolada” em que estudava não emitia nenhum tipo de documento quando o aluno terminava os estudos primários (Acinete Almeida Bispo, 2012). No mesmo ano em que concluiu o 4º ano, a “menina moça” Acinete volta para casa dos seus pais, no Povoado Macedinhas em Salgado/SE, e tempos depois casa-se com o Sr. Armando Alexandre Bispo e passa a residir na cidade de Estância/SE, onde morou por muito tempo e constituiu sua família.

Tempos depois recebe o convite do Prefeito de Salgado Sr. Durval Betânio de Araújo para ensinar na Escola Rural Estadual do Povoado Água Fria, no município de Salgado-SE. Esse convite marca definitivamente a sua carreira de professora, pois começa a ensinar do 1º ao 4º ano primário e, mesmo sem ter feito o exame de admissão, prepara seus alunos para exame que foi realizado no Grupo Escolar Alencar Cardoso em Salgado/SE, obtendo a aprovação de todos aqueles que prestaram tal exame. Este fato repercutiu em todo o estado e a levou até o então Secretário de Estado da Educação para prestar o exame de admissão, no qual foi aprovada. No ano seguinte, fez cursos de formação de professor,

destinado apenas para professores em docência, nas cidades de Estância, Lagarto e Salgado. Com os novos conhecimentos adquiridos, prestou concurso, foi aprovada e logo contratada pelo Estado de Sergipe como professora, continuando a atuar no município de Salgado/SE.

O percurso de Acinete foi também o de outras professoras que seguiram carreira nas redes pública e particular de ensino no interior do Estado.

[...] ao centrar nossa pesquisa do campo educacional sergipano em narrativas de trajetória de vida, pode-se compreender a realidade construída em diferentes tempos e espaços e que mesmo distante, pode ser dada a ler, através de sujeitos que produzem conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre estruturas sociais, educacionais, políticas, econômicas e culturais que os cercam. [...] possibilitando o entendimento de uma história da profissão docente, desta vez vista de baixo! (BARRETO; SANTOS; SANTOS; SILVA, 2013, p. 14).

Depois de ensinar no município de Salgado, por um período de sete ou oito anos, em 1968, ela foi transferida para o Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, no município de Umbaúba/SE, sendo requisitada pelo então Prefeito de Umbaúba, Adelvan Cavalcante Batista, para atuar como professora na Escola Rural Municipal. Esta escola, embora fosse chamada de Escola Rural, estava localizada no marco divisório entre o perímetro urbano, sede do município, e a zona rural. Sua proximidade ao centro da cidade se dava pela extensão geográfica da cidade ser muito pequena. No entanto, em poucos anos, a cidade cresceu e estendeu assim o seu perímetro urbano, compreendendo desta forma o espaço que a Escola estava localizada. Este acontecimento não foi suficiente para que os poderes Executivo e Legislativo Municipal alterassem a denominação da referida Escola, pois já era conhecida amplamente como Escola Rural Municipal e assim continuou até os primeiros anos da década de 1980, quando o Prefeito Florisval Macedo Silva, alterou seu nome para “Escola Soldadinho de Chumbo”.

Porquanto, foi na Escola Rural Municipal que minha personagem ensinou e morou com sua família por sete anos, regressando depois ao Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, permanecendo por quatro anos. Logo em seguida o Prefeito Florisval Macedo Silva solicitou a cessão da professora Acinete, para que esta assumisse o cargo de Secretária da Junta de Serviço Militar. Sua atuação neste novo cargo foi de notória importância para os umbaubenses, pois durante o tempo que atuou na Junta de Serviço Militar cuidou com “zelo e dedicação” das comemorações cívicas no município, como desfile de 07 de setembro, palestras, discursos e entrega de certificados de reservistas aos munícipes que se alistavam para servir ao Exército.

Em 1993, ao completar 60 anos de idade, solicitou a sua aposentadoria, pois objetivava ajudar ao seu esposo, Armando Alexandre Bispo, na fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Umbaúba/SE. Por este feito, o senhor Armando assumiu a presidência deste órgão. E assim, a professora Acinete, então aposentada, o fez. Começou a atuar como primeira dama do Sindicato, presidindo a ala feminina desta entidade recém-criada. Seu papel mereceu destaque, pois além de alfabetizar as mulheres sindicalizadas, viabilizou políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social, a exemplo de: Implantação do MOBRAL; Encaminhamento dos sindicalizados e familiares para internação para tratamento de saúde e cirurgia de urgência e eletiva nos Hospitais Amparo de Maria, em Estância/SE e Hospital Dr. José Augusto Leite (Hospital de Cirurgia), em Aracaju/SE; Atendimento Médico Odontológico (implantação de um Gabinete/Consultório em sua própria residência); Política de Assistência Funerária com doação de urnas para famílias carentes do município; Encaminhamento de Auxílio Doença e Aposentadoria através do FUNRURAL/INAMPS.

A atuação desta personagem no Movimento Sindical Brasileiro foi de importante contribuição, pois participou da 1ª Marcha das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que aconteceu em 1988 na cidade de Brasília. Essa luta reivindicava o direito da mulher se aposentar aos 55 anos de idade e não mais aos 65 anos. Suas experiências vividas e trocadas no campo da educação lhe renderam conhecimentos suficientes para atuar em outras áreas além da docência, pois ao enveredar por caminhos da política social encontrou espaço para representar as mulheres trabalhadoras da zona rural no Poder Legislativo Municipal. Assim, foi candidata e eleita a 2ª mulher a pertencer ao Poder Legislativo de Umbaúba/SE. Ocupou o cargo de vereadora por um mandato eletivo com muitos feitos pelas classes das professoras (como, por exemplo: indicou, elaborou e votou em projetos que criou escolas no município; fez várias indicações ao executivo para conceder aumento nos vencimentos dos professores; participou de várias discussões, debates e indicou, na câmara municipal, a reestruturação do quadro do magistério público municipal, entre outros), das trabalhadoras rurais e das mulheres umbaubenses. Destarte, além de ser professora, foi secretária da Junta de Serviço Militar, presidente da Ala Feminina do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Umbaúba e vereadora.

Conforme Paim (2005), o “Fazer-se Professor” é concebido enquanto um processo que se desenrola ao longo de toda vida, e não situado num dado momento ou lugar – universidade. Tal premissa me possibilita refletir e tecer considerações sobre o caráter inesgotável do ser humano e no seu inacabável compor-se. Para mim, são imprescindíveis as contribuições

expressas na obra “A Formação da Classe Operária Inglesa” de Thompson (1989), que gentilmente nos convida a uma reflexão sobre o permanente fazer-se da classe operária, pois esta não nasceu acabada, foi se edificando, fazendo-se, sedimentando-se...

Assim como a classe operária forma-se pela experiência, o professor também se compõe pelas experiências vividas. Segundo Paim (2005), “Pensar o professor na totalidade do seu fazer-se possibilita perceber as ambiguidades que vão se construindo nas relações estabelecidas nos diferentes espaços em que os professores relacionam-se com os outros.” (PAIM, 2005, p. 159). Deste modo, recorro às análises tecidas acima para melhor entender como a professora Janete Aguiar de Souza Cruz (Dona Janete) constitui-se professora. Para tanto, devo considerar que esta não iniciou sua carreira profissional do magistério no município de Umbaúba, pois seus primeiros contatos com a docência aconteceram na rede municipal de ensino da cidade de Tomar do Geru/SE.

“Comecei só pra alfabetizar eleitores e passei três anos na casa do prefeito que ficava na zona rural deste município, ensinando os filhos dele, cinco filhos, na fazenda dele, era muito distante, ia de jegue ói!”. Analisando parte da narrativa da professora Janete Aguiar, pude enveredar pela História da Educação de Base, que aconteceu no período de 1960, pois no Brasil, nesta década, era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central. Assim como também se visava integrar as massas populacionais, pois o Governo tinha interesses em aumentar o número de eleitores, sendo que nesse contexto, analfabeto não tinha direito a voto (FAVERO, 1983). Observo que a minha personagem atendia aos preceitos estabelecidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, quando começou a exercer a sua vida professoral.

Sobre sua primeira experiência como professora, discorre: “alfabetizei as crianças ensinando a eles o abc, contas, leitura e escrita. Fiz tudo como aprendi com a minha primeira professora Maria Galdino Silva até eles aprenderem a ler”. Segundo Barreto, Santos, Santos e Silva (2013): “[...] ao ensinar da mesma forma que aprendeu o professor, ao mesmo tempo em que se distanciava da educação ditada pelo governo se aproximava de um modo de educar próprio de uma cultura e práticas escolares próprias.” (BARRETO, SANTOS, SANTOS, SILVA, 2013, p. 1). Desse modo, o trajeto percorrido na educação, pela professora Janete estava apenas começando, pois ao alfabetizar seus primeiros alunos, já deixava rastros, evidências do modo de como foi educada, da cultura e dos saberes que foram inculcados pela sua primeira professora. Depois de três anos alfabetizando crianças na zona rural do município de Tomar do Geru/SE, volta para o seio da sua família que havia mudado sua residência para cidade de Umbaúba/SE.



Logo ao chegar a sua mais nova morada, na cidade de Umbaúba, recebeu um convite do Deputado Estadual Nivaldo Silva para ensinar na rede pública estadual de ensino. O que ela narra da seguinte maneira: “estava bordando em baixo de uma árvore... era tardinha quando o Deputado chegou com um cidadão daqui da cidade e perguntou: ‘Você quer ser professora do Estado?’ Eu disse: ‘Quero’... ‘Então vá fazer a prova em Aracaju’. E eu fui e já voltei contratada”. Ao assinar o contrato de trabalho desempenhou sua função de professora no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho onde atuou na 2ª, 3ª e 4ª série. Desta época, rememora:

Ensinava com o maior prazer, fazia porque amava a docência. Ensinava canto, religião, higiene, fazia passeios com meus alunos para fazendas, para ensinar geografia, ciência, leitura, cópia, ditado e poesia. Já tinha livros de português, matemática e moral e cívica. Era tudo bem melhor do que na época que eu estudava. (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

Ao ouvir as experiências narradas acima, ativo minha memória de aluno e busco recordações dos passeios às fazendas da região, que aconteciam na semana da criança e em outras datas comemorativas. Havia diversões e aprendizados, pois se fazia valer desses momentos para ministrar conteúdos referentes à disciplina de “Estudos Sociais” e “Ciências”. Tais lembranças remetem a trajetória de Dona Janete na condição de minha professora, pois me lembro dos passeios, dos ensinamentos que ela passava e, sobretudo, da forma divertida como aprendia. Confesso que era um dia de festa, de alegria e de aula de forma diferente.

Em 1969, fez o curso (capacitação) para ser diretora desta mesma escola, onde foi aprovada com média de 8,9. Esta nota a fez assumir a direção do “Garcia Filho” na década de 1970 até início da década de 1980, sendo exonerada do cargo de diretora e transferida, por “sofrer perseguição política”, para a Escola Estadual Gilberto Amado na cidade de Estância. Nesta permaneceu por alguns anos. Tempos mais tarde retorna a Umbaúba e assume sua docência novamente no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho. Neste período aguça o seu espírito de empreendedora e em 1979 funda o “Educandário São Jorge”, que oferecia o pré-escolar, o ensino da 1ª a 4ª série e o ensino de “banca”, do qual fui aluno e me recordo ligeiramente da primeira Banda Marcial da cidade de Umbaúba. Lembro com saudades do tempo que toquei nesta banda por dois anos os instrumentos “corneta e caixa”. A Escola desfilava no dia da Criança e meus pais se enchiam de orgulho pela minha participação.

Sua trajetória como educadora se edificou a partir da fundação desta escola particular no município de Umbaúba que permaneceu por 17 anos oferecendo a todos os munícipes uma alfabetização de modo tradicional. Sobre o Educandário São Jorge, a professora Janete Aguiar

rememora: “[...] era uma escola que sonhei ter. Eu me realizava ao dirigir minha própria escola e contribuir com a educação do povo de Umbaúba. Ensinava do Pré-primário ao 4º ano. Foi um tempo muito bom. Eu fundei a escola no tempo em que fui afastada da direção do Grupo do Estado. [...]”.

Portando a marca da experiência, a professora e empreendedora Janete Aguiar de Souza Cruz, contribuiu com a formação educacional de várias gerações de Umbaúba no período de 1955 a 1989, que estão estampadas nas memórias, nas vozes cansadas e nas vagas lembranças dos filhos de Umbaúba que beberam dos ensinamentos desta educadora. Oficialmente, a professora Janete se aposenta em 1994. Neste mesmo ano passa/entrega/doa o “Educandário São Jorge” à professora Maria Arlete Vieira de Araújo.

A professora Risoneuma Soares Feitosa, também rememora o início de sua carreira no magistério onde atuou no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, juntamente com as professoras: Maria Lita Silveira, Acinete Almeida Bispo, Josefina Batista Hora, Maura Fontes Hora e Janete Aguiar de Souza Cruz, sendo esta última, como já sinalizado, diretora daquela unidade escolar. Observa-se que as trajetórias dessas professoras se cruzam, se assemelha no caminho percorrido na/pela educação umbaubense nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Risoneuma foi nomeada professora do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho pelo governador do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite, no ano de 1976. Aos 25 anos de idade, migrou de sua terra natal para o município de Umbaúba. Sobre tal acontecimento, testemunha: “Eu me casei e sai de Boquim. Vim com meu esposo, aí depois fiz o concurso, passei, e foi aí que eu realizei o meu sonho: ser professora!”. E continua: “Minha primeira turma, foi o quarto ano, foi a de Joaquim”. Sua lembrança saudosa do quarto ano primário também se faz presente na minha memória, pois era marcante a forma carinhosa com que ela nos tratava. Muito me marcaram os seus ensinamentos religiosos, uma vez que, rezávamos na entrada da sala de aula e na hora da saída o “Pai Nosso”. Ela encaminhava a turma para o sacramento da primeira comunhão. No que se concerne ao ato de lembrar-se da minha história de vida estudantil, de forma saudosa e cheio de emoção, busco afirmação em JOSSO, que assim coloca:

O trabalho de pesquisa a partir da narração das histórias de vida ou, melhor dizendo, de histórias centradas na formação, efetuado na perspectiva de evidenciar e questionar as heranças, a continuidade e a ruptura, os projetos de vida, os múltiplos recursos ligados às aquisições de experiência, etc., esse trabalho de reflexão a partir da narrativa da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando) permite estabelecer a medida das mutações sociais e culturais nas vidas

singulares e relacioná-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social (JOSSO, 2007, p. 414 [2 de 26]).

Apesar da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 normatizar, através de seu artigo 7º, a inclusão da disciplina “religião” como facultativa, havia uma marca presente e reforçada tanto pela escola quanto pela professora para ministrar aulas de catecismo e preparar seus alunos para o ato comunal na Igreja Católica. Essa situação fica evidente na narrativa da professora, pois a inclusão desta disciplina no currículo do ensino fundamental era norma da escola.

Sua jornada de trabalho vivenciada em tal instituição educativa é guardada em sua memória: “Eu era sempre professora do terceiro ano [...] Às vezes eu ensinava pela manhã, tinha vezes que era dois turnos, pela noite, eu ensinava sempre Matemática no Ginásio”. Sua trajetória profissional tomou outros rumos, por motivos ligados a forças políticas, uma vez que os professores eram vítimas das disputas assumidas por prefeitos e governadores do Estado. Assim, narra: “Por motivos políticos, Valter Cardoso, era um deputado, ele me transferiu para Estância, e lá trabalhei no Colégio Gilberto Amado e Arabela Ribeiro e depois voltei para Umbaúba, e me aposentei, minha história é bonitinha, né?” Depois de mais de 25 anos dedicado à educação Risoneuma se aposentou em 29 de Janeiro 1996.

Como pode ser percebido, o campo educacional da cidade de Umbaúba foi se delineando com a contribuição de professoras que eram lotadas na cidade e que, por certo, superavam as dificuldades dos locais, como a falta de estradas e de transportes para exercer o seu ofício. Sobre isso, lembra a professora Maria Lita Silveira: “[...] eu ia dar aula montada em um jegue, pois não tinha nem carro e nem estrada, era lá na Fazenda Major”. E mais adiante afirma que: “[...] ou chegava à Escola Isolada da Fazenda Major, a pé ou montada em um animal. Já os alunos iam todos a pé, pois estes moravam na redondeza. Era muito difícil o acesso”.

Como que se entrelaçando às memórias das professoras aqui apresentadas, encontro na narrativa da professora Maria Isabel dos Santos (Dona Consuelo), lembranças semelhantes:

Entrei para ensinar pela Prefeitura Municipal de Umbaúba na década de 1960, acho que foi em 1967. Fui nomeada para ser professora da zona rural. Tive que ir morar na Fazenda Cruvelo, pois não tinha transporte para eu ir e voltar todo dia para cidade. Aí eu morava na mesma casa que era a Escola Isolada. Quando era para vir para cidade tinha que ser a pé ou a cavalo. Era tudo muito atrasado naquele tempo. Não tinha estrada, não tinha transporte, não tinha nada que tem hoje. (Maria Isabel Santos, 2011).

Através das narrativas apresentadas, percebo a existência de problemas estruturais do município, bem como, de problemas relacionados às políticas públicas da educação. A cidade que acabara de nascer trazia consigo diferentes problemas que agravavam, e muito, a oferta, por todo o seu território, da instrução pública. Fica evidente também, que o desenvolvimento do ensino público no Município começa acontecer de forma mais expressiva e expansiva na década de 1970, pois há uma sequência de Projetos de Leis enviados à Câmara Municipal de Vereadores de Umbaúba, voltados para implementação e ampliação de escolas, contratação de professoras, criação de cargos para atuarem nas escolas de ensino primário, denominação de escolas, convênio com instituição confessional (para ofertar o ensino ginásial) e fixação do salário mínimo para o professor primário pertencente ao quadro de professor da rede municipal.

Estas ações de responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo Municipal são elucidadas na narrativa das professoras Janete Aguiar de Souza Cruz (Dona Jane) e Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), pois ao evocarem suas memórias, encontram lembranças que ora confere ao município sinais de atraso, ora sinais de avanços e progresso administrativo. Índícios disso são as narrativas das professoras retromencionadas, quando elucidam a estrutura educacional, o desenvolvimento e a evolução da cidade. Assim relembra a professora Janete Aguiar de Souza Cruz:

[...] quando cheguei a Umbaúba no final da década de 60, só conhecia a Escola Rural Municipal e o Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, este último era do Estado. Mas logo depois, o Prefeito Adelvan construiu na cidade o Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista, ficava bem pertinho do Garcia Filho, quase na mesma rua. Eram tão bonitos esses prédios. Agora já reformaram e perdeu aquela arquitetura linda. Lembro que o prefeito, Adelvan, contratou vários professores, melhorou o pagamento dos funcionários, construiu estradas para os povoados, construiu outras escolas nos povoados, pavimentou duas avenidas... Foram muitas coisas que ele fez [...] (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

Neste mesmo contexto de crescimento/progresso da cidade de Umbaúba, a professora Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), que em sua narrativa entrelaça as lembranças de aluna/professora, quando tece e destece os fios que compõem o cenário educacional dos anos 1970 do município onde nasceu, trabalhou, reside e relembra:

[...] Eu entrei, comecei a ensinar mesmo, de verdade, sendo fichada pela Prefeitura de Umbaúba, em 1955. Era no prédio da Escola Rural Municipal, mas ficava quase dentro da cidade. Cidade não, que naquela época só tinha duas ruas. Eram essas duas avenidas de hoje, pois a Escola ficava bem

pertinho dessas ruas, mas era Escola Rural que chamava. Só depois de uns 15 anos foi que o Prefeito Adelman e o Governo do Estado começaram a construir outras escolas. Primeiro veio o Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho e depois foi o Grupo Escolar Municipal Adelman Cavalcante Batista e mais outras nos povoados que eu não lembro os nomes, sei que foram várias. Sim, teve também o Ginásio que o prefeito fez o convênio com o Instituto Diocesano da Estância e colocou um núcleo aqui em Umbaúba. Esse era particular, mas como tinha um convênio com a Prefeitura ficava mais barato. Era uma Escola muito famosa em Estância, pois era de Padres. Aí o Prefeito construiu outra escola na cidade que funcionava pelo dia para o município com o ensino primário e pela noite com o ginásio da 5ª a 8ª série. Eu lembro que o prefeito dava bolsa de estudo para quem entrasse no ginásio. Naquele tempo muita gente queria estudar, mas não tinha como pagar. Então ele ajudava. O nome dessa escola que funcionava pelo dia era Grupo Escolar Municipal Castelo Branco. Foram muitas obras e muitas leis que seu Adelman fez. Lembro que logo ele criou o Órgão Municipal de Educação que ele fundou para tomar conta dos papéis, documentos de alunos e professores das escolas municipais, foi muito serviço na cidade toda. (Josefina Batista Hora, 2012).

Observo que ao relacionar às memórias das professoras, anteriormente reveladas, com o desdobramento educacional da cidade de Umbaúba, percebo várias singularidades, de um tempo e de um lugar, presentes nos documentos oficiais que dispõem sobre a institucionalização da educação umbaubense. Evidência disso são os projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores e sancionados pelo poder Executivo na década de 1970. Sendo assim, valho-me dos registros nos anais do Poder Legislativo Municipal para me auxiliar na compreensão das fontes orais averbadas pelas professoras “Dona Jane” e “Dona Zeolita”.

## **2.2 No meio do caminho... A legislação**

Para atender a esse propósito, busquei catalogar as leis municipais que se coadunam com as memórias antes sinalizadas pelas professoras e que oficializaram a educação em Umbaúba. São elas:

Lei nº 107/1970 – De 17 de fevereiro de 1970 – Autoriza o chefe do Poder Executivo assinar convênio com o Instituto Diocesano de Estância “Colégio Estanciano” para estabelecer curso/Ginasial nesta Cidade e abertura de crédito especial;

Lei nº 110/1970 – De 13 de abril de 1970 – Altera gratificação do Professor Primário;

Lei nº 111/1970 – De 23 de julho de 1970 – Fixa remuneração do magistério Primário oficial do Município de Umbaúba e dá outras providências;

Lei nº 113/1970 – De 17 de setembro de 1970 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;

Lei nº 119/1971 – De 27 de abril de 1971 – Dispõe sobre a contratação de pessoal pelo regime da legislação Trabalhista e dá outras providências;  
 Lei nº 120/1971 – De 05 de maio de 1971 – Denomina ruas, escolas e dá outras providências;  
 Lei nº 122/1971 – De 19 de julho de 1971 – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 7.000,00 para aquisição de uma área de terra de 8.000m e doar o referido imóvel a Campanha Nacional de Escolas da comunidade (CNEC);  
 Lei nº 123/1971 – De 19 de julho de 1971 – Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), Secção de Sergipe, para manutenção de Ginásio a ser fundado desta cidade;  
 Lei nº 124/1971 – De 09 de setembro de 1971 – Reestrutura o Quadro Único do Município e dá outras providências;  
 Lei nº 128/1972 – De 10 de março de 1972 – Autoriza o Prefeito Municipal assinar Convênio com o Instituto Diocesano de Estância e abrir o crédito especial de Cr\$ 7.500,00;  
 Lei nº 130/1972 – De 13 de setembro de 1972 – Eleva vencimentos dos funcionários e cria cargos e dá outras providências;  
 Lei nº 136/1973 – De 31 de maio de 1973 – Concede Bolsa de Estudo e dá outras providências;  
 Lei nº 140/1973 – De 26 de novembro de 1973 – Projeto de Lei que Institui o Regime Jurídico dos Funcionários Público deste Município;  
 Lei nº 141/1974 – De 29 de abril de 1974 – Cria Biblioteca Pública Municipal;  
 Lei nº 162/1978 – De 27 de abril de 1978 – Cria Órgão Municipal de Educação e dá outras providências. (UMBAÚBA, 2012).

Essas leis demonstram com clareza como na década de 1970, o município criou os mecanismos legais para institucionalizar a educação umbaubense. As ações se voltaram para criação de cargos, escolas e estabelecendo convênios com instituições escolares para a normatização de órgãos responsáveis pela gestão da educação, nesse caso, a criação do Órgão Municipal ligado à rede de ensino primário. Tais mudanças e ou progressos foram ações dos agentes políticos representados pelo poder executivo e legislativo municipal que atuaram nesta década em Umbaúba.

No entanto, é possível perceber que havia uma legislação maior que norteava e justificava tais avanços na área educacional. Neste caso específico o que os amparavam era a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, no que trata da educação, no Título IV – Da família, da educação e da cultura–, estabelecendo os princípios e normas do ensino primário a Lei nº 5.692/71, pois dispunha em seu artigo 20 que “o ensino de 1º grau será obrigatório dos 07 aos 14 anos” e continua no artigo 59: “Os municípios devem gastar 20% de seu orçamento com a educação”. Assim, para o cumprimento destes artigos o Município

estabeleceu nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o orçamento específico para gastos com educação, o que está implícito nas leis municipais<sup>30</sup>.

Em respeito à Lei 5.692/71, em todas as Leis que conjecturam as LDO há um percentual de 20% de todo o Orçamento que deve ser destinado, especificamente, à instrução primária. Na descrição das contas orçamentária do município de Umbaúba, está estabelecido o que deve ser gasto com criação de escolas, com pagamento dos professores, bem como com a manutenção da escolarização municipal. Fazendo referência ao desenvolvimento/evolução do campo educacional de Umbaúba sobre a década de 1970, há uma afirmação sobre este aspecto na narrativa da professora Acinete de Almeida Bispo (Dona Cinete):

[...] foram muitos os investimentos que o Prefeito Adelvan Cavalcante Batista. Fez na educação e ensinou aos seus sucessores como fazer do mesmo jeito dele. Olha, foi assim também com o prefeito Manoel Cardoso das Virgens (Senhor Né das Virgens), e com o Prefeito Florisval Macedo Silva (Senhor Flori), tudo nessa mesma época. Eu lembro muito e fiquei feliz quando foi criada a Biblioteca Municipal, quando fez convênio com o MEC (Ministério da Educação e Cultura) para vir livros para o município. Foi uma beleza para nossa gente. A biblioteca levou o nome do Professor Dirson Maciel de Barros<sup>31</sup>. Teve também a criação do Ginásio particular, mas tinha bolsa de estudo dada pelo prefeito. Esses investimentos foram muito importantes para a educação da nossa cidade. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Pelas lembranças das minhas professoras, Dona Janete, Dona Zeolita e Dona Cinete, fecha-se o ciclo de obras, empreendimentos e políticas públicas adotadas e executadas em Umbaúba na década de 1970. O que foi rememorado por elas serviu de impulso para que eu empreendesse minha pesquisa empírica nos documentos amontoados na Câmara Municipal de Vereadores e na Prefeitura Municipal de Umbaúba, que revelam um tempo esquecido. Nestes órgãos consegui encontrar documentos que traduziam informações imprescindíveis para contar essa história. Em uma análise dessa legislação, observei que os pareceres, objetivos e justificativas que ilustram a apresentação dos projetos de leis referentes à educação trazem fortes indícios de que os dirigentes municipais primavam pelo desenvolvimento educacional dos seus munícipes. Em toda a redação nos bojos destes projetos há a seguinte expressão:

<sup>30</sup> Entre os anos de 1969 e 1979 foram promulgadas as seguintes Leis de Diretriz Orçamentária – LDO no município de Umbaúba: Lei nº 104/1969 – De 04 de outubro de 1969; Lei nº 114/1970 – De 10 de outubro de 1970; Lei nº 125/1971 – De 16 de setembro de 1971; Lei nº 131/1972 – De 26 de setembro de 1972; Lei nº 138/1973 – De 25 de setembro de 1973; Lei nº 143/1974 – De 07 de outubro de 1974; Lei nº 147/1975 – De 07 de outubro de 1975; Lei nº 152/1976 – De 13 de outubro de 1976; Lei nº 156/1977 – De 10 de outubro de 1977; Lei nº 164/1978 – De 27 de setembro de 1978 – Orça a receita e fixa a despesa do município de Umbaúba para o exercício de 1979.

<sup>31</sup> Advogado, Professor, Pastor da Igreja Batista Bethania de Umbaúba e foi Diretor do IDE- Núcleo de Umbaúba.

“[...] por uma sociedade umbaubense mais digna e desenvolvida”. Há, assim, indícios de uma preocupação com progresso, com o crescimento do município. Foram nestes documentos, ou seja, na legislação municipal que, além das memórias das minhas professoras, me mostraram como na época, se pensava, fazia e se institucionalizava a educação municipal.

A década de 1980 em Umbaúba é marcada pela efervescência do pensamento democrático Nacional que se anunciava tanto na legislação nacional, com a elaboração do anteprojeto da nova carta Magna, ou seja, a Constituição Federal de 1988, quanto na legislação municipal, com a reforma da Lei Orgânica Municipal que teve início em 1989 e só foi concluída em 1990. O que se observa é a singularidade, a relação e ou a ligação entre as esferas Federais e Municipais.

No que tange a educação, ainda encontrava-se normatizada pela Lei nº 5.692/71, que já prenunciava movimentos, estudos, propostas e projetos de construção de um sonhado regime democrático que só tomou fôlego nos primeiros anos da década de 1980, vindo a se concretizar a partir de 1985 com o novo regime político do Brasil. Tais avanços se configuraram na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como “A Constituição Cidadã”. É neste contexto que a educação de Umbaúba é composta por um conjunto de leis direcionadas ao processo de instrução/educação que foi amplamente influenciado pelos ideais democráticos que pairavam pelo pensamento da sociedade, em especial, a sociedade umbaubense. Evidência disso, os 19 Projetos de Leis elaborados pelo Poder Executivo Municipal e enviados à Câmara de Vereadores para apreciação e votação. Estes projetos traziam em suas apresentações, ideais amplamente democráticos que prezavam pelo desenvolvimento de uma sociedade democrática e participativa. Tais projetos foram todos aprovados e deram o direito ao Executivo Municipal de sancionar as seguintes leis:

Lei nº 173/1980 – De 05 de maio de 1980 – Cria e Denomina Oficialmente Escolas do Município de Umbaúba;

Lei nº 177/1980 – De 07 de novembro de 1980 – Autoriza o Poder Executivo a Contratação de Pessoal;

Lei nº 178/1980 – De 11 de novembro de 1980 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;

Lei nº 182/1981 – De 22 de agosto de 1981 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;

Lei nº 186/1981 – De 19 de novembro de 1981 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba;

Lei nº 206/1985 – De 21 de maio de 1985 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;

Lei nº 213/1985 – De 18 de novembro de 1985 – Concede 13º salários aos servidores públicos estatutários da Prefeitura Municipal de Umbaúba;



Lei nº 218/1986 – De 20 de outubro de 1986 – Cria e Denomina Oficialmente Escolas e dá outras providências;  
 Lei nº 223/1986 – De 02 de dezembro de 1986 – Dispõe Sobre o Estatuto do Magistério do Ensino de 1º Grau e dá outras providências.  
 Lei nº 224/1987 – De 19 de janeiro de 1987 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;  
 Lei nº 227/1987 – De 27 de julho de 1987 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;  
 Lei nº 232/1988 – De 21 de janeiro de 1988 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;  
 Lei nº 233/1988 – De 29 de abril de 1988 – Cria e Denomina Oficialmente Escolas e dá outras providências;  
 Lei nº 234/1988 – De 29 de abril de 1988 - Autoriza o Poder Executivo Municipal assinar Convênio com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), e dá outras providências;  
 Lei nº 242/1988 – De 12 de dezembro de 1988 – Reestrutura o Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências;  
 Lei nº 248/1989 – De 29 de março de 1989 – Reestrutura O Quadro Único do Município de Umbaúba e dá outras providências,  
 Lei nº 252/1989 – De 18 de setembro de 1989 – Cria e Denomina Oficialmente Escolas e dá outras providências;  
 Lei nº 254/1989 – De 27 de setembro de 1989 – Dispõe sobre a Contratação de Empregados Públicos pelo regime das Leis Trabalhistas (CLT) e dá outras providências;  
 Lei nº 257/1989 – De 30 de outubro de 1989 – Reestrutura e atualizam os vencimentos, cargos em Comissão e Funções de Confiança, dos Servidores desta Prefeitura. (UMBAÚBA, 2012).

Este conjunto de leis municipais dispunha sobre a nova configuração do cenário educacional de Umbaúba, envolto em um espírito democrático ansiado pelo povo brasileiro, do qual Umbaúba fazia parte. Nelas o que analiso é a expansão da oferta do ensino do 1º e do 2º graus<sup>32</sup> nas zonas urbana e rural. Além disso, há a legalização do regime jurídico dos professores quando da promulgação do Estatuto do Magistério. Por este ato reconhecem-se os direitos de uma classe, de uma categoria e o respeito ao professor. Em todas as leis anteriormente citadas pontuam-se as ações dos poderes Legislativo e Executivo Municipal no que se refere à expansão do conhecimento ao progresso/crescimento da cidade. Desta forma, para elucidar melhor tais avanços encontro na narrativa da professora Risoneuma Soares Feitosa (Dona Riso), traços que se cruzam com as leis acima apresentadas. Assim, Dona Riso, rememora:

---

<sup>32</sup> A título de esclarecimento a oferta do ensino do 2º grau, mesmo sendo de competência do Estado ou da União, foi oferecido na cidade de Umbaúba, através de uma parceria estabelecida no ano de 1970 entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Diocesano da Estância. No ano de 1988, o ensino do 2º grau foi oferecido por outra instituição. Assim, foi celebrado um convênio entre a Prefeitura Municipal e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. Em tais parcerias a Prefeitura Municipal oferecia bolsa integral para os estudantes carentes do município.

Cheguei à Umbaúba em 1976 e fui ensinar no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho. Lá encontrei a colega Maria Lita Silveira, também professora da rede municipal. A partir dela tinha conhecimento das mudanças que estavam acontecendo nas escolas do município e dos avanços na carreira do magistério municipal. Eu me tornei uma cidadã umbaubense, pois moro aqui até hoje. Acompanhei o crescimento da educação, sabia de tudo, pois meu esposo foi vereador por dois mandatos nessa época e eu pegava todos os projetos que eram distribuídos na Câmara para acompanhar. Sabia o que era aprovado e o que não era. Gostava muito de acompanhar tudo que fosse relativo à educação. Era contaminada pelo perfil de político de meu esposo. (Risoneuma Soares Feitosa, 2012).

Em outro momento, recorda:

[...] lembro que no governo do Prefeito Florisval Macedo Silva (Senhor Flori), acho que no início da década de 80. Foi nessa época, pois havia pouco tempo que tinha chegado aqui. Esse prefeito construiu muitas escolas por todo o município, quero dizer nos povoados. Isso fez com que ele contratasse muitas professoras, mas eu não fui contratada não porque tinha a questão política de meu marido que era oposição, além disso, era para trabalhar na zona rural e eu não tinha como fazer, pois além de professora, era dona de casa, aí eu fiquei de fora. (Risoneuma Soares Feitosa, 2012).

É possível entrelaçar as memórias e lembranças da professora Dona Riso com a legislação municipal anteriormente mencionada, pois a organização administrativa da educação umbaubense caminhava a passos largos para concretizar a sua institucionalização com a implantação, criação e denominação de novas escolas, novos cargos e nova organização da estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Umbaúba. Evidência disso são os documentos oficiais dispostos na Prefeitura Municipal de Umbaúba, Câmara Municipal de Vereadores e na Secretaria Municipal de Educação. Neles pude encontrar e visualizar as palavras, as informações, quase que completas, da professora antes citada, no que tange ao impulso de crescimento e desenvolvimento que a cidade de Umbaúba viveu nesta década. As discussões sobre a ampliação das Escolas Rurais, a implantação do ensino do 2º grau datam da década de 1960 a 1980, sendo esta última a mais relevante, seja pelo número de escolas que foram abertas, seja pela reestruturação do quadro único de funcionários, ou pela organização da carreira do magistério. Tais leis foram marcos positivo para compor um cenário educacional expressivo no município.

Diante do quadro configurando neste tempo e lugar, foi possível analisar que esse desenvolvimento teve início após a aprovação da Lei nº 173 de 05 de maio de 1980 que criou, denominou e ampliou as seguintes Escolas no município: Escola Rural Municipal Dr. Lourival Batista – Povoado Queimada Grande; Escola Rural Municipal Florisval Macedo

Silva – Povoado Palmerinha; Escola Rural Municipal Aurora Farias Fontes – Povoado Tauá; Escola Rural Municipal Tobias Barreto – Povoado Matinha; Escola Rural Municipal Pedro Francisco das Virgens – Povoado Caldeirão; Escola Rural Municipal Manoel Cardoso das Virgens – Povoado Estiva; Escola Rural Municipal Maria dos Santos Torres – Povoado Vitória; Escola Rural Municipal Joaquim Macedo Silva – Povoado Pau Amarelo; Escola Rural Municipal Manoel Augusto de Góis – Povoado Campinhos; Escola Rural Municipal Deoclécio de Góis – Povoado Matarongomes. Ampliação: Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalacante Batista – Centro da Cidade; Grupo Escolar Municipal Castelo Branco- Centro da Cidade. (Anexo B).

Outras leis que se seguiram, também, dispõem sobre as reformas e implementações na rede municipal de educação, como observado na Lei nº 177/1980, que autoriza o poder Executivo a contratar professores para atuarem nas escolas recém-criadas e ampliadas; na Lei nº 178/1980, que estabelece uma reestruturação do quadro de funcionários criando cargos administrativos para atuarem nas Escolas Rurais e das zonas urbanas, além de aumentar os vencimentos desses servidores; na Lei nº 182/1981, que cria 50 vagas para professor do ensino primário, por ocasião do aumento de alunos na rede municipal de ensino e extensão da oferta do ensino primário na zona rural; e na Lei nº 206/1985, que eleva para 60 o número de professores da rede municipal e cria 10 cargos de merendeiras para atuarem nas escolas da zona rural. Todas essas leis são de certa forma, evidenciadas na narrativa da professora Risoneuma Soares Feitosa, sendo também mencionadas nos diálogos que estabeleciam com sua colega, a professora Maria Lita Silveira, quando trabalhavam no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, sobre os avanços e o desenvolvimento que o município naquela época vivenciava.

O que percebo é que a expansão do ensino primário, a oferta do curso ginásial e do ensino de 2º grau foram pontos relevantes não só para o crescimento educacional, mas também para o desenvolvimento de outras áreas no município. Assim, as leis acima relacionadas demonstram a preocupação dos agentes políticos municipais sobre o aspecto educacional e me fazem perceber que não havia obstáculos para construção/edificação de escolas, bem como para estruturar o quadro de funcionários pertencentes não só a área educacional, mas de todos aqueles que faziam parte do quadro único da Prefeitura Municipal de Umbaúba.

Observo então, que em função do novo regime político em que “ordem e progresso” agora era entendido como sinônimo de democracia, os Prefeitos Florisval Macedo Silva e Wilson Cardoso Silveira, em suas gestões investiram na construção de escolas, pois estas

seriam o ideal instrumento para transformar a sociedade. Essa situação é narrada pela professora Risoneuma Soares Feitosa, que assim lembrou: “[...] foram muitas escolas construídas nos mandatos de “Flori” e “Wilson”. Era prá alfabetizar todo mundo. Foi à sorte de Umbaúba, foi o progresso. Pois é através da escola que transformamos o país: [...]”.

O município de Umbaúba deixava para trás sinais de uma cidade pacata e passava a comungar com as ideias de progresso emanadas por todo o País, via educação. A ideia era ampliar a oferta da educação em nível de 1º e 2º graus. As tabelas a seguir demonstram, em números, a situação educacional de Umbaúba nas décadas de 1970 e 1980:

Tabela 1 – Demonstração do Número de Escolas, Matrícula e Corpo Docente do Município de Umbaúba/SE em 1970 e 1972

| GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE                            |               |               |                |                 |             |            |                 |             |                   |
|---------------------------------------------------------|---------------|---------------|----------------|-----------------|-------------|------------|-----------------|-------------|-------------------|
| Anuário do Estado de Sergipe – 1972                     |               |               |                |                 |             |            |                 |             |                   |
| Unidades Escolares, Número de Matrícula e Corpo Docente |               |               |                |                 |             |            |                 |             |                   |
| Ano                                                     | Nº de Escolas | Rede Estadual | Rede Municipal | Rede Particular | Zona Urbana | Zona Rural | Nº de Matrícula | Nº de Salas | Nº De Professores |
| 1970                                                    | 05            | 02            | 02             | 01              | 04          | 01         | 528             | 10          | 10                |
| 1972                                                    | 08            | 02            | 06             | -               | 03          | 05         | 776             | 12          | 19                |

Fonte: Anuário do Estado de Sergipe – 1972, pp. 502-511

Tabela 2 – Demonstração do Número de Escolas, Matrícula e Corpo Docente do Município de Umbaúba/SE em 1983

| Alunos matriculados, número de turmas e pessoal docente, segundo a dependência administrativa e a localização. |                     |        |       |                 |        |       |                 |        |       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------|-------|-----------------|--------|-------|-----------------|--------|-------|
| 1983                                                                                                           |                     |        |       |                 |        |       |                 |        |       |
| DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA                                                                                     | ALUNOS MATRICULADOS |        |       | NÚMERO DE TURMA |        |       | PESSOAL DOCENTE |        |       |
|                                                                                                                | TOTAL               | URBANA | RURAL | TOTAL           | URBANA | RURAL | TOTAL           | URBANA | RURAL |
| <u>Escolas Federais</u>                                                                                        | 189                 | 189    | -     | 02              | 02     | -     | 04              | 04     | -     |
| Alfabetização                                                                                                  | 189                 | 189    | -     | 02              | 02     | -     | 04              | 04     | -     |
| <u>Escolas Municipais</u>                                                                                      | 1.449               | 618    | 831   | 34              | 14     | 20    | 34              | 15     | 19    |
| 1º grau                                                                                                        | 1.449               | 618    | 831   | 34              | 14     | 20    | 34              | 15     | 19    |
| <u>Escolas Estaduais</u>                                                                                       | 558                 | 558    | -     | 14              | 14     | -     | 16              | 16     | -     |
| 1º grau                                                                                                        | 558                 | 558    | -     | 14              | 14     | -     | 16              | 16     | -     |
| <u>Escolas Particulares</u>                                                                                    | 539                 | 539    | -     | 18              | 18     | -     | 26              | 26     | -     |
| Alfabetização                                                                                                  | 33                  | 33     | -     | 01              | 01     | -     | 02              | 02     | -     |
| 1º grau                                                                                                        | 447                 | 447    | -     | 14              | 14     | -     | 16              | 16     | -     |
| 2º grau                                                                                                        | 59                  | 59     | -     | 03              | 03     | -     | 08              | 08     | -     |
| TOTAL                                                                                                          | 2.735               | 1.904  | 831   | 68              | 48     | 20    | 80              | 61     | 19    |

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Como pode ser visualizado nas tabelas acima houve um aumento significativo do número de escolas/turmas, matrículas/alunos matriculados e professores/pessoal docente. Vale ressaltar que o segundo quadro é do início da década de 1980 e que esses números cresceram cerca de 3 vezes mais ao final da década. Como já sinalizado em páginas anteriores, a oferta do ensino de 2º grau se deu através de parcerias estabelecidas ora com o Instituto Diocesano da Estância (IDE), ora com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), facilitando o acesso a todos os seus municípios. Evidência disso é o que a professora Maria Isabel dos Santos (Dona Consuelo), recorda:

[...] cada dia que passava, a cidade ia mudando. Foram muitas benfeitorias que os Prefeitos Adelvan Cavalcante, Manoel das Virgens, Florisval Macedo e Wilson Cardoso, fez entre esses 30 anos na área da educação. Foram muitas obras. Eles queriam o povo alfabetizado mesmo. Umbaúba mudou muito. Veja: quando construía uma escola, logo fazia uma praça na frente, e ao redor tinha que pavimentar e se fosse na zona rural, logo enchia de casas ao redor. Aí vinha a energia, as estradas e tudo isso mudava o município e fazia crescer. [...] (Maria Isabel Santos, 2011).

Atento a narrativa da professora Consuelo, vislumbro uma reafirmação ou encontro com o que fora narrado pela professora Dona Riso e confirmado pela professora Maria Lita no que se refere às mudanças significativas na área educacional vivenciadas pelos municípios de Umbaúba na década 1980. Neste sentido, há evidências na legislação municipal de que um novo modelo de vida para os moradores da cidade, permeado pelos avanços na área da instrução, trouxe ares de modernidade, progresso e civilidade. Como evidência disso, as leis elaboradas pelo poder Executivo e votadas pelo poder Legislativo naquela época, que tinham exclusivamente essa finalidade. Nessas leis estavam implícitas as mudanças de caráter político, econômico e social que o município precisava.

Ao fazer uma breve análise do corpo das leis anteriormente citadas, entendo que havia, por parte dos dirigentes políticos, um objetivo de democratizar a educação no município em estudo, bem como desenvolver, progredir, fazer crescer a cidade pelo viés da educação, pois a escola, neste sentido, pode ser considerada instrumento da ordem e do progresso de um povo. Dessa forma, através da oferta de uma educação primária, que primava pela alfabetização do povo de Umbaúba, atendia-se, em parte, os direitos estabelecidos na legislação Federal, Estadual e Municipal, no que se refere à oferta e gratuidade do ensino de 1º e 2º graus, tornando real o ideário do regime político democrático que se alastrava durante os anos 1980 em todo o território Nacional.

A partir dos ideais democráticos de modernização e escolarização, era necessária, então, a construção de prédios próprios onde se pudessem reunir os alunos da região. Neste sentido, busco nas memórias evocadas pela professora Risounema Soares Feitosa, uma narrativa desse momento: “[...] aqui em Umbaúba foram construídos várias escolas, sendo que a maioria nos povoados para ajuntar os alunos da redondeza, pois muita gente na época morava na roça e o prefeito queria fazer, pois tinha o interesse político do voto”.

Existe na citação da professora Risoneuma Soares Feitosa (Dona Riso), uma descrição do cenário educacional e político do município, visto que ela deixa evidente que para contemplar os ideais democráticos, com a realização de tais ações, havia também o interesse político. Essas informações são cruzadas com a narrativa da professora Acinete de Almeida Bispo (Dona Cinete), que além de ser professora foi Vereadora nesta época e deixou muitos registros das suas ações nos anais da Câmara Municipal de Vereadores de Umbaúba, bem como quando exerceu a função de docência, seja como diretora, seja como professora seja como militante do Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Umbaúba e ou como Secretária da Junta de Serviço Militar.

Acinete Almeida Bispo, ao falar sobre seu mandato de vereadora na Câmara Municipal de Umbaúba, rememora:

Minha vida política como vereadora foi breve. Só foi um mandato, mas procurei fazer muito pela educação, pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ajudei o Prefeito a pensar e agir mais sobre a construção de mais escolas, contratação de professoras, ajuda com bolsa de estudos, para os que não tinham condições, e outras ações voltadas para assistência social. Foram muitas coisas que fizemos nesta década de 80. Eu me lembro disso tudo como se fosse hoje. Olha: teve um projeto que criou 90 cargos de professores, vagas para porteiros de escola, serventes e merendeiras para os Grupos Escolares do município. Teve outro que criou três escolas. Eu lembro que foram na zona rural. Foram as seguintes escolas: Gezenita Gonçalves, José Catunino e Maria José de Souza. Foram muitas mudanças, tanto desenvolvimento e crescimento na cidade que eu nem sei contar tudo. Lembro que por volta de 1986 e início de 1987, foram construídas mais escolas também nos povoados. Eu só sei o nome das escolas, mas não me lembro dos povoados. As escolas foram a João Pedro, Antonio Bendoque, Eutímio Bezerra e José Tertuliano. Mas o que me deixou mais feliz foi a Lei sobre o Estatuto do Magistério. Essa foi a que eu fiquei mais encantada, pois os professores começaram a fazer jus aos seus direitos. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

As memórias da professora e Vereadora Acinete Almeida Bispo, além de trazerem informações sobre sua trajetória política, evidenciam o desenvolvimento político educacional do município na década de 1980. Seja nos aspectos estruturais, seja no campo da legalização e

ou institucionalização da carreira do magistério fica evidente que o desenvolvimento da cidade se deu através do campo educacional. Tais informações, presentes nas lembranças/memórias de Dona Cinete estão dispostas nos anais da Câmara de Vereadores de Umbaúba.

Deste modo, foi possível analisar e entender a narrativa da professora Acinete quando me debrucei sobre as seguintes leis dispostas na Casa Legislativa de Umbaúba: Lei nº 223 de 02 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério do Ensino de 1º Grau e tinha como objetivo legalizar os direitos e deveres dos professores e estabelecer normas para a oferta do ensino de 1º grau no âmbito municipal.

Neste sentido, identifico que a institucionalização dessa lei teve como base a Lei 5.692/1971 quando estabelece no Artigo 54, parágrafos 1º, 2º e 3º, que a concessão de auxílio federal aos sistemas estaduais e municipais de ensino visará corrigir as diferenças regionais de desenvolvimento socioeconômico. Sempre tendo em vista a renda per capita, a população a ser escolarizada, o respectivo estatuto do magistério, assim como a remuneração condigna e pontual dos professores e o progresso quantitativo e qualitativo dos serviços de ensino a exemplo do expressivo número de escolas criadas no município e ao número de professores nomeados bem como os cursos de capacitação oferecidos em prol da qualidade dos seus modos de educar.

Outro avanço identificado na narrativa da professora e vereadora Acinete na rede municipal de ensino de Umbaúba, diz respeito ao que dispõe à Lei nº 232 de 21 de janeiro de 1988 que reestrutura o quadro único de funcionários do município e dá outras providências. Neste documento, pude observar o aumento do quadro de funcionários, pois foram criadas 90 vagas de professores para exercer a docência nas escolas fundadas nos anos 80 na zona rural deste município. Ainda nesta mesma lei consta a criação de 10 cargos para porteiros de escola, 10 cargos para serventes e 25 cargos para merendeiras para atuar no Grupo Escolar e nas Escolas Rurais. Com a aprovação desta lei fica evidente que na década de 1980 a estrutura educacional do município se expandiu e com isso houve uma mudança no cenário político educacional umbaubense. Evidência disso é o que dispõem as Leis nº 218 de 20 de outubro de 1986 e nº 233 de 19 de abril de 1988. Através destas, foram criadas e denominadas oficialmente sete escolas, anteriormente anunciadas pela professora e vereadora Acinete Almeida Bispo, na zona rural de Umbaúba. São elas: Escola Rural Municipal João Pedro dos Santos – Povoado Guararema, Escola Rural Municipal Coronel Antonio Bendoque Alves – Povoado Imbé, Escola Rural Municipal José Tertuliano de Goes – Povoado Riacho do Meio, Escola Rural Municipal Eutímio Bezerra Monteiro – Povoado Eugênia, Escola Rural

Municipal Gezenita Gonçalves Martins- Povoado Ponto Azul, Escola Rural Municipal José Catunino de Carvalho – Povoado Colônia Eugênia e Escola Rural Municipal Maria José de Souza – Povoado Pedra do Rumo.

Assim, o município de Umbaúba, através dos seus representantes legais, ou seja, os pares dos Poderes Executivo e Legislativo atuaram, na década de 1980, em consonância com o que estabelecia o já ressaltado Art. 59 da Lei nº 5.692/71, no qual se estabelecia que: “Aos municípios que não aplicarem, em cada ano, pelo menos 20% da receita tributária municipal no ensino de 1º grau aplicar-se-á o disposto no art. 15, § 3º, alínea “f”, da Constituição”. Neste mesmo Artigo, é pertinente analisar o que determina o parágrafo único que: “Os municípios destinarão ao ensino de 1º grau pelo menos 20% das transferências que lhes couberem no Fundo de Participação”.

Além desta disposição, há evidências do atendimento ao dispositivo, anteriormente mencionado, quando da criação de várias escolas, estruturação do quadro de funcionários e normatização jurídica do regime trabalhista dos funcionários municipais, além de outros investimentos na área educacional mencionados nas entrevistas das professoras anteriormente apresentadas. Havia também, uma atenção voltada ao regime político, econômico e social que o país vivenciava. Tratava-se, pois, de fazer existir o ideal democrático ansiado pelo povo e promulgado na Constituição Federal de 1988, presente no preâmbulo e no Art. 1º que assim dispõe: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”.

Deste modo, as memórias e as trajetórias de vida das sete professoras aposentadas do município de Umbaúba, que atuaram no período de 1955 a 1989 e que foram conduzidas pelos fios da legislação, cruzaram-se entre os corredores, paredes e esquinas do meu labirinto e me possibilitaram o contato com os modos da escolarização de Umbaúba e do desenvolvimento da cidade – não só aquele ligado pelos registros das escolas, secretaria de educação ou outros órgãos oficiais, mas também, os modos lembrados por cada uma das professoras entrevistadas, que trazem ao momento presente, as lembranças dos momentos no exercício da docência no município de Umbaúba. Tais lembranças me ajudam a compor o panorama educacional da cidade em que nasci, cresci. Com elas aprendi a ler, escrever e contar. Esses e outros aspectos, que serão adiante mencionados, compõem um quadro que vai se delineando pelos documentos oficiais, pelas memórias das minhas primeiras professoras, pelos modos que elas educaram, pela instauração do saber escolarizado, pelo desenvolvimento da educação e, sobretudo, pelas experiências de pessoas comuns, o que, na perspectiva de Edward Palmer Thompson, contribui com uma história vista de baixo para cima.



### Capítulo três

## **MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS DOS MODOS DE EDUCAR: PRÁTICAS ESCOLARES E CULTURA ESCOLAR EM UMBÁÚBA**

Figura 3 – Fachada do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista - Diretora, professora e alunos – 1974



Fonte: Acervo particular da professora Maria Lita Silveira.

[...] a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. (JULIA, 2001, p. 35).

O historiador francês Dominique Julia teve sua investigação dedicada aos aspectos que compõem a “Cultura Escolar”. Tal trabalho é circunscrito ao período moderno, mais especificamente entre os séculos XVI e XIX. Seu estudo se destacou por conceber a cultura escolar enquanto objeto histórico. Assim, o autor interessou-se pelas normas e pelas finalidades que conduzem o cotidiano escolar. Para tanto, sua investigação se preocupou em avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador, bem como pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares. Assim, o pesquisador que se propõe a entender a cultura escolar deve considerar as trocas culturais ligadas ao tempo e espaço histórico. Por certo a cultura religiosa, a cultura política ou até mesmo a cultura popular se conjugam e se separam em suas relações conflituosas e pacíficas.

Tal estudo de fato é um referencial nas pesquisas em História da Educação, pois inéditas direções e olhares foram mirados nas investigações preocupadas em entender a cultura escolar, compreendida como: “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10-11). Ao retomar este conceito anunciado no primeiro capítulo da dissertação, tenho o intento de reforçar que as normas e práticas estabelecidas na escola são fruto de intercâmbios culturais atravessados na instituição escolar e que, por sua vez, dão significados aos comportamentos dos agentes escolares.

As normas e práticas não podem ser interpretadas descoladas das finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização presentes em cada época, por isso a cultura escolar só pode ser entendida, se devolvida ao seu tempo e espaço. Mas, para além dos limites da escola, Julia (2001) traz à luz, em seu estudo, outro aspecto pertinente, evidenciado pela visibilidade ganhada dos agentes que são chamados a obedecer a estas ordens. Assim, o corpo profissional ocupa um espaço significativo no entendimento de tais normas e práticas. A cultura escolar guarda em si um conjunto de especificidades que a diferem de outras culturas, pois, diferentemente da instituição familiar, a escola produz relações cotidianas em seu interior, baseadas em normas e práticas eleitas historicamente. Enfim, “[...] por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no

sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.” (JULIA, 2001, p. 11).

Para realizar um cotejamento da cultura escolar, atento para a sua constituição histórico-social, há que se considerar que o tempo escolar permite a interiorização de comportamentos e inculcação de conhecimentos, pois a divisão do ritmo escolar produz singularidades que lhe são próprias e que, por sua vez, as diferem de outras instituições e grupos de convívio. Pois o tempo escolar entre suas: “[...] mudanças e permanências, contribui para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas de fazer e a do fazer-se da escola e de seus sujeitos.” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 21). Portanto, entender a separação do tempo, a divisão dos níveis de aprendizagem, bem como o mobiliário material é fundamental. Pois:

[...] como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 21).

As palavras de Diana Vidal e Luciano Mendes (2000) me conduzem por entre curvas e paredes do labirinto, para entender os múltiplos câmbios culturais, estabelecidos pelas minhas professoras, que durante suas trajetórias partilharam um cotidiano comum. Cotidiano esse, vivenciado nas salas de aula, nas diretorias, nos corredores e pátios... uma vez que é no interior da escola que sobressaem formas plurais de sentir, compreender e interagir. Desta forma, o fio que guia os meus passos pelos caminhos do labirinto me fazem deparar com imagens das escolas onde ensinaram essas professoras. Esse fio é enovelado por lembranças das professoras, que trazem consigo narrativas reveladoras das instituições educativas, das instalações escolares e da sua materialidade; dos métodos de ensino; do propósito de civilizar pelas disciplinas escolares; dos exames e comemorações cívicas que sequenciam o tempo escolar; da disciplina dos corpos pelos uniformes e da religiosidade como marca de ensino e, por fim, dos castigos, da inspeção e da ordem imposta no ambiente escolar. Agora minha caminhada persegue este conjunto de elementos que, juntos e por suas peculiaridades, dão corpo e me fazem entender a cultura escolar, pela ótica de quem as implementou.

### **3.1 Das instituições educativas, das instalações escolares e da sua materialidade; dos saberes e os métodos de ensino e das disciplinas escolares e dos exames**

As pesquisas que enfatizam a história da educação primária rural em Sergipe ainda são muito raras. Evidência disso é o que mostrou Rosa Fátima de Souza, que em seu projeto integrado de pesquisa: “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)”, comprova a permanência de algumas lacunas no campo da História da Educação, como a ausência de estudos sobre a história da educação primária rural. Vale enfatizar que nos anos 1930 do século XX, mais de 70% da população brasileira residia na zona rural. Apesar desta concentração populacional no campo, as políticas educacionais levadas a termo na Primeira República priorizaram as zonas urbanas. O problema da educação rural começou a ser debatido nos anos 1920 e tornou-se objeto de interesse do Estado na década de 1930. Na Constituição de 1934, o ensino rural foi estabelecido como direito social, sendo previsto orçamento anual específico para a sua manutenção. A preocupação com a educação rural esteve associada, nesse momento, ao projeto autoritário do governo de modernização da sociedade brasileira. A educação rural foi vista como um meio de contenção do fluxo migratório, de saneamento do interior e de formação técnica (AVILA, 2009; PAIVA, 1989). Ainda em 1941, a taxa estimada para a população em idade escolar na zona rural era de 2.211.205 crianças, e dessas encontravam-se sem escolas 1.889.582 (46%). A partir de 1947, passaram a ser construídas mais de 4.000 Escolas Rurais com residência anexa para os professores.

Na década de 1960, tanto na zona urbana, quanto na zona rural do município de Umbaúba as Escolas Isoladas eram raras. Duas foram identificadas. Não foi encontrado nenhum documento oficial que faça referência e/ou confirme que tais escolas existiram, a não ser em algumas raras fotografias e nas lembranças presentes na narrativa da professora Maria Lita Silveira, que lembra do seu ingresso como aluna até o início da sua vida professoral em Escolas Isoladas. Isso porque ao completar 13 anos ingressou na Escola Rural Isolada, localizada na Fazenda Paiaíá, município de Cristinápolis/SE, vizinho do município de Umbaúba. Foi lá onde Maria Lita adentrou no modelo de ensino escolarizado, com sua primeira professora e madrinha Maura Fontes Hora, cursando o primeiro e segundo ano primário e em seguida foi transferida para a fazenda “Major”, município de Umbaúba, onde também estudou com a mesma professora.

Tais instituições representavam um ensino básico pulverizado “arranjado” em salões e casas de professores, como testemunha Maria Lita: “Quando eu fui para a escola, madrinha

Maurita [a professora] ela andava lá em casa. Aí ela chegou e disse: – ‘porque não bota Lita para estudar?’ Aí meu pai disse assim: – ‘Não, porque filha mulher só aprende a escrever para o namorado’.” (Maria Lita Silveira, 2012). O pensamento do seu pai estava em fina sintonia com o pensamento dominante na época, como revelou Almeida (1978, p. 83): “O feminino tinha que esperar mais tempo: pois não havia pressa em fazer a mulher emergir da ignorância em que jazia. O menor perigo que poderia resultar do aprendizado era escrever bilhetes aos namorados”. Foi assim, pelo esforço de sua madrinha, que a menina Maria Lita ingressou na escola.

A visão que ainda vigorava à época em que se situa esta narrativa nos apresenta que a mulher, em casos como o destacado, não detinha a liberdade de estudar. Graças a esta concepção a mulher acabava se dedicando a ajudar a mãe nos afazeres domésticos e casando por arranjos, geralmente escolhidos pelos pais. Os gritos de liberdade feminina começaram a ecoar com maior força apenas na virada da primeira para a segunda metade do século XX, os movimentos feministas apresentaram perspectivas de vida para as mulheres que propunham desapego ao fogão e ao lar em função de uma vida social ativa, e como ferramenta para este processo se encontrava a escolarização. Foi assim que, mesmo sem ter concluído o ensino primário, Maria Lita Silveira, sendo ainda muito jovem, iniciou sua carreira na docência dentro da própria casa, brincando de ser professora, ministrando aula às crianças e aos trabalhadores da vizinhança, por oito anos consecutivos. Sobre esse período, expõe:

Foi assim que eu comecei. Na fazenda “Major” em uma casinha, essas casas de barro [...] era casa de taipa de vara e barro. Eu comecei a dar aula não tinha energia. Eu tenho uma foto de lá. Tinha que comprar candeia. Eu dava aula o dia todo e dava à noite aos adultos. Depois fui para fazenda “Boa Hora”, fazenda “Jaqueira” e era tudo assim em casa de taipa. Uma mesa, dois bancos, um pote para beber água, um pedaço de madeira na parede como se fosse o quadro e nada mais. Os meninos não tinham livros e nem caderno. Eu ensinava em folha de papel pautado e eram os adiantados com os atrasados todos juntos. Se quisesse ir ao banheiro tinha que ser no mato. Era assim mesmo eu sozinha para ensinar a todos. A casinha era pequena e não tinha muita coisa não. Vinha a cavalo, passar o rio cheio. (Maria Lita Silveira, 2012).

Ao que percebo, a escola dispunha de uma estrutura física inadequada, na época chamada de casa de taipa ou de pau a pique, bem como o seu mobiliário não era adequado e o material didático quase que inexistente, sendo multisseriada e com apenas uma professora, o que Teive (2011) considerou de “escola unidocente”. Esta era a instalação que representou a escola pública ao longo dos primeiros anos de emancipação do município de Umbaúba, sendo

uma das três condições de acesso à escola primária no município. Neste sentido, ainda ressalta a professora Lita: “[...] precisava só ter quatro telhas, ou até mesmo ser coberta de palha seca de coqueiro, duas paredes de barro, uma mesa grande, um banco e uma professora. Aí já era escola, era tudo muito pobre [...]”. Como se observa na fotografia da escola onde a professora Lita começou a ensinar.

Figura 4 – Fachada da Escola Isolada da Fazenda Major – 1970



Fonte: Acervo particular de Maria Lita Silveira.

Tendo em vista que a sua formação se encontrava reduzida ao primeiro e segundo ano primário, Maria Lita, depois de doze anos de dedicação profissional na zona rural de Umbaúba entre a sua passagem pelas fazendas “Major”, “Boa Hora” e “Jaqueira”, foi transferida para a cidade. Como testemunha: “Depois o prefeito me transferiu para rua. Da zona rural, para zona urbana para estudar. Eu chorei para não vir, os meninos choraram.” (Maria Lita Silveira, 2012). Assim, as primeiras referências, sobre as Escolas Isoladas no município de Umbaúba, encontradas nesta pesquisa, são reveladas por fotografias e pelas fontes orais, ou seja, pela narrativa da trajetória de vida da professora Maria Lita Silveira, que na tentativa de chegar mais próximo a um passado, lembra-se de sua trajetória estudantil e professoral evidenciando a existência de Escolas Isoladas nas fazendas “Major”, “Boa Hora”

e “Jaqueira”, localizadas no município de Umbaúba. Sobre como chegar ao passado pelas fontes orais, esclareceu Alberti (2004):

A presença de um interlocutor nos torna mais próximo do passado, como se pudéssemos estabelecer uma continuidade com aquilo que já não volta mais [...]. Mas concordamos todos que a impossibilidade de restabelecer o vivido é coisa dada. Não existe filme sem cortes, edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado. (ALBERTI, 2004, p. 15).

Deste modo, não posso historiografar o passado tal como foi, mas pelos pedaços do vivido/passado posso alcançar conjunturas maiores. Neste sentido, Bosi (2003) coloca que: “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo [...] trabalhando sobre o tempo vivido, recuperando pela voz do narrador o fluxo circular entre passado e presente.” (BOSI, 2003, p. 45). Desta forma, então, posso percorrer os caminhos que, em outros tempos, foram marcados pela existência de Escolas Isoladas na zona rural de Umbaúba. Para isso recorro também aos baús dos documentos pessoais das minhas primeiras professoras e neles encontro traços e marcas de um tempo e de um lugar que me ajudam a contar esta história.

Ao percorrer os caminhos do labirinto, construído por mim e pelas minhas professoras do primário, encontrei na narrativa da professora Maria Isabel dos Santos evidências da existência de mais outra Escola Isolada na zona rural de Umbaúba, onde a menina Maria Isabel, ao concluir o curso primário ainda muito jovem, iniciou sua carreira na docência, após prestar o “Exame de Admissão”, o que lhe possibilitou ser nomeada como professora da Escola Isolada na fazenda “Cruvelo”, município de Umbaúba. O exame de admissão ao Ginásio se constituía em um processo seletivo que elegia pela aptidão intelectual dos alunos. Tal exame, vigente de 1931 a 1971, complementava a Reforma Francisco Campos, o Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estabelecia: “Art. 18 – O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. A respeito do exame de admissão e de sua nomeação como professora, rememora:

Antigamente a gente não fazia curso. A gente quando dizia: ‘terminou de ler esses livros pesados’ chamava-se prestar exame, a gente prestava exame e estava pronta. Prestei o exame, para mim uma quarta série [aqui a



entrevistada se referiu ao seu tempo] para os estudos de hoje em dia... Meus filhos são formados e eu chego e ensino aos meus filhos com esse estudo. Quando eu fiz o exame já tinha lido aqueles livros todos, de cor e salteado [...] o certificado que ela dava: ‘Essa aqui está pronta’, pelas aquelas perguntas. Eu não tive como continuar meus estudos que eu vim para aqui [Umbaúba] meu pai adoeceu, eu tinha que trabalhar duro para dar comida a ele. Eu sabia ler um pouquinho e vim fazer uma prova aqui na prefeitura, fiz a prova aí me deram emprego como professora [...] Eu fui morar em uma fazenda, precisava de um professor... Eu fiz o teste para essa fazenda Cruvelo, foi o prefeito Adelman Cavalcante. Lá não existia escola era uma casa. Eu ensinava aos filhos de empregado, filho de patrão, alunos que vinha de outras fazendas: Vitória, Triunfo, Dois Riachos, de longe eles vinham. [...] hoje em dia é contrato, mas eu fui nomeada. (Maria Isabel Santos, 2011).

Figura 5 – Fachada da Escola Isolada da Fazenda “Cruvelo” – 1969



Fonte: Acervo particular da professora Maria Isabel dos Santos

A narrativa da professora Maria Isabel dos Santos, assim como revelou a cultura material da sua escola primária, evidenciou também pela memória a composição da materialidade escolar presente na Escola Isolada na Fazenda “Cruvelo”, como testemunha: “Não tinha quadro e nem carteira, tinha banco de pau, uma mesa que eles ficavam rodeados, uns escreviam na perna. Não tinha cadeira para os alunos sentar, eles escreviam e eu passava os deveres para levarem para casa”. Sua vida como professora na fazenda lhe possibilitou conhecer a realidade vivida pelos seus alunos, evidenciada por costumes, usos e hábitos alimentares, sobre este último aspecto revela o cardápio dos alunos nos momentos do recreio: “Eles levavam seu pedacinho de cana ou de milho assado, biscoito não existia, porque na fazenda não tinha bodega.” (Maria Isabel Santos, 2011). Vale ressaltar que desde a década de



1950 vigorava o Programa Nacional de Alimentação Escolar. No entanto, o que se observa é que a subvenção destinada à merenda escolar não chegava às Escolas Isoladas do município.

Em tempos que os Grupos Escolares já tinham sido bastante difundidos na capital e cidades mais desenvolvidas no Estado de Sergipe, o município de Umbaúba ainda contava apenas com Escolas Isoladas, pois somente em 1963 foi construído o Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, pertencente à rede estadual de ensino e, posteriormente, em 30 de Março de 1970, o então prefeito Adelvan Cavalcante Batista fundou o Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista no município. Sobre a disseminação dos Grupos Escolares no Brasil, relevou Teive e Dallabrida (2011): “A experiência inovadora dos grupos escolares no Estado de São Paulo, nos primeiros anos do regime republicano, foi disseminada nos outros estados da federação brasileira nas primeiras décadas do século XX.” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 22). Tais transformações aconteceram em Umbaúba, mesmo que tardiamente, como recordou saudosamente uma das professoras em entrevista:

Nessa época não existia trabalho, meu marido veio trabalhar aqui [cidade de Umbaúba] eu não podia ficar lá só [povoado Cruvelo], aí viemos embora. Eu fui falar com Adelvan, mas eu já ganhava pela prefeitura quando trabalhava na fazenda. Foi quando eu vim para cá, e já tinha o Grupo Escolar Garcia Filho e a Escola Rural na cidade. Aí ele (o prefeito) construiu o Grupo Adelvan e eu fui trabalhar no Grupo Adelvan, até do dia que saí, trabalhei vinte e seis anos, já era velha me aposentei [...] Aqui no Grupo já era diferente, por que lá a gente não tinha para onde sair só era fazer a, b, c, e fazer a escrita e responder o caderno [...] Mas na escola da cidade, já tinha o recreio, tinha brincadeira, tinha desenvolvimento de tudo, tinha mais conhecimento das coisas, mas lá era diferente, se saísse o gato comia a gente. (Maria Isabel Santos, 2011).

As construções do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho e da Escola Rural, na década de 1960, se deram de forma tardia, pois os novos empreendimentos escolares, como analisou Jorge Carvalho do Nascimento (2012), surgiram em 1911. Tal fato se confirma também com a construção do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista, esse pertencente à rede municipal de ensino, nos idos de 1970, na cidade de Umbaúba. A edificação de tais empreendimentos traria mudanças na estrutura física e no mobiliário escolar, como elucidou a entrevistada:

Nessa nova escola foi mais fácil, porque no Grupo a gente tem de um tudo igualmente dentro de casa [...] tinha quatro salas de aula, tinha biblioteca, tinha dois banheiros, tinha área para recreação, tinha pátio para apresentação dos alunos, tinha diretoria, tinha cozinha, tinha merenda, tinha quadro, tinha livros, tinha caderno, tinha lápis. Era lindo. Quando eu passei a ser

professora no Grupo Escolar foi mais fácil e o melhor: ficava no centro da cidade, um bem perto do outro. Era uma coisa muito boa e bonita. A construção era muito grande. (Maria Isabel Santos, 2011).

Pela narrativa da professora Maria Isabel dos Santos, fica perceptível que os prédios dos primeiros Grupos Escolares, do município de Umbaúba, foram construídos embasados nos ideais de modernidade que explodiram durante o período republicano. É pertinente também salientar que a localização dos Grupos Escolares era no coração da cidade, além de serem “austeros” e “imponentes”, eram marcados pela simetria estabelecida na época pelo plano arquitetônico do Governo do Estado de Sergipe, que atendia ao plano federal. Sobre o modelo arquitetônico dos Grupos Escolares, Teive e Dallabrida (2011) asseguram que o Grupo Escolar é a apropriação brasileira do modelo das escolas graduadas que circulavam no mundo ocidental desde os meados do século XIX, cujos prédios eram espaçosos e, na maioria das vezes, eram compostos por oito salas de aula, dois galpões destinados à recreação, pátios para as atividades de ginástica e gabinete para diretor. Consequentemente cada sala de aula era comandada por apenas um professor, que praticava o ensino simultâneo destinado a turmas homogêneas pela idade-série. Deste modo, sob o viés arquitetônico, o Grupo Escolar se distingue radicalmente da Escola Isolada, que, por sua vez, tinha somente um docente, era constituída por uma única turma com etapas de aprendizado diferentes e, como nos mostra as evidências, geralmente funcionava em casas de “taipa”<sup>33</sup>. A fotografia abaixo representa a supremacia do Grupo Escolar em relação às Escolas Isoladas.

---

<sup>33</sup> As casas de taipa eram construídas artesanalmente, utilizando como matéria-prima o barro/argila, que, por sua vez, é facilmente encontrado e extraído no território Sul sergipano.

Figura 6 – Fachada do Grupo Escolar Municipal Adelman C. Batista – 1978



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba

Tais mudanças também repercutiram nas trajetórias de vida das professoras. Evidência disso é a narrativa da professora Maria Lita Silveira, que conta da sua transferência da zona rural para o meio urbano:

Eu trabalhava na fazenda Major, na Escola Rural Isolada, era assim [...] da fazenda Major eu fui para Boa Hora, da fazenda Boa Hora eu fui para Jaqueira. Quando foi em mil novecentos e setenta o prefeito Adelman fez o Grupo Escolar Municipal que levava o nome dele. Ele disse: ‘Você agora vai ter que se mudar para a cidade, para poder continuar seus estudos’. Eu não queria, com vergonha criada na roça. Aí quando foi em trinta de março de mil novecentos e setenta. Está lá a placa, aquele Grupo Escolar foi inaugurado para eu trabalhar. Tinham quatro salas de aula, a diretoria, dois banheiros e a cantina. (Maria Lita Silveira, 2012).

Para elucidar melhor sobre as transformações recorro à narrativa da professora Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), pois ilustra com clareza esta diferenciação, uma vez que aos sete anos de idade, em 1935, foi matriculada em uma “Escola Isolada” com a professora Alaíde Martins, no centro da cidade de Umbaúba. Assim rememora: “[...] Quando eu comecei a estudar, era um salão. Era uma sala alugada. É não tinha... Demorou muito a construir aqui esse Grupo (Dr. Antonio Garcia Filho)” (Josefina Batista Hora, 2012). Ainda sobre a sua primeira escola, D. Zeolita utiliza das memórias carregadas de saudades e esquecimentos para descrever o salão que estudava, dizendo que:

[...] Tinha banco, tinha carteira, tinha quadro, tinha uns banquinhos, as carteiras eram... Não era mesa não. Não, tinha as carteirinhas. Eram aquelas carteiras que sentava dois. Sentava em uma e escrevia na outra que ficava na frente. E nesse salão, estudavam meninos e meninas juntas eram misturadas. Era mista, uma escola mista. Do pré-primário ao quarto, não tinha separação de sala porque tinha pouco professor né. Aí estudavam todos, era muitas séries juntas né. Agora, depois foi aparecendo professor do município e dividiu, mas, enquanto era do Estado só tinha uma quando eu comecei a estudar. Foi assim na Escola Isolada e no Grupo Escolar já foi diferente, tinha quatro salas, tinha diretoria, dois banheiros e o Grupo era bonito. Tinha muro pra gente não sair, tinha porteiro. Era tudo melhor [...]. (Josefina Batista Hora, 2012).

Figura 7 – Sala de Aula da Escola Isolada da Cidade<sup>34</sup> – 1969



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba

Corroborando com Ferreira, Fernandes e Alberti (2000), para que a pesquisa oral cumpra inteiramente seu papel, é preciso conhecer seus limites e até mesmo fazer deles uma força. Deste modo, o silêncio e o esquecimento da professora Josefina Batista Hora, para muitos podem ser entendidos como fraquezas da memória, porém asseveram as autoras acima que a memória na: “[...] sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Estes

<sup>34</sup> À época Umbaúba ainda era um povoamento pertencente ao município de Cristinápolis, só adquirindo sua emancipação política em 1954. Mesmo com a conquista da emancipação, a escola continuou sendo denominada “Escola Isolada”, por meio da Lei Municipal nº 52/1961, que denominou tal escola de “Educandário Carlos Firpo”.

mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses.” (FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000, p. 34). E como se precisasse de um tempo para respirar e/ou como se necessitasse restaurar as forças para prosseguir sua narrativa, “Dona Zeolita” como assim é conhecida, enveredou por caminhos que esclareceram mais o modo com que ela foi alfabetizada, recorrendo desta vez ao material que a professora Alaíde Martins utilizava com seus alunos, em suas aulas de Português e Matemática, na Escola Isolada localizada na sede do município. Assim rememora a minha personagem:

Naquela época já tinha caderno e tinha papel pautado também. Tinha caderno já, tinha até uns cadernos que já vinha com umas palavras. As frases. Eu vejo muitas delas, professoras, falando que quando não tinha caderno se escrevia uma pedra. Eu alcancei esse tempo. Era isso tinha um lapisinho. Aí fazia conta depois apagava. Apagava era, fazia conta na pedrinha. Fazia limpinha pra poder quando ela pedir fazia número, os números eram tudo copiado nas pedras, era tudo assim, depois desapareceu. Eu não lembro o nome do autor, eu sei que nós estudamos no Coração de Criança. Depois de muitos anos, veio o Pequeno Escolar, agora o Coração de Criança foi primeiro, segundo, terceiro e quarto. Professora Alaíde fazia sabatina. Os meninos estudavam a tabuada e fazia as perguntas e quem não soubesse apanhava do outro com uma palmatória. Eu não apanhava muito não. Só batia. Foi assim que eu aprendi a tabuada, pois precisava para fazer as contas na loja (Bodega) de meus pais eu sabia muito ler e contar. (Josefina Batista Hora, 2012).

Em diferentes tempos e com intencionalidade variadas as Escolas Isoladas, as Escolas Rurais e os Grupos Escolares foram disseminados no município de Umbaúba e isso representou uma atuação expressiva no contexto político educacional do município no período de 1955 a 1989, uma vez que educou e deixou perpetuado na memória de gerações as lembranças do viver na escola. A apropriação do modelo escolarizado, tanto nas áreas rurais quanto urbana, proporcionou ganhos nos campos dos saberes, político, econômico e social. Assim, os traços estruturantes deixados pelos antes referidos modelos de escola, tiveram vida longa no município, contribuindo assim para o desenvolvimento da cidade, uma vez que estradas foram construídas, praças, iluminação e pavimentação das ruas nas proximidades dos novos empreendimentos de ensino. O que observo nas narrativas apresentadas é que as professoras foram sujeitos partícipes do desenvolvimento educacional e, a partir deste, outros segmentos foram desenvolvidos. No entanto, é oportuno evidenciar os saberes e os métodos de ensino por elas experienciados.

Os primeiros indícios sobre “os saberes e os métodos de ensino” utilizados nas Escolas Isoladas e nos Grupos Escolares do município de Umbaúba, no período de 1955 a 1989, estão

implícitos nas narrativas das professoras anteriormente apresentadas. Assim, os saberes e os métodos de ensino utilizados por algumas delas, tiveram como fio condutor os postulados do “método intuitivo”, que segundo Teive e Dallabrida (2011) é visto também como método do “ensino popular” e que dá condições aos alunos de assegurarem os conhecimentos de forma lógica e prática para atuarem nas suas vidas pessoais e profissionais. Neste sentido, recorro a alguns trechos das narrativas das minhas primeiras professoras, para entender como era o modo de ensinar e qual o método utilizado por tais professoras nesse tempo e lugar. Assim rememorou Maria Lita Silveira sobre o método usado:

Eu não pegava nas mãos deles não. Ficava só orientando como eles tinham que fazer o nome. Nas turmas de primeiro ano era assim: O ABC era o primeiro ensino, depois eu passava para juntar as palavras, pelas sílabas. Já no segundo ano eu passava ditado de palavras, tomava lição, fazia cópia, passava dever de casa e corrigia no quadro com eles. Eu fazia muita aula de poesia, de cantar. Eu ensinava a divisão de sílabas soletrando. Fazia recreação, tinha o momento de rezar e também fazia exercício no quadro. Tinha desenho... Eles desenhavam as coisas que eu levava para a sala. Assim eles viam, pegavam e depois desenhavam. Eles gostavam, era muito. Sempre ensinei como aprendi com as minhas professoras. (Maria Lita Silveira, 2012).

Sobre o ensino verbalizado e memorizado das disciplinas de Português e Matemática, lembrou Maura Fontes Hora:

Eu escrevia no quadro para os alunos mais adiantados. Era assim que eu fazia meu filho, tinha que escrever no quadro. Os alunos já tinham caderno. Já os menorzinhos eu ensinava o Abcezinho deles, que eles levavam. E eu ensinava soletrando para juntar as sílabas e depois as palavrinhas pequenas. Naquela época as mães também ajudavam, e eles iam aprendendo as letras, e iam alfabetizando, e assim continuava até que já passava pra ser mais... Já conhecendo o alfabeto, já tava alfabetizado, já passava pra um primeiro ano, do pré. Aí eu ensinava as Noções de Português e Matemática, era só o que podia dá naquela época né? Em Português, a gente ensinava o que se ensina hoje ainda né? A desenvolver a leitura, escrever, fazer os exercícios, falar das datas comemorativas que eu gostava muito, gostava de fazer muitas festinhas com eles, gostava muito de poesia. Fazia vários desenhos e levava por exemplo: verduras para eles verem e tocarem e aprenderem vendo. (Maura Fontes Hora, 2012).

Referindo-se ao método intuitivo usado nas disciplinas de Ciências, Matemática, Geografia e “Estudos Sociais”, lembrou Risoneuma Soares Feitosa:

Era assim: eu dava aula de Ciências com o esqueleto humano, usava o livro e mostrava os ossos no esqueleto, fazia experiência com plantas, com animais.

Eu dava aula de Matemática e utilizava desenhos, figuras para trabalhar com fração, com geometria. Era assim: todo assunto que eu dava de Matemática ensinava desse jeito. Fazia leitura, fazia ditado de palavras, cópia e composição. Era assim eu colocava um cartaz no quadro e pedia pra os alunos escreverem o que estavam vendo ali no cartaz. Já Geografia e História que era “Estudos Sociais” eu fazia muitos passeios com os alunos na região para observar a natureza, o povo do povoado, os rios, a floresta, os trabalhadores e a história de cada povoado, a história da cidade. Era tudo ensinado aos alunos. Era assim que eu ensinava na quarta série. (Risoneuma Soares Feitosa, 2012).

Em relação aos passeios que eram usados enquanto ilustração para o ensino das disciplinas de Canto, Religião, Higiene... evocou Janete Aguiar de Souza Cruz:

Ensinava com o maior prazer, fazia porque amava a docência. Ensinava canto, religião, higiene. Fazia passeios com os meus alunos para as fazendas da região, para ensinar geografia, ciências, leitura, cópia, ditado, poesia. Já tinha livros de português, matemática e moral e cívica. Era tudo bem melhor do que na época que eu estudava. (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

Observa-se nas narrativas das personagens a introdução do método intuitivo, que partia da apresentação dos objetos às crianças, seguida do seu nome e da sua estampa ou desenho. Pressupõe o oposto do método sintético, pelas prescrições do novo método a professora deveria escrever ao lado do desenho ou gravura o nome do objeto para que as crianças aprendessem a distinguir o objeto, a sua imagem e a palavra que o nomeia. Assim, tomo emprestadas as palavras de Valdemarin (1998):

[...] o método consiste na colocação de fatos e objetos que seriam observados pelos alunos, criando situações de aprendizagem em que o conhecimento não é meramente transmitido e memorizado, mas emerge no entendimento da criança a partir dos dados inerentes ao próprio objeto (VALDEMARIN, 1998, p. 70).

Por outro lado, observo que a instrução desse novo método não significou o fim de outros métodos tradicionais, pois outras professoras no município de Umbaúba utilizaram também o método do verbalismo e/ou rememoração, que segundo Teive e Dallabrida (2011) era chamado de “método do ramerrão”, para ensinar aos alunos do 1º ao 4º ano primário. Pois nas narrativas encontram-se evidências do método tradicional, evidência disso são as técnicas como as referidas professoras mediram o saber através da soletração mecânica, verbalização dos conteúdos e repetição das palavras.

A maneira de educar dessas professoras se materializava em práticas tradicionais que foram adquiridas pelas formas que elas foram educadas. Assim pontua a professora Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), quando foi indagada sobre como ensinava a sua professora do primário, Dona Alaíde:

[...] Ela ensinava assim: nós... Ela passava, com aqueles meninos atrasados, passava no... No caderno pra gente copiar pelo caderno e os mais adiantados pelo quadro. Ela ensinava as primeiras letras, era pelo alfabeto, não usava nenhum tipo de cartilha não, era só o “ABC” para os iniciantes. A cartilha... ela ensinava pra os adiantados. O nome da cartilha tinha uma que era... Tinha “Cartilha do Povo”, “Cartilha Analítica”, “Cartilha Nacional”, eram essas cartilhas que ela ensinava. Depois passamos para o primeiro livro. Aí, tinha o primeiro, o segundo e o terceiro. Se alcançasse no... Se estudasse bem e fosse aprovada que passava pra o segundo, e se não fosse continuava no primeiro. Para ensinar as letras ela não cobria e não pegava na mão do aluno não. Na hora de cobrir, éramos nós que a cobríamos, não pegava não, ela escrevia e nós copiávamos. Mas, ela não pegava na mão não, pra ajudar não. Nós tínhamos que copiar as frases, depois que já tinha escrito até o alfabeto. Na leitura... era soletrando, dava um livro todo soletrando. É, quando ia recordar que dava toda a lição, aí não as soletrava mais. A recordação não era soletrada não. Aí ela formava as palavras com as sílabas, ela ensinava assim e fazia ditado de palavras, ela ditava e nós copiávamos, nós escrevíamos... Agora ela fazia assim: nós tínhamos um livro no terceiro e ela copiava, pela leitura que nós estudávamos aí agora fazia o ditado [...]. (Josefina Batista Hora, 2012).

Seu modo de ensinar traz reflexos marcantes da sua professora do primário, D. Alaíde, e do método sintético. Sendo assim, sua constituição de professora imbrica-se no ser e no fazer-se do outro. No entanto, quando professora, já havia mudanças significativas no que se refere ao espaço escolar e ao material utilizado para ministrar suas aulas. Tais mudanças podem ser observadas quando se revisita as memórias de tempos e lugares quase esquecidos:

[...] Usava até o “ABC”... Porque tinha uns meninos que em casa não estudavam, então os pais queriam que eles estudassem o “ABC”, para ter conhecimento das letras. Os pais compravam os livros, pois naquela época não vinham do Estado não. Comprava cartilha, “ABC”, primeiro, segundo, terceiro, até o terceiro... Quando eu comecei a trabalhar não tinha mais a “Cartilha do Povo” não. A que eu estudei. Nesse tempo tinha aquele: “Ler Brincando”. “Ler Brincando” era o que tinha de livro pra criança do primeiro ano. E outro, meu Deus! Eu passava o ditado só pro segundo e terceiro ano. Tomava a lição, agora os outros que lá tinha quadro, um quadro bom, eu passava pelo quadro, e outros eu tinha que escrever porque eles não sabiam nada. Era uma “pilha” de caderno, que eu levava para casa para corrigir. Tinha também a sabatina, era assim: As tabuadas de somar, de diminuir, a gente reunia os alunos pra eles estudar, e fazer as perguntas. E quem não soubesse levava palmatória do amigo que acertasse. Era assim que ensinava e meus alunos sabiam ler e escrever e contar. (Maura Fontes Hora, 2012).



Assim, o que se observa, a partir das narrativas das professoras, é o uso do método tradicional de ensino nas Escolas Isoladas e Grupos Escolares nas três primeiras décadas que se seguiram da emancipação política do município de Umbaúba, ocorrida em 6 de fevereiro de 1954. As professoras Maria Isabel dos Santos (Dona Consuelo) e Acinete Almeida Bispo (Dona Cinete), assim rememoram:

[...] no Grupo Escolar Adelvan, até do dia que saí de lá trabalhei vinte e seis anos, já era velha me aposentei. Aqui já era diferente, por que lá na Escola Isolada do povoado Cruvelo agente não tinha para onde sair só era fazer o A, B, C e fazer a escrita e responder o caderno e aqui tinha era, tinha o livro, o recreio, tinha brincadeira, tinha desenvolvimento de tudo, tinha mais conhecimento das coisas né? Eu ensinava soletrar as sílabas e fazer as primeiras palavrinhas. Tomava a leitura de cor de todos os dias, brincava na recreação e fazia poesia, cantava. Mas lá era diferente, se saísse o gato comia a gente, se ficasse o cachorro pegava, ali mesmo não podia sair não, quando terminava cada um com sua sacolinha nas costas ia para suas casas [...] no colégio agente tem de um tudo igualmente dentro de casa né? Aí tinha quadro, tinha livros, tinha caderno, tinha lápis de tudo, quando eu conhecia foi mais fácil. Às vezes eu ficava mais tempo com eles, pois demoravam em copiar e eu esperava com todo carinho e paciência que uma mãe tem pelo filho. Olha: eu beijava meus alunos na cabeça todos os dias quando eles chegavam e quando eles iam embora [...]. (Maria Isabel Santos, 2011).

Sobre o método, o planejamento das aulas e de algumas práticas educativas, assim se expressou professora Acinete:

Eu sempre fazia como aprendi com as minhas professoras. A aula era assim, a gente chegava e... Copiava no quadrinho, usava abc, soletrando, usava tabuada para aprender as contas. Eu não pegava nas mãos não. Tinha que estudar em casa pra já ir sabendo a lição, era aquela... Estudava a Cartilha. Era aquela leitura... Você ficava na banca, aí dizia: – Venha você, dá a lição. E o aluno ia perto de mim, tinha que ler tudo sem errar, depois que terminava eu mandava sentar e passava outra atividade era assim, era mista, dividia o quadro assim: fazia uma parte pra os meninos e a outra para as meninas, entendeu? Era assim, e terminava a aula mais de meio-dia, quando eu chegava em casa era mais de uma hora, não tinha horário... O horário era quando o aluno terminasse o dever. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

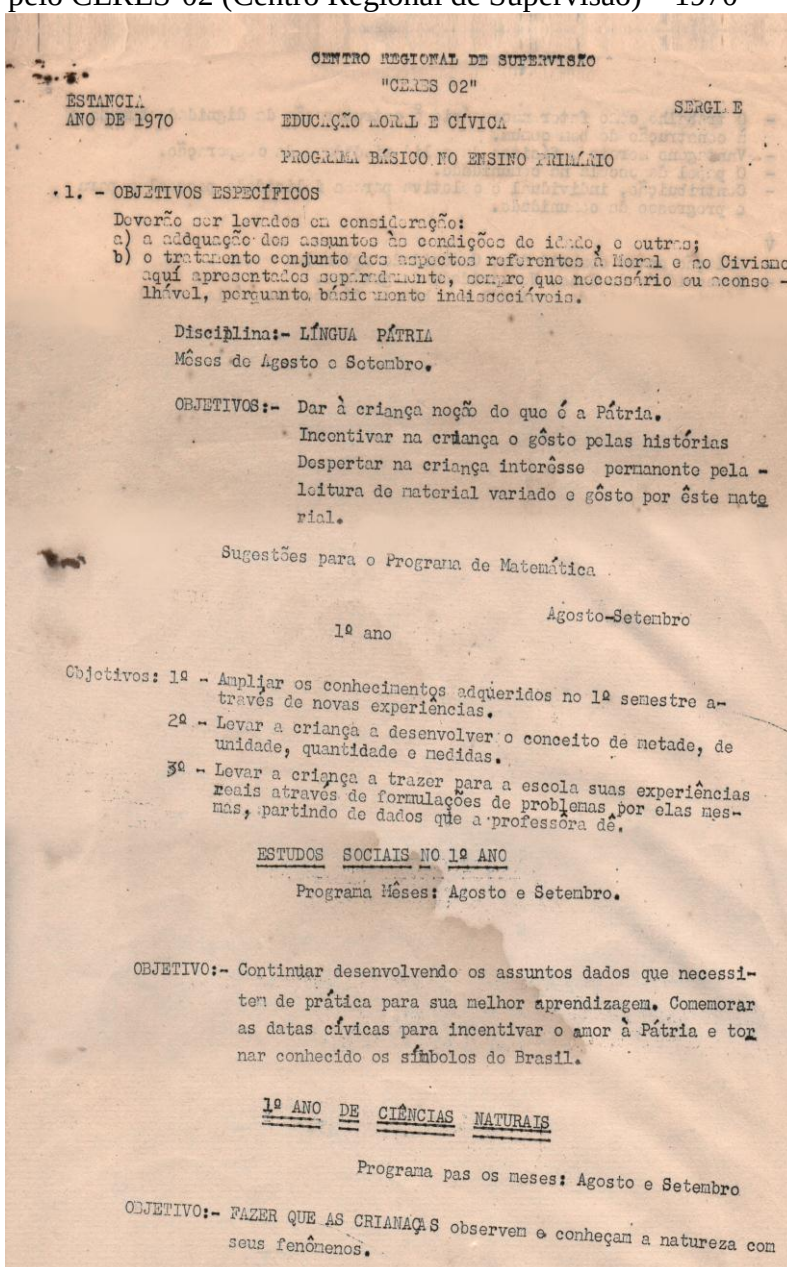
O cotidiano escolar das duas professoras acima mencionadas, bem como seus ritmos diários são lembrados por intermédio das lições, deveres, cópias e soletramentos, que por sua vez são reveladores dos modos de educar do município de Umbaúba. A professora Acinete Almeida Bispo continuou relatando: “Era tudo decorado... o aluno tinha que dá a lição toda decorada, até os pontos e vírgulas tinha que saber.” Sua memória professoral

também revela a disciplina incorporada neste espaço. Sobre tal ordem a professora Acinete elucida em entrevista: “Todos os alunos viviam sentados... Respeitava muito a mim, quando ficavam correndo pela sala ou conversando com os coleguinhas eu os chamavam a atenção.” E continua: “Para tudo tinha horário, até mesmo no recreio eu observava as brincadeiras, para não haver travessuras. Eu sempre mantive a ordem.” (Acinete Almeida Bispo, 2012). Ainda relembra que ao ensinar aos 2º e 3º anos existia uma particularidade. Assim rememorou:

No 2º ano e no 3º ano. Ensinava as matérias né? As principais que é Português e Matemática aí já foram entrando a, a... História, Geografia, mas, tinha que decorar tudo, o aluno tinha que decorar, era tudo decorado, hoje não. Ave! Uns Decoravam às vezes, tinham boa memória, outros não, chegava lá e dizia que não sabia e ficava de castigo. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

O que pude observar nos excertos das narrativas postas pelas minhas primeiras professoras foi que as crianças do município de Umbaúba educadas no período de 1955 a 1989, foram ensinadas, a depender de quem, pelo método tradicional e/ou intuitivo. As professoras aqui ouvidas e que constituem o sujeito desta pesquisa, antes nominadas na página 24, associavam o conhecimento ao método intuitivo, muitas vezes até superando-o. Sabe-se que o método intuitivo enfatizava a aprendizagem através do contato direto com os objetivos, do ver e do tocar, do manuseio, do sentir e estabelecer contato com o mundo exterior, pois primava pela produção dos sentidos, pelo desenvolvimento das sensações e, sobretudo, pelo desenvolvimento da capacidade imaginativa; e no método tradicional era desenvolvida a técnica da verbalização/memorização. Vale ressaltar que foram através desses métodos que as disciplinas escolares foram mediadas. Assim, as disciplinas escolares não são um fim em si mesmo, mas um conjunto de conteúdos, sentidos e lógicas atravessadas por designações políticas e sociais presentes em cada época e que em Umbaúba se fez evidente através do documento/planejamento: “Programa Básico do Ensino Primário”, expedido pelo CERES-02 (Centro Regional de Supervisão), que orientava, coordenava e supervisionava o ensino primário da rede estadual.

Figura 8 – “Programa Básico do Ensino Primário”, expedido pelo CERES-02 (Centro Regional de Supervisão) – 1970



Fonte: Diretoria Regional de Educação I

Desta forma, para refletir sobre as disciplinas escolares e os exames, que juntos somam um corpo de saberes que revelam as finalidades e designações da escola, busquei o historiador francês André Chervel, o qual nos convida a pensar sobre as disciplinas escolares, pois seus esforços teóricos resultaram em seu artigo: “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, publicado em 1990. O pesquisador, ao debruçar-se sobre a história das disciplinas, identificou duas fases distintas de compreensão. Uma no fim do século XIX, em que seu significado não era mais do que a vigilância dos estabelecimentos

em relação às más condutas dos alunos prejudiciais a sua boa ordem. Já a outra, em contrapartida, a concepção de disciplina enquanto conteúdo do que se ensina, foi difundida pela corrente do pensamento pedagógico, no início do século XX. Assim, “passa a significar matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual” (CHERVEL, 1990, p. 179). Igualmente, disciplina é por ele entendida como os conteúdos do que se ensina com estreita relação às finalidades e desígnios. Segundo este autor:

A história das disciplinas escolares não é então obrigada a cobrir a totalidade dos ensinamentos [...] os conteúdos [sic] é evidentemente seu componente central; o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo. Ela se impõe colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer a estrutura interna da disciplina. (CHERVEL 1990, p. 180).

Desta forma, entende-se que a composição das disciplinas em seus conteúdos de ensino não é uma construção ingênua, tampouco descomprometida, mas as disciplinas são pensadas e elaboradas em sintonia com finalidades e designações políticas, religiosas, econômicas e culturais. Uma vez que essas estão direcionadas à formação do aluno pelo exercício intelectual em “idade escolar”. Evidência disso é a transformação dos ensinamentos de caráter disciplinar em científicos. As disciplinas contempladas no programa do curso primário em Umbaúba circulavam em volta de cinco matérias de ensino: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Educação Moral e Cívica. Cada corpo de disciplina agregava um conjunto de saberes claramente reportados em conteúdos específicos a serem ensinados. Sobre isso, Maria Isabel dos Santos rememorou com frescor o ensino de Português:

A gente vai ensinando a ele a “cartinha de ouro” que é o alfabeto, e através dessa “cartinha de ouro”. [...] ensinava as primeiras letras pelas famílias, que são formadas com as consoantes, as vogais são só acompanhantes. Se você vai fazer uma família de vogais, quais são as vogais que vai formar uma família? No quadro de giz, botava o menino no quadro, – ‘olhe meu filho então essas letras aqui b, c, d, e, f’. Agora você vai formar a família do f [...] Eu não passava português pesado. – ‘Então vamos ver esse verbo, conjunção, abjeção, isso aquilo outro’. [...] ‘Agora vamos tirar dessas famílias que vocês fez e vamos formar palavra, então você fez a família’. Então já estava incluindo Português e Gramática tudo aí nesse meio. Então – ‘quantas sílabas têm nessa palavra?’ Você pronuncia faca, então ele já está sabendo que é duas sílabas e aí por diante. Trabalhava com cópias, ditados de palavras, e ditados assim de livro. (Maria Isabel Santos, 2011).

E continuou Acinete Almeida Bispo sobre a disciplina de Português:

Português a gente ensinava o que se ensina hoje ainda né? a desenvolver a leitura, escrever, fazer os exercícios, falar das datas comemorativas, que eu gostava muito. Em Português a gente ensinava verbo e pronomes. [...] cópia, ditado, redação de leitura, recadinho pra mamãe. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Pelas palavras acima, pode-se conjecturar que a disciplina de Português estava centrada nos processos de leitura e escrita, que iam desde a familiarização do aluno com as letras até a construção de escritas mais complexas, a exemplo de cópia, ditado, redação de leitura e “recadinho pra mamãe”. Destarte, as disciplinas são estes modos de transmissão cultural, que orquestram e dirigem os alunos com finalidade e matrizes e, no caso da disciplina de Português, que pretendia dotar os indivíduos de técnicas instrumentais de letramento. Assim, para o entendimento das disciplinas como um conjunto acabado e com limites claramente traçados dos conteúdos escolares, deve-se levar em consideração que para além dos saberes eleitos como indispensáveis em cada disciplina, as práticas docentes da aula, o método utilizado, as condições materiais, a cultura que “banha” a escola, bem como a sociedade que a cerca traduzem as grandes finalidades que alicerçam sua constituição. De tal sorte que não podem ser concebidas descoladas dos diversos elementos que lhe dão forma, presentes em cada tempo e espaço. Evidência disso é a cientifização cada vez maior das disciplinas escolares, a exemplo da disciplina da Matemática que atendia às demandas de uma sociedade racional e tecnológica. Sobre isso enunciou e exemplificou a professora Maria Isabel dos Santos, do ensinar Matemática usando os exemplos concretos do cotidiano:

Primeiro ensinava os números, as unidades, depois das unidades vamos para a dezena. Eu perguntava: ‘quantas dezenas tem aqui?’ – ‘tem duas dezenas’ – ‘já contou? Então vamos fazer uns bichinhos, uma coisinha’. Então já vamos botando ele em um problemazinho sem ele perceber, mas ele está fazendo. Eu perguntava: ‘você já estudou até vinte, já sabe? Então se você tem três laranjas e botar mais duas, quantas laranjas você botô?’ Ele já vai fazendo. ‘Você tem cinco laranjas, aí é sinal de mais. Você tem dez laranjas, você deu quatro a seu amigo, com quantas você ficou?’ Vai diminuindo, aí pouquinho a gente já vai levando o menino ao conhecimento é do pouco. ‘Você tem cinco bolinhas, o seu amigo vem e lhe deu mais duas. Quanto é cinco vezes duas?’ Ele já vai dizer: ‘cinco vezes duas tia é sete’ não! É cinco vezes duas? Então ela já vai perceber que cinco vezes duas é cinco duas vezes. A matemática de mais de menos e de vezes, ele já vai aprendendo através de fruta, através de cachorro, através de gatinho, de qualquer coisa, palito [...] ‘Você sabe que em minhas mãos tem cinco dedos?’ Cinco dedos caem em que? Matemática né? Agora vamos supor como é o nome desse

dedo? Cai em que? Ciências. Qual é o nome dessas juntinhas aqui? (Maria Isabel Santos, 2011).

E prosseguiu Maura Fontes Hora sobre a disciplina de Matemática: “Eu para ensinar matemática fazia bolinhas, mandava juntar, depois contar quantas tinham. Na Matemática eu ensinava as quatro operações fundamentais: mistura e liga. Álgebra, raiz quadrada, fração, essas coisas assim...” (Maura Fontes Hora, 2012).

Ao concatenar as falas enunciadas acima às análises de Teive (2008) acerca das disciplinas escolares, há que se considerar que os conteúdos escolares contemplam os imperativos do nascente homem moderno, prático, urbano, bem como a orientação da sua vida em sociedade. Assim, as disciplinas que gradativamente passaram a ser escolarizadas deveriam cumprir o desígnio de formar alunos que soubessem viver/construir uma sociedade moderna. Tal fato se deve ao proposto de preparar a nação para o trabalho e para o desenvolvimento científico/tecnológico. Não obstante este objetivo, a disciplina de Ciência cumpria tal designação. Como conta a professora Josefina Batista Hora sobre o ensino da Ciência: “Em ciências eu ensinava as plantas. Corpo humano, animais, o que mais meu Deus? [pausa de esquecimento] É porque esquece. Os Animais...” (Josefina Batista Hora, 2012).

E continuou a professora Maria Isabel dos Santos:

Em ciências ensinava sobre as flores, sobre o corpo humano... Sobre eu não sei mais nada eu já me esqueci. Esse negócio de junta<sup>35</sup>. Esse negócio de desenhar o esqueleto, de dedo e junta e tudo. Meus alunos tinham que desenhar esqueleto como é pelo livro. [...] Nas Ciências eu falava muito no corpo humano. O nome dos ossos, dos corpos, quantos são? Quantos dividem? As partes que dividem? (Maria Isabel Santos, 2011).

A forma e o conhecimento ministrado na disciplina Ciências dotariam o aluno de um tipo de conhecimento essencial para adentrar em outras esferas do cientificismo assim como na sociedade dita moderna. Junto a essa intencionalidade, outras disciplinas visavam edificar nos alunos o pertencimento à nação brasileira, a saber: Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. Nessas disciplinas estavam os ensinamentos acerca do comportamento a ser inculcado nos alunos e, segundo Teive e Dallabrida (2011), estavam o trabalho regular, a obediência às autoridades e a polidez nas relações humanas. O patriotismo era disseminado por essas disciplinas e os saberes por elas transmitidos incutiam nos alunos os conhecimentos morais e políticos, para além da reverência dada à bandeira do Brasil, às datas nacionais, às riquezas do País e às formas de governo. Deste modo, o “amor à pátria”, especialmente no tocante ao

<sup>35</sup> Na região Sul de Sergipe o termo “junta” refere-se às articulações do corpo humano.

território de Umbaúba. Vale ressaltar que a disciplina de Estudos Sociais passou a substituir a disciplina História, a partir da lei nº 5.692/71. Desta maneira os Estudos Sociais foram assumidos como parte integrante do núcleo comum, incorporando História, Geografia e aspectos das Ciências Humanas e de sobremaneira privilegiava os conteúdos da História e Geografia, caracterizados pela memorização de nomes e datas. Deste modo, narrou Maura Fontes Hora:

Na disciplina de Estudos Sociais eu ensinava o nome dos presidentes. Nos livros tinham figuras, por sinal tinha os presidentes todos daquela época. As fotos de todos, era até quem foi... ‘Meu Deus’ o presidente Getúlio Vargas, no meu tempo de escola. Eu falava dos rios, ilhas, essas coisas... Falava de Dom Pedro II, sete de setembro. Era bonito o sete de Setembro, ela procurava aquelas personagens todas da História do Brasil, a bandeira. (Maura Fontes Hora, 2012).

Tal narrativa, que na visão de Barreto, Mesquita e Santos (2013, p. 70), “requer distensão, relaxamento, fundamentais para ouvir e (re) construir” a história, evidencia momentos de recolhimento “do fazer e desfazer, dos recortes, das falhas provocadas pelos esquecimentos, pelos lapsos de memória”, que estão presentes em muitas das narrativas aqui evocadas, mas que por certo substanciam a escrita da história que tem na memória fontes a serem preservadas.

Sobre a disciplina de Estudos Sociais, revelou Acinete Almeida Bispo:

Eu ensinava Estudos Sociais. Eram História e Geografia juntas. No primário era Estudos Sociais, o livro de Estudos Sociais era um livro só, vinham conteúdos de Geografia e noções de História, mas, assim, falando sobre os rios. Sobre o espaço, sobre o descobrimento do Brasil... A Independência, Tiradentes, tudo isso, de tudo tinha um pouco de noção. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Ratificando o já sinalizado pelas professoras Maura Fontes Hora e Acinete Almeida Bispo, rememorou Josefina Batista Hora: “Estudos Sociais... Ah! Nesse tempo chamava Geografia ainda, depois foi que pegou Estudos Sociais. [...] Eu tenho até, uns livrinhos ai, de Estudos Sociais que eu comprei o “Manual”, para passar pra eles... Aprendia os atos de civilidade, dia da bandeira, dia do índio.” (Josefina Batista Hora, 2012).

Ainda sobre os conteúdos e a disciplina, a professora Maria Lita Silveira narrou acerca do ensino de Estudos Sociais e sua abrangência de conteúdos.

Estudos Sociais, que hoje chama de Geografia. Também se chamava assim: Integração Social, que torna a mesma coisa. [...] Estudos Sociais, falava sobre a cidade, localização de escola, localização de rua, zonas urbanas. Falava sobre os povoados, isso tudo a gente dava. Falava sobre lua, sol, estrela. Falava sobre tudo. Norte, sul, leste. Geografia era quase a mesma coisa que Estudos Sociais. (Maria Lita Silveira, 2012).

As narrativas colocadas acima me convidam para uma reflexão acerca dos desígnios cumpridos pela disciplina de Estudos Sociais. Nesta direção os conteúdos pertencentes às disciplinas de História e Geografia foram diluídos/incorporados dando lugar aos Estudos Sociais que, de certa forma, justificavam o projeto nacional financiado e propagandeado pelo governo militar implantado no País a partir de 1964. Neste mesmo período histórico vigorava o conhecido “Exame de Admissão” que, por sua vez, mensurava e selecionava os alunos por suas capacidades intelectivas. Os saberes que compunham cada disciplina escolar eram cobrados no exame de admissão ao Ginásio, que se constituía em um processo seletivo. A respeito do exame de admissão, rememorou Acinete Almeida Bispo:

Era um vestibular hoje, e olhe lá! E olhe lá, se não fosse mais difícil. O exame tinha banca examinadora, com tudo. Eu fiz a prova frente a frente com o diretor, fiz todas as provas lá. Cara a cara com ele, um diretor que usava uns óculos assim. [Mostra com as mãos] Ele era do Atheneu Sergipense. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Esta narrativa evidencia “o movimento do vai e vem das peças que se imbricam e efetuam” na construção do diálogo, na visão de Barreto, Mesquita e Santos (2013, p. 70) “trata-se de diálogos de entrelaçamento de imagens percebidas e concebidas, pela aventura do movimento produzido no momento da relação feita na diluição, na inteireza do sujeito e sujeitos, do sujeito e objeto de pesquisa”.

Por certo, as disciplinas escolares que juntas perfaziam o programa do curso primário em Umbaúba, a saber: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Educação Moral e Cívica, cumpriam finalidades que se ancoravam nas demandas de cada tempo e espaço. Evidência disso é disciplina de Português que, muito embora estivesse centrada nos processos de leitura e escrita da Língua Portuguesa, enquadrava os alunos através das técnicas instrumentais necessárias aos parâmetros da modernidade. Não distante destes desígnios, a disciplina de Matemática também seguiu as mesmas lógicas e sentidos que vigoram em uma sociedade racional e tecnológica. Junto a isso, as disciplinas de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica foram cuidadosamente incluídas no planejamento educacional, do governo federal, para a nação brasileira em 1970, que fomentavam nos alunos o patriotismo e senso de



pertencimento à nação. Vale ressaltar que todos os conteúdos trazidos pelas disciplinas eram cobrados no “Exame de Admissão”.

### **3.2 Das comemorações cívicas; da religiosidade como marca de ensino; da disciplina dos corpos e os uniformes e dos castigos, das inspeções e a ordem imposta no ambiente escolar**

Figura 9 – Desfile Cívico de 7 de Setembro 1978 – Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista



Fonte: Acervo particular de Maria Lita Silveira

Pela fotografia acima, posso vislumbrar um contingente de alunos perfilados e organizados conforme uma disposição militar uniformizada. Neste caso é oportuno conjecturar que o desfile cívico permitia/e que as escolas projetassem/em para as ruas os seus ritos patrióticos, ao mesmo tempo em que corpos exibiam uma demonstração pública de ordem, seguindo uma lógica política que os enquadrava. Parafraseando Ribeiro e Souza (2012) a distribuição dos corpos escolares, alinhados em fila, a partir do ato de marchar, marca a incorporação de valores militares na cultura escolar.

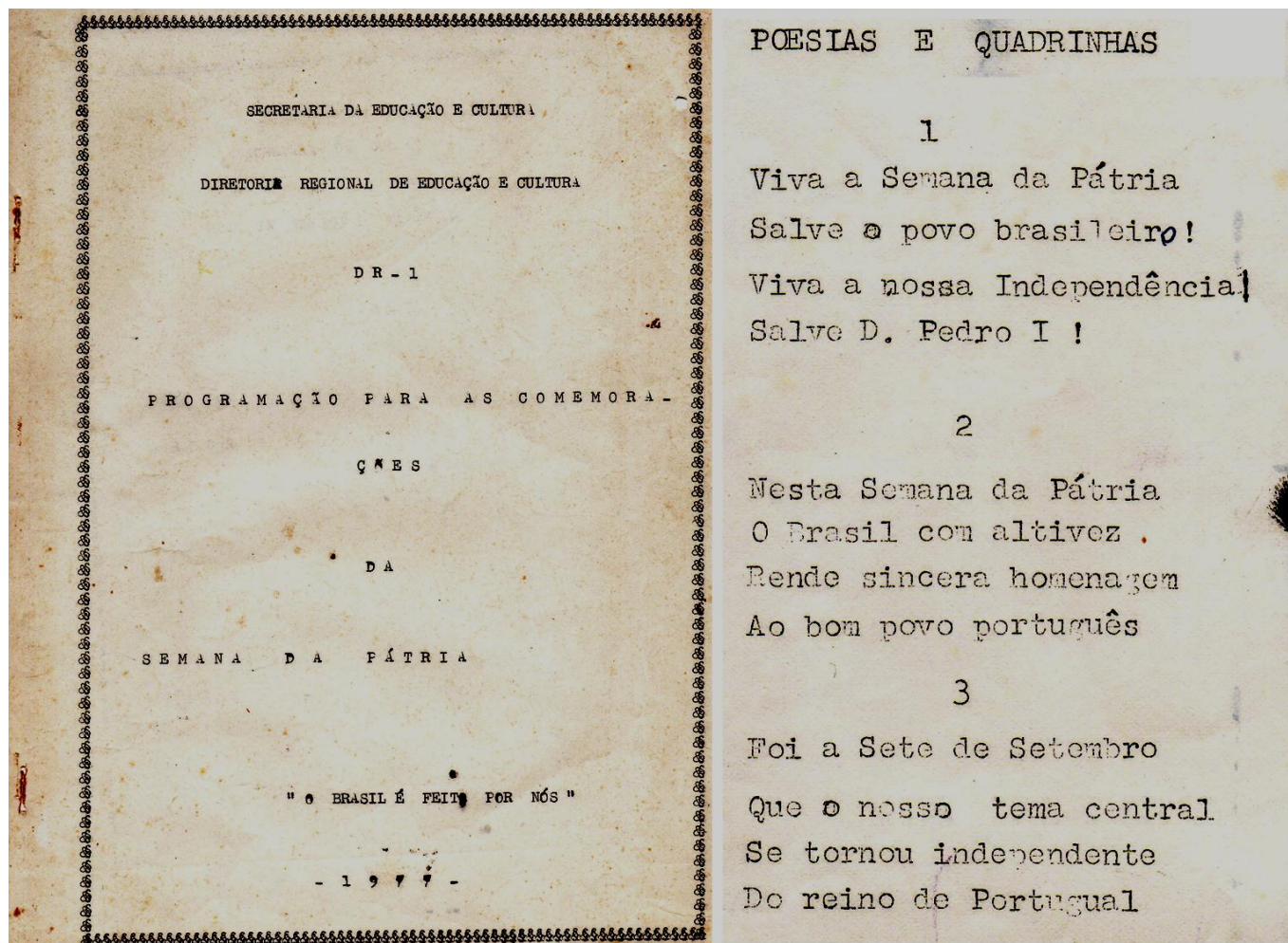
As festas cívicas patrióticas, as comemorações de datas simbólicas (festivas) e as solenidades de formatura da 4ª série primária que eram comemoradas nos Grupos Escolares Dr. Antonio Garcia Filho e Adelvan Cavalcante Batista e nas Escolas Rurais da rede municipal de ensino se enraizaram na sociedade e ganharam destaque no sistema de ensino da

cidade de Umbaúba. Embora não fossem encontradas fontes que remetessem às origens das comemorações cívicas nas escolas umbaubenses, pôde-se averiguar que tais celebrações eram programadas para a escola estadual pelo Centro Regional de Supervisão (CERES 2) em 1970, e pela Diretoria Regional de Educação e Cultura (DR-1) em 1977; e na rede municipal de Ensino a programação era realizada pelo Órgão Municipal de Educação (OME) em 1978, para serem promovidas pelos diretores e professores com o propósito de infiltrar nas cabeças e almas dos alunos o respeito e o amor à pátria. Segundo Ávila (2012), as datas cívicas são intensamente festejadas na década de 1970, com destaque para a Independência do Brasil, que oficialmente ocorreu no dia 7 de setembro de 1822. As comemorações cívicas estão diretamente ligadas ao momento político pelo qual passava o País, que enfatizava a necessidade de identificação do povo com o sentimento de patriotismo tão como ao regime militar.

De acordo com o planejamento da DR-1 (1977), as festas e comemorações deveriam acontecer nos pátios dos Grupos Escolares na véspera do feriado. Porém, antes, os professores ensaiavam e orientavam os alunos durante as aulas sobre o sentido histórico da data a que se referia tal evento. Já os diretores eram obrigados a visitar todas as classes para convocar os alunos a participarem da solenidade. Este documento previa ainda as comemorações em várias datas simbólicas, porém havia destaque, além do 7 de setembro, para os dias 21 de abril, 13 de maio, 15 de novembro e 19 de novembro por serem essas datas que celebram o patriotismo. O que fica também evidenciado é que as datas alusivas aos: dia das crianças, das mães, dos pais, dos estudantes, dos professores e as celebrações de formaturas (último dia do ano letivo) deveriam ser festejadas no próprio dia, nas classes ou de forma geral no pátio da escola. Sendo toda programação organizada pelo diretor a quem cabia enviar convites para os pais dos alunos e autoridades do município.

Assim, tais festas e/ou celebrações eram motivos de grandes visibilidades dos Grupos Escolares e Escolas Rurais no município. Esta situação é revelada na narrativa da professora e diretora do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, Dona Janete, que assim rememora: “[...] as festas das datas comemorativas, os desfiles cívicos, as formaturas e os festejos juninos eram motivos de muito orgulho para os pais dos nossos alunos. Eles se enchiam de orgulho e ajudavam em tudo”. E mais adiante ainda relembra que: “[...] essas comemorações serviam para os professores ensinarem os conteúdos históricos, com atividades variadas, como cântico, poesia etc. Além de formar os alunos dentro de ideais de civismo” (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012). Evidência disso são as recomendações feitas pela CERES 2 e/ou DR-1, como indicia o documento:

Figura 10 – Ilustração do Documento sobre a Programação para as Comemorações da Semana da Pátria – 1977



Fonte: Diretoria Regional de Educação e Cultura – DR-1

Assim, o que se observa é o modo pelo qual o cidadão estava sendo formado no município de Umbaúba, respeitando os ideais de civilização e amor à pátria propalados pelo governo federal. Sobre isso, há partes da narrativa da professora Acinete de Almeida Bispo que assim retratam peculiaridades do ato: “[...] era o maior orgulho colocar a escola para marchar no 7 de setembro. Eu e outras professoras, na época, arrumamos tambores e os alunos tocavam para todas as escolas marcharem no 7 de setembro [...]” (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Para ilustrar esse momento busquei, no acervo pessoal da professora Acinete, uma fotografia com alunos da Escola Rural de Umbaúba (Figura 11) portando instrumentos musicais, com suas respectivas fardas, para desfilar na parada de 7 de setembro em 1972. É válido ressaltar que o município não dispunha, na época, de Banda Marcial para abrigar os desfiles antes mencionados e por isso improvisava uma “banda” com o objetivo de participar



das festividades dos desfiles cívicos que eram cadenciados pelo ritmo das marchas militares em todo o País. Desta forma, as ruas, o povo, a sociedade umbaubense era tomada pelo tom dominante desta comemoração cívica patriótica, que tinha seu escopo educativo no encerramento da parada cívica, como narra a professora Acinete: “[...] depois que as escolas desfilavam, ao final da tarde, se posicionavam na frente da Prefeitura Municipal, onde tinha um palanque. Lá cantavam o Hino Nacional e ouviam o discurso dos políticos, e eu fazia também.” (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Figura 11 – Mini Banda Marcial da Escola Rural de Umbaúba – 1972



Fonte: Acervo pessoal de Acinete Almeida Bispo

Para celebrar as datas cívicas e aquelas destinadas às mães, pais, crianças e estudantes, havia toda uma preparação que adentrava em aprendizados extracurriculares, como, por exemplo, a composição e ensaio de canções apologéticas, a leitura de poesias e poemas que eram retratados em público, bem como a montagem de exposição, através das quais os alunos eram treinados a selecionar, organizar e expor o que era importante para cada data. Tais práticas eminentemente escolares, em muitos casos foram devidamente registradas, como relembra em entrevista a professora Maria Lita Silveira:

Nas épocas dos anos 1960, 1970 até 1980, era um momento de grande alegria e dever cumprido, pois este momento representava muito para nós professoras e para família uma vez que ali terminava uma etapa da vida escolar que ficaria na nossa memória. Tínhamos um orgulho enorme de preparar nossos alunos para entrar no ginásio. Era providencial tirar a fotografia da formatura. Pois, a fotografia da formatura representava, para a sociedade, o certificado de conclusão do ensino primário, e para escola a

certeza de uma prática pedagógica bem cumprida. (Maria Lita Silveira, 2012).

Figura 12 – Formatura do 4º ano primário – Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – 1975



Fonte: Acervo Particular de Euza Maria V. Rodrigues Silva

A citação da professora Lita nos remete ao que coloca Boris Kossoy (1998, p. 44) em seu artigo “Fotografia e Memória: reconstituição por meio de fotografia”: “A fotografia funciona em nossas mentes como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de um certo momento e situação, de uma certa luz, de um determinado tema, absolutamente congelado contra a marcha do tempo.” Diante desta reflexão fica claro que as imagens tem grandes conteúdos simbólicos e, por outro ângulo, trazem em si a total certeza de que o tempo passou e assim, através da fotografia, também podemos conhecer o passado. No entanto, ela não nos fornece todas as informações sobre o mesmo. É preciso, pois, recorrer a outras fontes. As imagens devem ser utilizadas apenas como uma das fontes históricas. Isso porque é preciso utilizá-las com segurança e ter certeza de que o assunto por elas tratado não nos mostra a realidade como um todo, apenas evidencia um fragmento dessa realidade.

É neste contexto que, ao longo deste capítulo, busquei analisar as práticas educativas das minhas primeiras professoras, através das fotografias das décadas de 1970 e 1980. Para isso foi preciso, pois, fazer uma breve incursão sobre o período republicano onde a escola primária instaurou vários meios de apresentações ritualísticas para celebrar seus eventos e, com isso, mostrar para a sociedade a força e a expressão deste regime político. Essas

celebrações edificaram, implantaram e legaram símbolos, valores e ideais de civismo pautados na pedagogia moral e cívica. Esses símbolos, valores e ideais se perpetuam, sobretudo, até hoje, mas tiveram seu auge no final do período ditatorial brasileiro.

A escola como transmissora e produtora de cultura e de saber cria modelos e expressões simbólicas que necessitam de análises e interpretações detalhadas. Para isso busquei o acervo de fotografias da professora Maria Lita Silveira que atuou na década de 1970 no Grupo Escolar Adelvan Cavalcante Batista no município de Umbaúba/SE, para, a partir das fotografias, analisar o modo de educar da professora. Evidência disso é o registro fotográfico disponibilizado pela professora Lita, como se observa na Figura 13. Tal fotografia oferece informações que vão além da comemoração cívica, pois ela revela ordem (fila), disciplina (professora ao lado), o conhecimento histórico que queriam demonstrar através dos pelotões, e a assistência da sociedade que ia para suas respectivas calçadas para prestigiar e participar da homenagem.

Figura 13 – Desfile Cívico de 7 de setembro de 1979 – Alunos da Professora Maria Lita Silveira



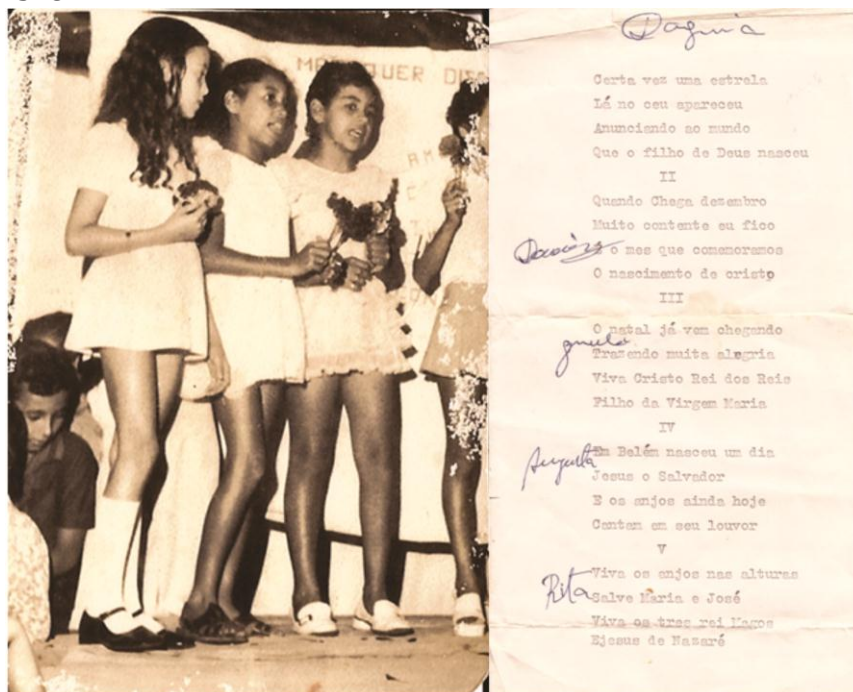
Fonte: Acervo pessoal de Maria Lita Silveira

O registro iconográfico apresentado revela em especial a atuação da professora Lita no desfile cívico acompanhando suas alunas, as quais representam por meio de flâmulas os períodos históricos que o Brasil atravessou ao longo de sua história. Nota-se que os conteúdos da disciplina de História do Brasil ensinados aos alunos são expostos para a sociedade como

representação simbólica, fruto de uma pedagogia edificada na moral e no civismo. Sobre esse momento rememorou a professora Lita: “[...] era um dia de muita felicidade para mim, pois acompanhava com orgulho e entusiasmo o desfile cívico, pois dava lições de patriotismo aos alunos e a sociedade como um todo.” (Maria Lita Silveira, 2012).

Ainda segundo Boris Kossoy (1998), a linguagem fotográfica nos dá condições de estabelecer várias descrições e importantes narrativas de aspectos visualizáveis da realidade quando a empregamos como recurso de uma pesquisa. Nesta situação a descrição deve obedecer alguns parâmetros ou linhas que definem tanto a ordem quanto a estrutura do conteúdo. A partir de então pode nos conduzir a um comentário analítico dos fatos históricos, sociais, culturais ou artísticos que aconteceram, neste caso na cidade de Umbaúba, em um determinado tempo.

Figura 14 – Alunas da professora Maria Lita Silveira em Recital de Poesia<sup>36</sup> – Grupo Escolar Municipal Adelman Cavalcante Batista – 1978



Fonte: Acervo particular da professora Maria Lita Silveira

A imagem acima apresenta quatro alunas dispostas em meia-lua sobre um tablado de madeira, tipo palco ou palanque, declamando um poema sobre o Natal. Este cenário era

<sup>36</sup> Transcrição: I. Certa vez uma estrela/ Lá no céu apareceu/ Anunciando ao mundo/ Que o filho de Deus nasceu; II. Quando chega dezembro/ Muito contente eu fico/ É o mês que comemoramos/ O nascimento de cristo; III. O natal já vem chegando/ Trazendo muita alegria/ Viva Cristo Rei dos Reis/ Filho da Virgem Maria; IV. Em Belém nasceu um dia/ Jesus o Salvador/ E os anjos ainda hoje/ Cantam em seu louvor; V. Viva os anjos nas alturas/ Salve Maria e José/ Viva os três rei Magos/ E Jesus de Nazaré.

comum, na época, nos Grupos Escolares de Umbaúba, pois a professora e diretora do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho indicia esta prática em sua narrativa: “[...] os professores preparavam o palco, ornamentavam e os alunos se apresentavam [...]” (Maria Lita Silveira, 2012). Ao analisar novamente a fotografia percebo também que, ao fundo da imagem, tem um painel com uma mensagem que versa sobre o evento. Outro aspecto identificável na imagem é a vestimenta, pois como se tratava de um ato festivo e as alunas estavam se apresentando, foram liberadas do uso do uniforme oficial da escola. Sobre as práticas educativas, a professora Lita rememora que: “[...] tais atividades eram criações das professoras e da diretora que se classificavam como festas, comemorações de data cívicas, exposições, formatura e desfiles. Era o momento de enaltecer a nossa escola, de apresentar o que a gente ensinava”. E ainda coloca que: “[...] as fotografias eram tiradas por um fotógrafo convidado pela diretora. Então ele tirava muitas fotografias, pois ficava uma para a escola, uma para a professora e outra para a família guardar de recordação.” (Maria Lita Silveira, 2012). Neste caso a fotografia além de contribuir para a memória da escola era vista como símbolo de orgulho para os pais, pois era a prova concreta da escolarização dos seus filhos.

Por outro lado, observo ainda que as representatividades locais das professoras se devem não somente à profissão, mas aos seus modos de educar que fizeram, da cultura escolar de sua época, práticas próprias do lugar. Nas minhas memórias de aluno ainda lembro com vivacidade dos momentos que desfilava no dia 7 de setembro, época em que decorava os poemas, hinos e canções. E isso se repetia na primeira comunhão, na formatura da 4ª série e nos momentos de festividades da escola que eram organizadas pelas professoras e diretoras dos Grupos Escolares nos quais estudei. Neste momento fica evidente as discussões sobre as histórias de vida como processo de conhecimento e de formação, que Souza (2008) considerou:

Como dimensão do trabalho e dos modelos biográficos, inscrevem-se na biografia individual, quando reunimos situações, experiências, acontecimentos da vida e partilhamos na configuração narrativa, modos de dizer de si, sejam através da escrita ou da oralidade, ao destacar percursos, trajetórias e transformações narrativas da nossa história. (SOUZA, 2008, p. 40).

Ao escrever sobre minhas experiências escolares, retrato os eventos que povoam não só as minhas memórias, mas as de várias gerações de alunos. E, como evidenciando as minhas lembranças nas da professora Consuelo, essa assim rememorou: “Meus alunos participavam das festas, quando era antigamente 7 de setembro. Essa casinha velha [...] enchia de menino,



vinham dormir aqui em casa, botava esteira”. E continua lembrando: “[...] os meus alunos declamavam poesias para a alvorada, os hinos e canções do 7 de setembro. Era a coisa mais linda” (Maria Isabel Santos, 2012). Assim, as palavras da professora Consuelo me fazem lembrar os momentos em que participei dos desfiles cívicos no sete de setembro na cidade onde nasci, cresci, estudei e vivi grande parte de minha vida escolar. A fotografia a seguir registra um desfile cívico de sete de setembro do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, no ano de 1977, no qual desfilei em um pelotão alusivo à Educação Física Escolar.

Figura 15– Desfile Cívico de 7 de Setembro de 1977 – Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – Aluno Joaquim Francisco S. Guimarães



Fonte: Acervo particular de Marisete Soares Guimarães

Esta fotografia soma-se a várias outras que retratam o desfile cívico de 1977 e que muito dizem do que, à época, era considerado importante para ser evidenciado e reverberado pelas escolas. Lembro que aquele e outros pelotões foram formados a fim de mostrar à sociedade umbaúense que a escola contemplava ideais de ordem, respeito e civilidade à pátria. Eram pelotões que representavam o Exército, Marinha, Aeronáutica, os vultos históricos da pátria como: D. Pedro I, Tiradentes, Princesa Isabel, Marechal Deodoro da Fonseca e outros que elucidavam as várias culturas do Brasil e os povos que deram origem ao

nosso país. E, assim, o que percebo é que todo este corpo de informações revela, dentre outros aspectos, da cultura escolar, os modos de ensinar das professoras antes mencionadas, o que constitui o *hábitus* professoral, entendido aqui a partir de Teive (2008):

O *hábitus* se constitui como um modo de pensar e de agir na situação de ensino escolarizado cujas características estão relacionadas ao que o/a professor/a vivenciou, ouviu, praticou e reproduziu, a partir das representações construídas sobre e no processo de ensino escolarizado, ao longo de sua trajetória profissional e, muito particularmente, no curso de formação de professores/as. (TEIVE, 2008, p. 30).

Assim, as formas de agir das professoras aqui estudadas dão uma demonstração de suas vidas na educação, desde sua formação até a atuação já como professoras efetivamente, em Umbaúba. Nestes relatos, embora diversificados, se apresenta uma tênue relação entre elas. Suas histórias têm em comum suas origens, professoras do interior sergipano, que começaram sua formação em pequenos grupos ou salas escolares, em sua maioria estudaram em Escolas Isoladas e Escolas Rurais, outras em internatos, e que por meio deste contato lhes possibilitou o acesso à educação.

Certamente, as atuações como professoras, seja em Escolas Isoladas, em Escolas Rurais ou em Grupos Escolares, como foram narradas por elas, apresentam o apego a metodologias que inculcavam o amor à pátria, a celebração de solenidades, a comemoração de datas simbólicas, a relação humana e os bons costumes que foram vivenciados, por elas e pelos alunos, na cidade Umbaúba, e permitem determinar os modos de “ser professora”. Este tipo de vivência contribuiu com uma experiência formativa necessariamente escolar. Sobre o signo da experiência, tomo de empréstimo as palavras de Vieira e Oliveira (2010) que assim dispõem: “A experiência aparece como dimensão cultural, circunscrita no plano das relações de produção, na qual ações e posições são assumidas e praticadas.” (VIEIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 524). Os referidos autores, para tecerem considerações sobre o conceito de experiência, estiveram iluminados por Thompson (1981), que contempla a experiência como parte constitutiva do ser social, não apenas de filósofos, mas de homens e mulheres que refletem sobre o mundo. É por essa mesma reflexão que evidencio as experiências religiosas das professoras, que marcaram o ensino no município de Umbaúba. Tais experiências podem ser observadas pela fotografia abaixo, que retrata a celebração da minha “Primeira Comunhão” na igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia, evento organizado pela direção do Grupo Escolar Doutor Antonio Garcia Filho.

Figura 16 – Primeira Comunhão do aluno Joaquim Francisco Soares Guimarães – Evento do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – 1978



Fonte: Acervo Particular de Marisete Soares Guimarães

Conforme Oliveira (2011), o Brasil dos anos 60 e 70 do século XX, foi marcado por regras e normas impostas pelas autoridades do poder executivo. Nessas décadas perguntava-se: o que e como ensinar na escola diante das regras militares? A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, dentre outras prescrições, determinava em seu Artigo 97 que: “O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno [...]”. O Artigo 20 a/b, que aborda sobre a organização das disciplinas, expressa: “a) a variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais; b) ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos” (BRASIL, 2012). Já a Lei 5.692/71, ao abordar sobre a organização das disciplinas, emanava no Art. 2º, parágrafo único, que: “A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema [...]”; ao que se trata do ensino religioso o Art. 7º, parágrafo único, estabelecia que: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus” (BRASIL, 2012).

O município de Umbaúba segue estas orientações, pois pelas narrativas das professoras: Maura Fontes Hora, Acinete Almeida Bispo, Maria Isabel dos Santos e Janete Aguiar de Souza Cruz, há indícios de que não existia um planejamento de horários e disciplinas estabelecidos por um órgão superior. Neste sentido, rememoram as professoras alguns pontos. Sobre o planejamento escolar, a professora Maura Fontes Hora assevera que:

[...] nós fazíamos os nossos horários de acordo com a orientação da diretora. Ela nos ajudava a distribuir os assuntos que tinham que ser ensinados aos alunos. Era tudo explicado que a professora recebia e, aí então nós passava para os alunos os assuntos das quatro matérias. Religião era ensinada pelo que eu sabia. Aí eu ensinava os 10 mandamentos, o “Pai e Nosso”, “Ave Maria” e “Santa Maria”, a história de Jesus Cristo e era assim. Fazia isso uma vez por semana. Mas meus alunos rezavam todo dia quando entrava na sala. (Maura Fontes Hora, 2012).

Quanto ao ensino religioso, a professora Acinete Almeida Bispo revelou que:

[...] gostava muito de passar os ensinamentos da Bíblia para os meus alunos, mas fazia isso por mim mesma, pois quando a diretora dava os horários para nós, não vinha a disciplina Religião. Aí eu colocava sempre no horário da disciplina Moral e Cívica. Então eu aproveitava e dava um pouco do que dizia a “palavra do mestre Jesus”. Rezava com eles o “Pai e Nosso”. Engraçado eu lembro que quando eu estudei a minha professora dizia que era o “Padre Nosso”. Mas eu não ensinei assim não. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

No que tange à organização dos conteúdos que deveriam ser ensinados aos alunos, a professora Maria Isabel dos Santos assim rememorou:

[...] quando eu ensinava no povoado Cruvelo, era tudo feito por mim. Ninguém me ensinava nada e nem cobrava também. Eu fazia tudo da forma como aprendi quando estudei, mas quando eu passei a trabalhar na rua, no Grupo Adelvan, aí eu tinha a diretora que fazia a divisão das tarefas, das aulas. Era tudo no contado. Aí ela dizia que eu podia ensinar aos meus pequenos a rezar. Só isso, mas não me dava nada. Eu que levava meu catecismo e lia para eles. Isso por minha conta. Então, eu cantava os hinos da igreja que aprendi na missa, eu rezava o “Pai e Nosso”, “Ave Maria” e contava a história de Jesus Cristo, mas não assinava no diário não. Eu fazia isso dia de sábado. Era assim que eu ensinava religião, mas nunca tive um livro para orientar e dizer como era que tinha que ensinar. (Maria Isabel Santos, 2011).

Sobre a distribuição das disciplinas e a composição dos horários, rememorou a professora Janete Aguiar de Souza Cruz:

[...] quando eu era diretora, eu fazia os horários de todas as séries. Era todo organizado com quatros disciplinas e incluía atividade de educação física, no momento da recreação, que acontecia no dia de sábado, depois do recreio. Era no sábado também, que os professores ensinava noções de religião, pois não era obrigado ter essa matéria. Aí eu pedia a eles que fossem preparando os alunos para a primeira comunhão que sempre acontecia na quarta série. Mas quando tava perto de acontecer eu convidava um diácono da Igreja Católica de Nossa Senhora da Guia para vir durante um mês aos sábados à tarde para ensinar o catecismo para os alunos, só do quarto ano. Aí fazia uma

festa bonita na escola. Era assim mesmo. Muito lindo esse momento. (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

De acordo a narrativa acima anunciada, posso conjecturar que o seu modo de administrar da professora Janete, com foco na religiosidade, está atrelado aos saberes que adquiriu em seus primeiros anos escolares, pois ao morar na casa da sua tia na cidade de Salvador/BA, foi matriculada em uma escola confessional nomeada de Colégio São Francisco de Assis, em regime de semi-internato. Lá seus estudos foram focados em ensinamentos religiosos e cristãos, ficando apenas um ano nesta unidade de ensino, e em seguida foi morar na cidade do Rio de Janeiro com outra tia, a Senhora Esmeralda Rocha de Souza que, na ocasião, havia ficado viúva, e necessitava de uma companhia. Assim, foi matriculada no Externato Angelorum<sup>37</sup>, também um colégio confessional, onde concluiu o seu primário. Ao invocar sua memória minha personagem, de forma singular, traz o meio esquecido de volta à vida e narra como foi educada nestas duas últimas escolas religiosas em que estudou:

Ah! Era de tudo, regime interno de padre, você já sabe como é, né? Tudo, tudo mesmo, a gente tinha que ter um pouquinho, aprendi um pouquinho de inglês e um pouquinho de francês, mas tinha todas as matérias. Português, Estudos Sociais, Geografia, Educação para o Lar, Matemática e Higiene era separado. Aprendia tudo de higiene no vestiário, no corpo, na alimentação, tudo, tudo, tudo. Era bem organizado lá. A religião lá era muito forte. Era: dez a quinze minutos. A gente fazia na igreja, com orações. Era...era... convento. Era bem colado nas salas de aula, aí a gente fazia orações lá, tinha um padre que, Padre Arnóbio ele, desse eu me lembro bem, fazia parte da religião, e ele fazia muita argumentação com a gente, orações, perguntas, ele dava as respostas e escrevia também viu? Era muito bom ele, pois tinha música, canto, poesia, dramatização e muita coisa bonita. Os estudos nestes colégios eram muito diferentes em tudo do que eu estudei lá em Tomar do Geru em Sergipe. Era diferente a forma de ensinar, pois a gente tinha muitos livros e eram diferentes os prédios também. (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

Ao analisar as narrativas das professoras acima mencionadas, encontro indícios de que nos anos de 1960 e na primeira metade dos anos 1970, nas escolas da rede estadual e na rede municipal de ensino de Umbaúba, a disciplina de Ensino Religioso não consta das atividades curriculares formais, pois o que se extrai da legislação educacional (LDB 5.692/71), sobre este sentido, é que o Ensino Religioso era facultativo. No entanto, a direção da escola recomendava que as professoras sempre utilizassem parte da aula para realizar atividades que

---

<sup>37</sup> O Colégio Angelorum, fundado em janeiro de 1937 pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria no Brasil, passou por inúmeras mudanças de nomes e aumento gradativo de seus segmentos. Iniciou com a Educação Infantil, em seguida com o internato de jovens e, mais tarde, com o término do internato, o ginásio e 2º grau.

versassem sobre a matéria Religião. Além dessa atividade, que era dirigida pela professora, havia uma atividade catequética que era ministrada dia de sábado em turno contrário<sup>38</sup>. Essa atividade era dirigida pela Senhora Angelina Cruz (diaconisa da Igreja católica) e tinha como objetivo preparar os alunos para o ato comunal, ou seja, a celebração da primeira comunhão que acontecia na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia, onde a comunidade escolar, diretora, professoras e alunos se reuniam com os pais e autoridades locais para participarem deste ato religioso. A Figura 16 ilustra essa informação.

Outro aspecto que pode ser observado nos documentos como as fichas individuais de alunos e registro de matrículas escolares do município de Umbaúba, é a declaração, por parte da família do aluno, sobre o credo religioso que professava. Nesses documentos foi observado também que os alunos que pertenciam a outra religião, eram todos caracterizados como protestantes. Mesmo aparecendo um número significativo desses alunos, por nenhum momento foi mencionado pelas professoras entrevistadas que havia um ensino específico de religião para tais alunos. Nota-se, pois, que imperava um discurso católico nas aulas de Religião e que os alunos de outras manifestações religiosas eram invisíveis na prática cotidiana das escolas, que embora pertencessem à esfera pública, estavam pautadas nos rituais da Igreja Católica. Esta situação é bastante evidente nas narrativas acima apresentadas, pois as práticas católicas de rezar o Pai Nosso, Ave Maria, Santa Maria e outros rituais da Igreja Católica, quando iniciava a aula, eram uma situação corriqueira no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho e no Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista, nos idos de 1970.

Ainda sobre a prática cotidiana do Ensino Religioso nos Grupos Escolares de Umbaúba, é possível observar que os professores utilizavam as preces prontas<sup>39</sup> e todos rezavam juntos a mesma oração. Este ato era repetido todos os dias com o objetivo de reforçar a prática católica. Neste sentido, assevera Oliveira (2011, p. 134) que: “O tempo da escola era marcado pela presença cotidiana de ritos católicos e cívicos”. Assim, o que deveria ser configurado como um espaço laico estabeleceu uma íntima relação entre a Igreja e a escola, preservando costumes do Império.

É preciso, pois, ressaltar que as marcas registradas em diários de classe sobre o ensino de Religião nas escolas de Umbaúba, só foram encontradas nos documentos que versam a partir do ano 1980. Este registro pode ser observado no diário de classe da professora Maria

<sup>38</sup> Na época o sábado era dia letivo, pois as aulas aconteciam de terça-feira a sábado, uma vez que na segunda-feira acontecia a feira livre do município de Umbaúba.

<sup>39</sup> Trata-se das preces/orações curtas e objetivas que continham nos livros utilizados nas aulas de catecismo.



Isabel dos Santos, da 1ª Série, Turma “D”, Turno Matutino, Sala “C”, do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista.

Figura 17 – Diário de Classe do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista, da professora Maria Isabel dos Santos

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## DIÁRIO DE CLASSE

ESTABELECIMENTO: Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista  
ENDEREÇO: Rua Anfilópio Lima, 124

PROFESSOR: Maria Isabel dos Santos

GRAU DE ENSINO: 1ª SÉRIE: 1ª TURMA: D TURNO: M SALA: C<sup>17</sup>

1985  
ANO LETIVO

MES: 11/85

| DATA         | RESUMO DAS ATIVIDADES                                                                                                 | RUBRICA DO PROFESSOR |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 07/04/85     | alfabeto maiúsculo minúsculo letra escrita n.º pares                                                                  | MJS                  |
| 08/04/85     | leitura escrita três quantas letras há no alfabeto                                                                    | MJS                  |
| 09/04/85     | leitura escrita três quantas letras há nas consoantes e vogais n.º de 1 a 20 e os números pares                       | MJS                  |
| 09/04/85     | escrita alfabeto formas abstratas, conjuntos unitários ligas palavras iguais adição                                   | MJS                  |
| 10/04/85     | leitura escrita ditado de palavras treino ortográfico, completam palavras com vogais números impares adição           | MJS                  |
| 11/04/85     | escrita leitura identificação quantas pessoas tem em casa e que idade tem e emas nome mais e o mais velho             | MJS                  |
| 12/04/85     | alfabeto três palavras dispostas escrita leitura distinguir os troco e restado                                        | MJS                  |
| 13/04/85     | <u>Cópi de Religião pai nosso, quem é Deus o filho de Deus</u>                                                        | MJS                  |
| 14/04/85     | leitura escrita alfabeto, comprimento vogais unitárias adição                                                         | MJS                  |
| 15/04/85     | Cópi de Comunicação de que é formado a família três: se a família uma comunidade escrita números pares adição         | MJS                  |
| 16/04/85     | leitura escrita, cópi de ciência água de um salgado em 10 e a 200 adição subtração                                    | MJS                  |
| 17/04/85     | escrita leitura, três que idade tem em que ano nasceu e quanto de um cópi de ciência animais domésticos               | MJS                  |
| 02/04/85     | Quando deu tim a semana, qual o 1º dia da semana e outra leitura escrita adição subtração unidade dezena duzentos     | MJS                  |
| 23/04/85     | alfabeto leitura escrita cópi de ciência três como e colado o corpo de pique como de rir na água número pares impares | MJS                  |
| 24/04/85     | Cópi de ciência três a utilidade da água leitura n.º adição                                                           | MJS                  |
| 25/04/85     | avaliação de três comunicação                                                                                         | MJS                  |
| 26/04/85     | teste de inteligência                                                                                                 | MJS                  |
| 27/04/85     | teste de leitura                                                                                                      | MJS                  |
| 30/04/85     | teste de matemática                                                                                                   | MJS                  |
| OBSERVAÇÕES: |                                                                                                                       |                      |

13/04/85 Cópi de Religião pai nosso, quem é Deus o filho de Deus MJS

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba

Assim sendo, o que ficou evidenciado, a partir das narrativas e documentos, é que a formação dos alunos do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho (pertencente à rede estadual de ensino) e do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista (pertencente à rede municipal de ensino de Umbaúba), entre os anos de 1955 e 1989, esteve ligada a uma formação eminentemente religiosa que foi marcada pelas orações, cânticos, ritos, conselhos cristãos e solenidades eucarísticas. Tais ensinamentos constituídos foram parte significativa do currículo escolar desde os primeiros anos da década de 1970 até a sua implantação definitiva na década de 1980. Esta situação resultou na transversalidade de todas as

disciplinas que faziam parte do currículo, pois a religiosidade, o civismo e o amor à pátria foram inculcados nos alunos que viveram nesse tempo e lugar, em seus primeiros ensinamentos escolares. A ordem e a disciplina, além de serem evidenciadas pela religiosidade, eram também impostas aos corpos pelos uniformes, como pode ser observado nas imagens a seguir.

Figura 18 – Farda do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho – 1975



Fonte: Acervo particular de Euza Maria Viana Rodrigues Silva

Figura 19 – Farda do Grupo Escolar Municipal Adelman Cavalcante Batista – 1975



Fonte: Acervo particular de Maria Lita Silveira

Pelo viés da História da Educação é possível perceber que a escola, desde a sua institucionalização, utilizou-se de estratégias no sentido de promover a conformação corporal de seus alunos. Neste sentido, afirma Faria Filho (1997, p. 52): “[...] assim como a escola ‘escolarizou’ conhecimentos e práticas sociais, buscou também apropriar-se de diversas formas do corpo e constituir uma corporeidade que lhe fosse mais adequada”. Assim, tentativas de moldagem de crianças e jovens aos diferentes projetos de homem, de mulher e de sociedade deixaram marcas permanentes nos corpos das gerações escolarizadas.

Revisitando minha infância no Grupo Escolar Municipal Adelman Cavalcante Batista e no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, lembro-me não só dos mecanismos de que os



gestores desses se valiam no intuito de controlar nossos corpos, de estabelecer ordens e de pontuar os movimentos que os alunos eram obrigados a fazer. Tais amoldamentos eram para perpetuar a prática do exercício físico, sinônimo de rigor, disciplina e ordem. Estas ordens eram direcionadas pelas professoras quando, por exemplo, a turma estava fazendo barulho, ou quando não copiávamos a tarefa no quadro. Diante desta situação, sempre havia algumas “táticas de resistência”<sup>40</sup> desenvolvidas por mim e por meus colegas para burlar as normas que nos deixavam sentados na carteira, quase imóveis, sem olhar para os lados, de posição firme, eretos, por horas a fio. Assim, sempre me oferecia para apagar o quadro-negro, ir à lixeira fazer a ponta do lápis, pedia para ir ao banheiro, com o pretexto de que estava sem aguentar, e ensaiava uma forte expressão de urgência e outras incontáveis maneiras que incluíam até pegar água para a professora. Disso tudo, lembro que só funcionava, como um passaporte de liberdade, a ida ao bebedouro.

Táticas como essas contribuía para saciar, em pequenas doses, a nossa sede de movimento. Estas situações foram vivenciadas por mim e pelos meus colegas, com mais frequência, nas aulas das professoras: Maria Isabel dos Santos (Dona Consuelo), Janete Aguiar de Souza Cruz (Dona Jane) e Risoneuma Soares Feitosa (Dona Riso). Além desta forma de disciplinar e cuidar do corpo, elas acompanhavam os alunos no momento de recreação, onde também avaliavam o comportamento de cada um e orientavam quando o aluno errava. Neste sentido, Louro (2000) coloca que:

Observar os corpos de meninos e meninas, avaliá-los, medi-los, classificá-los. Dar-lhes, a seguir, uma ordem; corrigi-los sempre que necessário, moldá-los às convenções sociais. Fazer tudo isso de forma que se tornem aptos, produtivos e ajustados – cada qual ao seu destino. Um trabalho incessante, onde se reconhecem – ou se produzem – divisões e distinções. Um processo que, ao supor ‘marcas’ corporais, as faz existir, inscrevendo e instaurando diferenças. (LOURO, 2000, p. 61).

De acordo com Mazoni (2003), não podemos negar que a escola é um espaço onde há conflitos e resistências, é preciso que se reconheça que os conteúdos e procedimentos didáticos devem estar relacionados ao paradigma militar da aptidão física e da saúde da Educação Física que predominou no Brasil durante a maior parte do século XX, teve marcante interferência de estratégias ligadas ao uso e controle dos corpos pelas estruturas de poder, com

<sup>40</sup> “As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, a rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre os momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc.[...] as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também, dos jogos que introduz nas fundações de um poder”. (CERTEAU, 1998, p. 102).

fins políticos de regulação e manutenção da ordem. Em Umbaúba, isso não foi diferente, pois os conteúdos trabalhados pelas professoras entrevistadas, nos dias de aula de Educação Física, constam nos diários apenas como recreação e orientação da postura nos mais variados lugares, ou seja, aula de como se comportar. No que se refere ao exercício físico, se constituía apenas para jogar bola, brincar de amarelinha, brincar de rodas, corrida de saco e outras brincadeiras organizadas pelas professoras. Assim rememorou a professora Maria Isabel dos Santos sobre a Educação Física na década de 1970:

Eu brincava muito com os meus alunos. Era na aula de Educação Física, pois não tinha nenhum conteúdo para passar. Essas aulas eram de recreação e aconteciam aos sábados no pátio da escola, ou em um campinho que existia na frente do Grupo Adelvan. Era uma praça, sem banco, sem calçada, sem nada. Então eu levava bola e brincava com eles. Outras vezes era de roda. (Maria Isabel Santos, 2011).

Ainda de acordo com Mazoni (2003), muito embora a disciplina de Educação Física tivesse como objetivo principal primar pelo trabalho do corpo e da mente, que pudesse utilizar a função de colaborar na construção de corpos saudáveis e dóceis, ou melhor, com uma educação estética que permitisse uma adequada ao processo produtivo, ou a uma perspectiva política nacionalista, havia também uma legitimação do conhecimento médico-científico do corpo que referendava as possibilidades, a necessidade e as vantagens de tal intervenção sobre o corpo. Tal objetivo da Educação Física não foi evidenciado nas narrativas das professoras quando foram indagadas como e quando aprenderam e como ensinaram a disciplina de Educação Física. Suas respostas foram quase nulas e/ou negativas, neste sentido, pois a Educação Física por elas entendida tratava-se apenas de moldar o comportamento dos alunos e de desenvolver atividades recreativas, sem, portanto, levar em consideração o real objetivo da disciplina.

Sobre o mesmo mecanismo de orquestrar os corpos, os uniformes também cumpriam os desígnios de uniformizar, disciplinar, identificar, controlar e representar a instituição de ensino. Esta condição era presente na sociedade umbaubense, pois os alunos do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho e do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista eram identificados e/ou reconhecidos pelo uniforme que se constituía em um modelo semelhante ao fardamento militar. O fardamento do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, nos anos de 1963 a 1978, tinha a sua composição constituída como se observa nas fotografias que abrem este tópico, ou seja, apesar delas serem em preto e branco, tenho na memória que os alunos eram uniformizados de calça azul marinho, camisa de cor branca com escudo do

colégio sobreposto no lado esquerdo do peito, boina<sup>41</sup> e congas<sup>42</sup> de cor azul. Para as alunas o uniforme era composto de uma “jardineira”<sup>43</sup> com saia pinçada de cor azul, camisa de cor branca, congas, boina de cor azul e meias brancas. Esse uniforme também foi substituído no final dos anos de 1970, sendo modificado apenas o fardamento das meninas, uma vez que a “jardineira” foi substituída pela a saia pinçada.

No que se refere ao uniforme do Grupo Escolar Adelvan Cavalcante Batista, nos anos de 1970 era constituído para os alunos do sexo masculino da seguinte forma: calça de cor cáqui, camisa de manga longa de cor branca com punhos e ombreira cáqui e o escudo da escola no lado esquerdo do peito, quepe cáqui, sapato Vulcabras (colegial) e meias pretas. Já o fardamento das alunas se constituía de saia pinçada cáqui (abaixo do joelho), camisa de manga longa de cor branca com punhos e ombreira cáqui e o escudo da escola no lado esquerdo do peito, quepe cáqui, sapato Vulcabras (colegial) e meias pretas até o joelho. Porém, no final dos anos de 1970 o fardamento foi mudado, passando a ser de cor grená, calças e saias, e as camisas continuaram de cor branca e com mangas curtas, os sapatos passaram a ser conga grená e as meias brancas. Este último modelo está ilustrado na fotografia citada. O que pode ser observado é que o primeiro fardamento se aproximava mais das normas do regime militar, representando a tentativa de uniformizar os alunos dentro dos padrões do Exército. Já no segundo fardamento, instituído entre 1979 e 1980, observa-se algo novo, mais livre, se fez presente na esfera municipal, haja vista que no novo fardamento implementado não mais constavam traços do militarismo ainda presente na escola estadual “Antonio Garcia Filho”. Analiso que a mudança da forma/design do fardamento com rigor militar, passava a trazer em suas peças traços modelares de mais leveza, liberdade, pois no final da década de 1970 e início da década de 1980, o País começava a viver os momentos de aspiração de um novo regime político com mais abertura social, política e econômica.

O controle do comportamento dos alunos passou a ser mantido pelo uso do uniforme que coloria as ruas e avenidas na cidade de Umbaúba nos anos de 1960, 1970 e 1980, primeiro de cáqui, azul e branco e depois de grená, branco e azul. Estas cores distinguiam os alunos pertencentes à rede estadual e à rede municipal de ensino. Além disso, controlava as ações dos alunos fora da escola, ou seja, no trajeto percorrido entre a residência do aluno e o

---

<sup>41</sup> Tipo de chapéu que cobre parte da cabeça, geralmente sem pala ou com pala muito curta, raso, redonda e larga.

<sup>42</sup> Tipo/Marca de tênis do modelo “conga”.

<sup>43</sup> É uma peça de roupa inicialmente voltada para a proteção durante algum tipo de trabalho. Podem resumir-se a peças de roupa em que as calças, saias e suspensórios formam uma só peça, cobrindo ainda parte do tórax e abdome, ou chegar a peças de roupa que cobrem quase todo o corpo, deixando de fora somente a cabeça, as mãos e os pés.

Grupo Escolar. Sobre isso, rememoram as professoras Maria Lita Silveira e Janete Aguiar de Souza Cruz:

Não eram todos os alunos do Grupo Adelvan que usavam farda, pois tinha uns que os pais não podiam comprar e outros que os pais tinham dinheiro. Mas, aqueles que podiam comprar e usavam o fardamento, eram mais fáceis, dos pais e a escola saberm, se eles fizeram algo errado na rua, quando voltava pra casa. No Grupo Garcia Filho, era diferente, pois todos os alunos usavam farda, aí ficava melhor pra gente controlar. (Maria Lita Silveira, 2012).

Sobre o uso do fardamento no Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho:

Todos os alunos usavam a farda da escola completa, pois se estivesse sem farda não entrava. Era uma ordem que todos cumpriam. A escola fica muito linda com os alunos uniformizados. Além disso, servia para controlar eles nas ruas, praças e avenidas da cidade. Quando eu era diretora eu exigia mesmo, e todos os pais compravam com o maior orgulho a farda dos seus filhos. Só entrava com farda. E se tivesse alguma coisa de errado na rua com o aluno fardado, ele era punido quando chegasse à escola. Todos os pais me ajudavam nesse sentido, bastava eu dizer e eles colaboravam e participavam de tudo na escola (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

Ao atentar para as narrativas das professoras Lita e Janete, entendo que os Grupos Escolares de Umbaúba utilizavam o uniforme também como um controle de seus alunos. Outro fator importante diz respeito ao nível socioeconômico dos alunos, pois as narrativas acima revelam que o Grupo “Adelvan” era frequentado por alunos vindos de classes sociais muito diferentes, mesmo sendo uma escola pública, era também frequentada por alunos que pertenciam a uma classe social mais provida de recursos financeiros, ou seja, na época os chamados “filhos de rico”<sup>44</sup>. Outra revelação se constata no padrão socioeconômico dos alunos do Grupo “Garcia Filho”, pois ao contrário do Grupo “Adelvan”, todos os alunos eram uniformizados. Isso denota que os alunos deste pertenciam a uma classe social mais favorecida. Por outro lado, a uniformização de todos os alunos facilitava as repreensões cabíveis quando o aluno descumprisse com os padrões morais e éticos estabelecidos pela escola no município de Umbaúba. Além dos uniformes, os castigos e as inspeções (vigílias) também faziam parte da ordem imposta no ambiente escolar. A fotografia abaixo revela os padrões de ordem e imposições vivenciados no Grupo Escolar Doutor Antonio Garcia Filho.

---

<sup>44</sup> Essa realidade mudou quando a professora Janete Aguiar de Souza Cruz fundou na década de 1980 uma escola particular, “Educandário São Jorge”. Assim, os “filhos de rico”, foram matriculados nesta nova unidade de ensino.

Figura 20 – Foto da Turma da 2ª Série do Grupo Escolar Dr. Antonio G. Filho. Professora Josefina Batista Hora e alunos na entrada principal do Grupo por ocasião do encerramento do ano letivo – 1964



Fonte: Acervo particular da professora Josefina Batista Hora

Tanto a ordem no sentido *latu* emanada pela esfera federal, quanto a ordem disciplinar (dentro da escola) são elementos indispensáveis à compreensão da cultura escolar que se encontrava em voga nos primeiros momentos das construções dos Grupos Escolares no País, tidas, pois, como requisito essencial da nova ordem pedagógica que foi estabelecida quando da criação dos Grupos Escolares. Assim, a ordem disciplinar foi elemento essencial para o estabelecimento do ensino simultâneo que obedecia a uma dupla racionalidade didático-pedagógica: civilizar e moralizar. Esta era a condição para realizar uma educação preocupada em alcançar os mais elevados fins da escola primária. Por sua vez, essa dupla racionalidade era considerada elemento simbólico que dava crédito e elevava a escola. (SOUZA, 1998).

O processo de disciplinar o povo brasileiro pela escola, a partir da década de 1920, foi amplamente divulgado, pois trazia uma diferença entre instruir e educar através da escola. Todos precisavam ser educados e receber o mínimo de conhecimentos. (SOUZA, 2001). Desta forma, a disciplina escolar era inquestionável, sendo, pois, considerada a base para que se construísse uma sociedade civilizada. Foi neste sentido que foram implementadas de forma cautelosa na escola a ordem, a disciplina, a imposição de normas, as proibições às más condutas, as punições e os castigos para combater as desordens.

Souza (2001) ainda assevera que, desde o início do século XX, castigar os alunos com o objetivo de mudar seu comportamento, corrigir hábitos inadequados ou, ainda, de punir aqueles que não conseguiram uma boa aprendizagem, eram práticas comuns realizadas pela escola. Esta situação não foi diferente em Umbaúba, pois mesmo tendo uma legislação escolar que proibia os castigos físicos, eles permaneceram existindo nas escolas do município. Evidência disso são as narrativas, os testemunhos das professoras entrevistadas que educaram várias gerações de alunos nas Escolas Isoladas, nas Escolas Rurais e nos Grupos Escolares de Umbaúba entre os anos de 1955 e 1989, desenvolvendo esta prática. Além desses testemunhos, posso declarar que vivenciei “na pele” as humilhações, os insultos, a palmatória, os beliscões, os joelhos em cima de caroços de milho ou feijão e outros diante do descumprimento das atividades letivas ou quando não obedecia às ordens. Outra prova da persistência destas medidas é evidenciada quando a professora Josefina Batista Hora (Dona Zeolita), rememora:

A palmatória eu usava, mas na sabatina. E era assim: como hoje, a tabuada né? A tabuada de somar, de diminuir, agente reunia os alunos pra eles estudarem, e fazer as perguntas. Usava a palmatória para os alunos que não soubesse né? Eram eles que batiam uns nos outros e às vezes eu usava também, mas em outros casos. Quando não me obedeciam, com muita conversa como esses meninos: Eles ficavam conversando e não atendia, eu tinha que alertar. Botava de castigo e usava também a palmatória (Josefina Batista Hora, 2012).

Ainda sobre a prática do castigo físico encontro evidências na narrativa da professora Maria Lita Silveira, ao rememorar a época em que foi aluna da professora e madrinha Maura Fontes Hora (Dona Maurita). Assim rememorou Lita:

A professora madrinha Maurita dizia: ‘Hoje é dia de recordar a lição.’ Para recordar, como a gente vai fazer uma prova, revisar. O que eu havia decorado, não, o que eu havia aprendido durante a semana. Na semana que você aprendeu de segunda a sexta-feira, no sábado a gente lia novamente para recordar, ela fazia sabatina e ia fazia pergunta. Tinha até o termo recordação. Aí dava a tabuada, aí recordava a tabuada que você deu a de somar, a de diminuir, a de multiplicar. E tinha o uso da palmatória. A palmatória era da grossura não sei de que mais. “Ave Maria”. Eu nunca apanhei de colega meu. Eu? Não, eu só tomei um bolo dela, da professora. Agora ela não gostava de bater não, ela dizia: “Se você não bater, eu vou bater em você!” Mas eu sentia uma dor no meu coração, eu não gostava não, me sentia mal, os meninos tinham medo, eu não gostava de bater não, mas fazer o que? Se não fosse assim, tinham outros castigos que a professora Maurita fazia como: Não sei que posso falar. [pausa] Tinha aquele negócio da pessoa de ajoelhar no milho, ficar em pé olhando para parede. Outras tantas já colocaram também. O milho, o de trancar [preso em uma sala]. Ela

trancava mesmo, botava milho, aqueles alunos descarados. Esses iam quase todos os dias se ajoelhavam em cima de milho. Os que eram preguiçosos para estudar, não queriam estudar, mas eu nunca fui não. E outros ficavam sem recreio. É, não tinha recreio. (Maria Lita Silveira, 2012).

Como é percebido nas narrativas da professora Dona Zeolita e da aluna e professora Maria Lita Silveira, a existência de castigos na escola fazia parte da pedagogia tradicional, pois colocar a criança de joelhos debaixo da mesa, dar cascudos, puxar orelhas, usar palmatórias, entre outros instrumentos punitivos, eram também modos de ensinar/educar. É pertinente refletir sobre o tempo/época em que essa prática era aplicada, pois nesse período, segundo Souza (2001), a maioria dos estados brasileiros já partilhava da nova era pedagógica com a substituição dos castigos corporais pela “liberdade bem regulada”. Porém, no município de Umbaúba esta nova prática foi tardia, pois apesar da disseminação deste novo regulamento, não há evidências de que as escolas umbaubenses faziam uso, através de algumas das suas docentes, dos castigos físicos. Assim, segundo Ramos (1944), os regulamentos e estatutos “[...] se multiplicaram nas Escolas, proibindo as punições corporais violentas, e apenas admitindo certas interdições, como as reprimendas, a retirada de classe, e exclusão temporária ou definitiva, a supressão da liberdade” (RAMOS, 1944, p. 456).

Por outro lado, nas narrativas de algumas das professoras entrevistadas pude encontrar evidências sobre essa nova prática de repreender os alunos, uma vez que a maioria delas já havia abolido o uso de castigos corporais na escola, mas permitia o emprego de repreensão, trabalho de leitura ou escrita além do horário regular e outros tipos de castigos, como copiar no caderno várias vezes as palavras que remetiam a desculpas e/ou às boas ações. Além disso, os pais deveriam ser comunicados para que eles empregassem castigos maiores. Esgotados estes recursos e sob autorização do diretor, poderia ser aplicada a pena máxima aos “incorrigíveis”: a suspensão por alguns dias da escola e, nos casos mais extremos, a expulsão do aluno da escola. Sobre tais práticas, rememoraram as professoras Acinete de Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Maria Lita Silveira e Risoneuma Soares Feitosa:

Eu não usava palmatória não. Apesar de ter sofrido muito quando estudei, pois minha professora castigava mesmo. Ela dava castigo mesmo, era na escolinha. Os castigos eram: ficar de pé, ou de joelho, ou botar lá por trás de uma grade que tinha escura... e, ficar sem recreio. Mas eu quando comecei a estudar não usava de todos esses castigos não. Era assim, o aluno podia ficar sem recreio, saía mais tarde, pois precisava terminar o dever e mandava dizer para vir no outro dia acompanhado dos pais. Ficava sem participar dos eventos que tivesse na escola. E se fizesse algo muito errado era a diretora que dava a repreensão. Às vezes suspendia das aulas, por três ou cinco dias

Mas nunca bati e nem belisquei nenhum aluno meu. (Acinete Almeida Bispo, 2012).

Já a professora e diretora Janete Aguiar de Souza Cruz rememorou que da forma que foi castigada quando aluna, castigou também os seus alunos.

Se os alunos fossem rebeldes, ou seja, se fizessem rebeldia castigavam, já tinha um lugarzinho assim, no bebedouro tinha um vidro assim, que eu ficava olhando pra eles, dava um livro pra eles ficarem entretidos, os castigos eram... Eram não era tradicional não, eram educativos mesmo, aí eu de cá dando aula tava vendo os alunos do outro lado, se tava estudando o livrinho que eu dava. Isso na hora da aula. Se fizesse rebeldia, pra não perturbar vá pra li, tome esse livro, vá ler e depois perguntava. Quando precisava mandava chamar os pais e comunicava o ocorrido para eles castigarem em casa. Essa foi a forma que eu aprendi quando estudei no colégio do Rio de Janeiro. Aí eu fazia quando era diretora e professora. (Janete Aguiar de Souza Cruz, 2012).

Embora também professora na mesma escola, Maria Lita Silveira não utilizou os castigos com os seus alunos. Sobre o seu modo de educar, rememora:

Eu não fazia sabatina com os meus alunos não. Só tomava a lição dia de sábado, pois tinha aula no município. Não usava a palmatória e nem colocava meus alunos de castigos. Às vezes que colocava os alunos mais danados na diretoria da escola. Mas antes eu chamava e conversava com ele. Nunca utilizei de castigos físicos não. Isso eu fiz diferente de como eu estudei. (Maria Lita Silveira, 2012).

Da mesma forma que a professora Maria Lita Silveira, a professora Risoneuma Soares Feitosa relembra que não era rígida e não castigava os alunos. Assim narrou a sua prática professoral:

[...] nunca fui rígida. Sempre procurei ajudar meus alunos, teve um, que tinha uma professora muito severa, quando ela foi embora pra Itabaianinha, ela pediu à diretora que queria que eu ficasse na quarta série, só a única professora que ela achava ali pra ficar era eu, e eu não queria, eu tava até ensinando na quinta série, matemática, aí a diretora me tirou das quinta e me botou na quarta série, e quando eu cheguei... Os alunos todos ficaram felizes. Porque a gente não é só ser professor e só passar atividade, a gente também tem que entender o problema do aluno, ser mãe, psicóloga, ajudar e entender nosso aluno. Comigo não tinha castigo não. Tinha muita conversa. E os alunos que se comportasse melhor eu dava um prêmio no final do ano. Eu era assim com eles. (Risoneuma Soares Feitosa, 2012).



Assim, o que analiso é que as práticas educativas baseadas em castigos que discorriam nas escolas de Umbaúba no período estudado foram desaparecendo ao longo das trajetórias das vidas de algumas das professoras. O que revela também os processos pelos quais passaram a História da Educação, em especial a da cidade de Umbaúba. Vale ressaltar que em poucos momentos os castigos foram presentes nas salas de aulas dessas professoras. O que se evidencia com muita ênfase são as práticas de repreensão e privação de liberdade dos alunos, tidas como forma de frear a indisciplina na escola. Essa, pois, era a forma utilizada para prescrever as punições aos alunos que se comportavam mal. Eram previstos também lugares de distinção em classe para os alunos com melhores aprovações. Tais práticas educativas representam bem a cultura escolar desenvolvida nas duas principais escolas umbaubenses no cronótopo estudado. Também compunham as práticas educativas da cidade, os modos de educar das professoras: Maura Fontes Hora e Josefina Batista Hora, que utilizavam de castigos físicos ou morais para aqueles alunos que cometiam falta, a exemplo da desobediência. Esta prática servia de exemplo, também, para que os outros não incorressem nos mesmos erros, ou seja, servia de lição. Por outro lado, as professoras: Acinete Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Maria Lita Silveira e Risoneuma Soares Feitosa, deixaram explícito em suas narrativas que se utilizavam de diferentes modos de disciplinar os alunos, pois acreditavam que bastava prevenir as faltas, moldar de antemão os alunos e criar técnicas que diminuíssem a possibilidade deles cometerem a falta. Isso já os livraria dos castigos. Desta forma, para a maioria dos professores antes mencionados, as falhas na disciplina seriam um sinônimo do mau uso dos métodos disciplinares, revelando incompetência dos professores – bons professores jamais recorreriam à punição. Neste sentido, rememora a professora Maria Isabel dos Santos:

Nunca castiguei meus alunos em nada. Nunca não, olhe uma coisa que acho errado, que eu sofri também, mas eu acho errado, apesar de não ter merendado na escola, eu nunca deixei meus alunos de castigo sem merendar. Qual é a criança que não quer comer? Menino não acerta aquela lição, todo mundo vai para o recreio, porque ele não vai? Será que ele é mais inferior que os outros? Para não sair para merendar? Ia merendar quando chegasse, vamos meu filho resolver! Isso e isso, quanto mais o menino era péssimo, eu tinha que dar amor a ele, quanto mais o menino brigão, você tem que chamar ele perto de você, para alisar, “Meu filho!” conversar mais ele, mudar o jeito do menino, se o menino é Ave Maria! Todo estorvado, não seja estorvado com ele não, que tá criando uma coisa venenosa, chame ele a atenção, conversa mais ele, seja amigo, vixe que não tem pessoa melhor, não tem pessoa melhor. Eu nunca deixei meus alunos de castigo. Todos iam para o recreio e eu os acompanhava. Tinha uns que até na hora de ir embora iam comigo, pois moravam perto de mim. Eles iam todos comportados. Sempre conversava quando eles cometiam um erro. Sempre deu certo. Minhas

turmas foram muito disciplinadas, pois eu usava diálogos com todos os alunos. (Maria Isabel Santos, 2011).

Nesta narrativa, percebo que a disciplina possuía, portanto, um caráter preventivo, atuando não apenas em momentos específicos, mas de diversas formas e em diferentes espaços. A teia disciplinar era uma constante, ou seja, estava sempre presente no olhar da maioria das professoras entrevistadas. Evidência disso é a expressão da professora Josefina Batista Hora, na fotografia que abre este tópico. Seu olhar direcionado aos seus alunos determina ordem, respeito e a ordem disciplinar pulverizada no ambiente escolar. Assim, durante os anos de 1955 a 1989 a disciplina utilizada nas escolas de Umbaúba possibilitou a extinção ou pelo menos minimizou o uso das punições físicas, ou seja, retirou os castigos e implantou formas de controle mais adequadas ao que determinava a Pedagogia moderna.

Com base nas narrativas ouvidas e analisadas, posso conjecturar a coexistência de três tipos/modalidades de punições, a saber: física, moral e de prevenção. As punições impugnadas ao corpo através dos castigos de natureza física objetivavam corrigir fisicamente as más condutas apresentadas pelos alunos. As de cunho moral, por sua vez, afetavam no campo da subjetividade e reuniam um conjunto de penas ou advertências verbais que poderiam levar até à expulsão do aluno. A modalidade preventiva se apresentava de forma mais silenciosa, pois consistia em ameaças ou até mesmo na própria aplicação dos castigos físicos e morais, que pretendiam prevenir atos e condutas consideradas prejudiciais à “boa ordem”. Assim, a coexistência dos três tipos compôs um cenário educacional marcado pela disciplina dos corpos. Deste modo, entre castigos e sanções, punições e premiações, o que houve foi um ecletismo nos modos de educar. Pois, múltiplas formas para mediar e inculcar o saber escolarizado foram usadas pelas educadoras de Umbaúba.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Fica” o que significa

A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual “fica” o que significa. (BOSI, 1994, p. 66).

Tomo emprestadas as palavras de Bosi (1994) para vislumbrar a saída do labirinto. E pelas vozes e memórias das professoras Acinete de Almeida Bispo, Janete Aguiar de Souza Cruz, Josefina Batista Hora, Maria Isabel dos Santos, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora e Risoneuma Soares Feitosa, encontrei caminhos, às vezes quase que intactos, às vezes alterados, que revelaram os modos com que elas educaram no município de Umbaúba no período de 1955 a 1989. Tais caminhos me levaram a descortinar, a conhecer, a contar e a compor a história da institucionalização da educação de Umbaúba, até então não historiografada. Por certo, novos saberes, novos conhecimentos devem ter alterado os conteúdos da base evocada, porém, mesmo trabalhando com a perspectiva de mudanças, seja na vida social, individual ou fisiológica, há uma probabilidade de conservar o real significado dos fatos por elas lembrados, sobre os momentos que elas viveram, pois ficou apenas o que significou.

Busquei, pois, ser conduzido pelos fios dos pensamentos das professoras aposentadas, com o propósito de visitar uma cidade adormecida pelo tempo passado e “cutucar” o campo da educação, com o objetivo de fazer acordar aquelas que ajudaram a construir a educação municipal. Entrei, pois, no labirinto para entender esta construção e perceber a relação que existia entre as professoras aposentadas e a institucionalização da educação de Umbaúba, desde as primeiras Escolas Isoladas, as Escolas Rurais e o surgimento dos Grupos Escolares, haja vista que em Umbaúba não teve escolas reunidas. Estas instituições foram fundamentais para aqueles que lá estudaram, bem como para aqueles que não estudaram, pois receberam as benesses dos frutos de um povo letrado. Agora, na condição de narradores de uma história, eles compartilham os mistérios, os medos, as certezas, as incertezas, as alegrias e as tristezas do modo de educar que foi constituído nessas instituições. Assim, ao entrar nesse labirinto, tive como cartão de visita a minha apresentação, onde desenhei o labirinto da minha infância, adolescência e fase adulta, e como fio condutor trouxe as trajetórias de vida das minhas primeiras professoras. Meus sonhos, meus desejos me deram fôlego para visitar o passado da cidade em que nasci, para entender como se constituíram os modos de educar das minhas professoras e mais adiante poder compor o cenário educacional de Umbaúba.

Ao escrever minha trajetória escolar, escrevia também o início do meu labirinto de investigação, e pela escrita da minha vida fui surpreendido com uma história em comum. História que começou a ser delineada a partir de 1974 nas salas de aula do Grupo Escolar Municipal Adelvan Cavalcante Batista e do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho. Foi nestes espaços em comum, que eu e minhas professoras, mesmo não intencionalmente, construíamos o meu campo empírico, pois foi lá que vislumbrei e vivi uma cultura escolar por entre as salas de aula, pátios e corredores. Não encontrei simplicidade ao fazer das próprias memórias e das memórias das minhas professoras meu objeto de estudo, pois grandes embates teóricos e metodológicos foram travados para tornar legítima esta pesquisa.

Na busca por um suporte teórico que me permitisse fundamentar tal estudo, encontrei na “história vista de baixo” possibilidades de alargar os caminhos e curvas do labirinto. As pesquisas empreendidas pelos historiadores ingleses E. P. Thompson (1981) e Raphael Samuel (1997) foram para mim valiosas, pois me permitiram ver por outras lentes e me posicionar em outro lugar. Assim, tomar como objeto de estudo as memórias orais das educadoras já conhecidas pelos leitores deste texto, não seria possível sem os pressupostos da História Cultural e Social Inglesa, pois, é bem verdade que para operar historiograficamente por lentes “vistas de baixo” tive que me apropriar de tal teoria. Ambos os autores me fizeram refletir sobre o caráter inesgotável da pesquisa/escrita histórica, para além de trazer sujeitos até então desconhecidos das páginas da história dita “oficial”.

Nesta mesma perspectiva, o conceito de “experiência” foi balizador, pois me permitiu a aproximação com as experiências das referidas professoras. Assim, unir por meio da escrita os historiadores Eric Hobsbawm, Edward P. Thompson e Raphael Samuel, entre outros, foi uma experiência teórica gratificante, pois ao tempo em que operei com o conceito oferecido por eles, pude entender o significado de tal conceito para a pesquisa historiográfica. E deste modo, trazer para o palco acadêmico histórias experienciadas/protagonizadas por “pessoas simples” foi um feito que exigiu consistência teórica, tal qual encontrei nas interlocuções entre os três autores, que se revelaram de suma importância para a composição, análise e interpretação do meu objeto de estudo.

Em consonância com os pressupostos teóricos utilizados, lancei mão do conceito de memória defendido por Raphael Samuel (1997) e Bosi (1995), pois tal trabalho não poderia ser concretizado sem percorrer os territórios das memórias das sete educadoras que atuaram no período de 1955 a 1989 na educação no município de Umbaúba. A noção de memória esteve presente em todo o tempo de elaboração e execução da pesquisa. Pois, ao ouvir o que as professoras gentilmente contavam, sempre me recordei das palavras de Bosi (1995),

quando nos recomendou que lembrar não é reviver, mas é reconstruir o passado, mesmo que incompleto, e entre cortes e seleções fica apenas o que significa. Somei as palavras de Bosi (1995) às de Raphael Samuel (1997) quando afirmou que a memória está longe de ser meramente um receptáculo passivo, onde as informações são tabuladas de forma linear e tranquila, mas muda de cor e forma no momento em que relembra.

E ao lembrar as trajetórias de vida das minhas professoras, através de suas narrativas, necessitei então posicionar, epistemologicamente, tais professoras. Encontrei, pois, na História Local um viés que me permitiu abrir caminhos para historiografar a História da Educação de Umbaúba, uma vez que as biografias das professoras se revelam potentes para a construção de um possível núcleo de saber local, pois para além de compor suas trajetórias, corroboro também para a constituição de tal empreendimento. Conforme preconizou o historiador sergipano Luiz Antônio Barreto, o núcleo de saber local deve ser uma unidade que, sobretudo, valorize as pessoas da comunidade local. Vale ressaltar que essas pessoas são consideradas inominadas, personagens da vida comum, cujas ações se desenvolvem em um cotidiano trivial. E por isso não se encontram elencadas nas listas de filhos ilustres de sua terra, nem tampouco seus nomes constam nas teses e dissertações acadêmicas, porém, suas vidas cotidianas muito revelam sobre um tempo e lugar.

O modo como captei e me apropriei das memórias das professoras teve no referencial metodológico da história oral o melhor caminho encontrado. De acordo com as análises realizadas por Verena Alberti (2005) e Antonio Torres Montenegro (2010), tal metodologia possibilita a pesquisa, mediada pelos processos de rememoração do passado pelo sujeito que viveu. Deste modo, a fecundidade dessa metodologia está exatamente na possibilidade de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares. Aqui, torno a dizer que todas as entrevistas se encontram armazenadas, transcritas e analisadas de acordo com o modelo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), atualmente coordenado por Verena Alberti.

Na minha caminhada por esse labirinto em busca das práticas educativas necessitei da luz dos conceitos de “cultura escolar” de Dominique Julia (2001) e de “práticas escolares” de Faria Filho e Vidal (2004). Tais conceitos me deram estrutura para analisar o prescrito e o vivido, pois aqui foi preciso considerar a constituição da cultura escolar, enquanto um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar. Deste modo, para além de considerar os decretos, regulamentos, pareceres, leis e diários de classe que deram forma aos dispositivos legais do ensino escolarizado, adentrei pelos modos como esses conhecimentos

foram ensinados e as condutas foram inculcadas. Assim, a cultura escolar permite para além do que revelam os textos normativos, a compreensão de práticas escolares que emergem no funcionamento interno e cotidiano de cada instituição educativa. A preciosidade do conceito de práticas escolares reside na importância de entender as práticas produzidas pelos sujeitos no seu dia-a-dia escolar e que, por sua vez, também os produzem. Tais práticas são plurais e entre mudanças e permanências manifestam uma cultura de rebeldia e adaptação negociada entre os sujeitos que ditam e os que fazem a escola.

Aqui torno a dizer que não existe sujeito sem lugar. E aqui reafirmo que têm razão as palavras de Bosi, quando afirmou que as lembranças se sustentavam nas pedras da cidade. Por isso, a necessidade de apresentar o surgimento da cidade de Umbaúba. Assim como os ensinamentos das professoras me guiaram nos caminhos do labirinto, o riacho da Guia, local onde nasceu a cidade, orientou os tropeiros que buscavam caminhos entre as cidades de Cristinápolis/SE e Itabaianinha/SE. E por entre as retas, os contornos, as curvas e acidentes geográficos o riacho da Guia, com suas águas límpidas, serviu para matar a sede dos que por ele passaram, como também daqueles que ficaram e, posteriormente, tornaram-se os primeiros moradores do povoado, que mais tarde se transformou em vila e tempos depois em cidade. Este foi o lugar onde nasceram e atuaram minhas personagens.

Talvez unidos pelo destino, fui um dia aluno e elas minhas professoras, e agora sou pesquisador e elas sujeitos pesquisados. Por isso, digo que se trata de uma história em comum, pois suas trajetórias de vida se confundem/entrelaçam com o mesmo lugar. Assim, busquei evidenciar os aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, socioculturais e educacionais da cidade de Umbaúba, com o propósito de compreender como se compôs o campo educacional do município e, para tanto, segui os rastros deixados pelo pó dos documentos oficiais, tanto das esferas federal e estadual quanto da municipal. Tais fontes me permitem dizer que a institucionalização da educação de Umbaúba aconteceu no período de 1955 a 1989, e estive em consonância com a LDB 4.024/61 e a Lei 5.692/71, pois há evidências da configuração do campo educacional nesses documentos, bem como há indícios do desenvolvimento da área educacional nas narrativas das professoras, objeto deste estudo, seja nas Escolas Isoladas, seja nas Escolas Rurais, seja ainda nos Grupos Escolares.

As Escolas Isoladas em Umbaúba se constituíam de uma sala com mesa e bancos e eram sediadas nas residências dos grandes proprietários de terra. Em tais escolas havia a permanência de volumosas turmas multisseriadas e improvisos na materialidade escolar, pois contavam apenas com poucos investimentos em sua infraestrutura material e arquitetônica. Deste modo, quer pelas narrativas, quer pelos documentos oficiais, posso conjecturar que

nessas escolas, grosso modo, um só professor ministrava todos os conteúdos no mesmo horário e no mesmo local, mesmo que houvesse diferentes patamares de aprendizagem e de anos de escolarização dos alunos.

Percorrendo em diferentes corredores embarquei em várias fontes, porém, privilegiei, em partes, as lembranças, as recordações, os lugares de memórias, as fotografias e as leis municipais, para mostrar, trazer à tona, a composição das Escolas Rurais existentes no município de Umbaúba nas décadas de 1960 e 1970. Fiz esta leitura a partir das narrativas das professoras entrevistadas, das leis e das fontes iconográficas encontradas nos arquivos, quase que esquecidos, da Secretaria Municipal de Educação. Assim, foi possível entrelaçar tais fontes às recordações e observar que no final da década de 1960 e durante a década de 1970, foram construídas várias Escolas Rurais nos povoados do município em estudo. Essas escolas, por sua vez, eram constituídas de uma sala de aula multisseriada, um pequeno pátio coberto e ao lado um cômodo que servia como residência da professora, obedecendo assim o modelo arquitetônico que perdurou no País.

Neste mesmo percurso, percorri caminhos do labirinto que me levou em direção aos Grupos Escolares “Dr. Antonio Garcia Filho” e “Adelvan Cavalcante Batista”, edificadas nos anos de 1963 e 1970 respectivamente, ainda no auge do ideal educacional escolanovista. Foram nesses Grupos Escolares que uma parte das professoras antes mencionadas participou/contribuiu com a institucionalização da educação primária umbaubense, e outra parte, oriunda das Escolas Isoladas e Rurais, continuou a desenvolver a atividade de ensinar várias gerações nestes estabelecimentos. Tais grupos contribuíram para a dignificação do cidadão umbaubense, produziram práticas, consolidaram condutas e mentalidades, seja nas salas de aulas, nos pátios, nos corredores, estes monumentos da República foram, em Umbaúba, artífices da civilização, do civismo e dos valores morais vivenciados por todo município.

Assim, foi possível firmar o cenário educacional umbaubense e entender que as práticas escolares sempre enfatizaram o ufanismo pela pátria, como também pude identificar a universalização do saber no referido cronótopo, pois as leis municipais registram várias construções, implementações e edificações de escolas tanto na sede do município, quanto nos povoados mais longínquos da base territorial, na tentativa de aproximar o cidadão comum, simples, ou seja, os “vistos de baixo” de um saber escolarizado. Esta escolarização foi contemplada pelo viés de um modo de educar, de uma prática escolar que foi constituída pelas professoras que atuaram em um determinado tempo e lugar e fizeram construir as suas trajetórias de vidas.

Então, fiz conhecer as trajetórias das professoras: Risoneuma Soares Feitosa, Janete Aguiar de Souza Cruz, Maria Lita Silveira, Maura Fontes Hora, Acinete Almeida Bispo, Maria Isabel dos Santos e Josefina Batista Hora, pois suas narrativas são reveladoras de si, de uma cultura escolar e das práticas escolares que foram experienciadas/vivenciadas nas escolas de Umbaúba no período de 1955 a 1989. Desta feita, à medida que eu percorria os caminhos labirínticos, me deparei com outro labirinto: o da trajetória de vida das professoras e, ao refazer os contornos, curvas e sinuosidades, construí suas biografias que muito indiciam sobre um tempo e um lugar demarcado pela institucionalização da educação de Umbaúba. A subjetividade e as emoções apresentadas nas narrativas foram pontos balizadores para entender e historiografar como se compôs o campo educacional umbaubense. Diante das evidências encontradas nas narrativas, através dos olhares, dos fatos, dos testemunhos, pude refletir sobre o espaço temporal estudado. Tal reflexão me conduziu a análises mais sintéticas, pois por entre os caminhos percorridos tive a possibilidade de cruzar os sentimentos, as emoções, os fatos com os documentos oficiais. Neste momento descortinava-se uma história quase que oculta para mim e para a História da Educação: As leis municipais. Elas serviram de fio condutor que demarcou este caminho e, por alguns instantes, fizeram-me pensar que estava próximo da saída do labirinto.

Então, ao vislumbrar essa saída, encontrei na legislação municipal informações que careciam de análises, pois o compêndio de leis dispostas, de forma desordenada, nos anais da Câmara Municipal de Vereadores, dizia muito sobre a constituição do campo educacional. Tive, pois que enveredar por outros caminhos do labirinto, desta feita acompanhado pelo pó dos documentos, porém ainda nutrido pelas memórias/lembranças das minhas personagens. Eis que encontrei informações datadas de 1955 a 1989 que versam sobre a educação municipal. Tais leis foram essenciais para confirmar o narrado/vivido/experenciado, presente nas biografias das professoras, com o acontecido no município de Umbaúba no período de 1955 a 1989. Assim, pude então entender e historiografar sobre as políticas públicas educacionais, bem como as edificações e manutenção das Escolas Isoladas, Escolas Rurais, Grupos Escolares. Vejo, então, outro caminho a ser percorrido no labirinto: os modos de escolarização de Umbaúba, que para entendê-los analisei os documentos oficiais das escolas, da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal e os modos lembrados pelas professoras. Encontrei, pois, caminhos que me levaram a refletir sobre as práticas escolares e a cultura escolar do tempo e do espaço estudado.

Assim, deixei-me conduzir pelas memórias e pelas lembranças das professoras, sujeitos dessa pesquisa, bem como pelos fios da legislação, tecidos pelo poder Legislativo e



Executivo federal, estadual e municipal, para vislumbrar os modos de educar e as práticas escolares utilizadas pelas docentes nas escolas do município de Umbaúba no período de 1955 a 1989. Ao adentrar pelos corredores do labirinto, pude cruzar as memórias com os documentos e entender com mais precisão como se processou a escolarização da educação umbaubense, pois os ecos das lembranças presentes nas narrativas trouxeram evidências do desenvolvimento da cidade, dos modos como eram celebrados os estudos, das práticas escolares. Tais lembranças possibilitaram-me também relembrar que foi com elas que aprendi a ler, escrever e contar. Estes e outros aspectos me ajudaram a perceber a cultura escolar enquanto objeto histórico.

E na longa caminhada deste labirinto, despertou-me o interesse por analisar as normas estabelecidas no cotidiano das escolas de Umbaúba. Nesta análise pude avaliar o trabalho docente e identificar o papel que cada professora desempenhou ao ministrar as disciplinas Português, Estudos Sociais, Matemática, Ciências, Moral e Cívica, Religião e Educação Física ao longo do tempo escolar. Neste percurso, eis que encontrei curvas e corredores que se tornaram obstáculos: uma “esfinge” no caminho! Tive então que decifrar, entender e seguir adiante para compreender como eram administrados a ordem escolar, a disciplina dos corpos, os castigos, a organização curricular. Propus-me a entender a cultura escolar considerando-a como trocas culturais, que estavam ligadas há um tempo e num espaço histórico. Assim, minha atenção, meu olhar e meu sentido foram mirados para além das narrativas das professoras, pois encontrei, ao longo do caminho, diários de classe, atas de reuniões de pais e mestres, ficha de matrícula, boletim de aluno, livro de registro de matrícula e fotografias que, unindo-as às narrativas, definiram o conjunto de normas, condutas e ensinamentos que foram inculcadas em várias gerações da sociedade umbaubense.

As normas e práticas que pude analisar permitiram-me verificar que a transmissão dos conhecimentos e incorporação dos comportamentos, nos Grupos Escolares “Garcia Filho” e “Adelvan Cavalcante”, têm origem nos intercâmbios culturais normatizados pela legislação educacional e os vivenciados na escola, os quais, por sua vez, deram significados aos comportamentos dos docentes e discentes. Nesta análise privilegiei as finalidades sociais, políticas e religiosas, com o propósito de entender as práticas escolares, respeitando o tempo e o espaço. Desta forma, foi possível, pois, perceber que as escolas do município de Umbaúba guardam um conjunto de especificidades e de semelhanças que as diferem/igualam umas das outras, pois os modos de interiorização de comportamento nos pátios, nos corredores, nas salas de aula e no recreio guardam uma cultura escolar própria, específica, que muitas vezes, como assevera Julia (2001) apresenta também uma relação com as culturas familiares.

Ao analisar as singularidades próprias das escolas e das famílias umbaubenses, pude operar historiograficamente pelas lentes de Vidal e Faria Filho (2000) e perceber que há infinitas possibilidades de fazer e do fazer-se professor tanto da escola, quanto no convívio com seus pares. Assim, busquei entender a separação das disciplinas, dos tempos, das atividades e dos níveis de aprendizagem. Neste mesmo trajeto, considerei o material didático utilizado, bem como o mobiliário que compunha as Escolas Isoladas, as Escolas Rurais e os Grupos Escolares. Tal observação me conduziu, mais uma vez, a uma reflexão sobre os vários câmbios culturais estabelecidos entre as professoras no decorrer do exercício cotidiano da docência. Foi assim que a professora Maria Lita Silveira aprendeu com a professora Maura Fontes Hora e a professora Risoneuma Soares Feitosa aprendeu com a diretora e professora Janete Aguiar de Souza Cruz.

Ao continuar percorrendo esse labirinto, reencontro os fios deixados por minhas professoras: seus conhecimentos, lembranças, memórias e esquecimentos que me guiaram novamente e me fizeram encontrar as imagens das escolas em que estudei e nas quais atuaram essas professoras. No entanto, precisei desatar “nós”, desenrolar fios e refazer os caminhos para demarcar as instituições educativas, as instalações escolares e a sua materialidade; os métodos de ensino; o propósito de civilizar pelas disciplinas escolares; os exames e comemorações cívicas; a disciplina dos corpos pelos uniformes; a religiosidade como modo de educar e, por fim, os castigos, a inspeção e a ordem do ambiente escolar. Minha caminhada perseguiu um conjunto de elementos que, juntos e por suas peculiaridades, deram forma e me fizeram entender a cultura escolar, pela ótica de quem as implementou.

Agora estou mais próximo da saída, pois seguirei os fios deixados pelas “Ariadnes” aqui personificadas por minhas primeiras professoras. Sinto-me um “Minotauro” fortalecido, pois, munido das fontes, pude vislumbrar os métodos de ensino, as lições de coisas, a pedagogia do olhar, as experiências, as vivências, as trajetórias de vida na escola que constituíram verdadeiras e específicas práticas escolares em Umbaúba no cronótopo estudado. Então, a partir de agora, depois de fazer uma viagem no campo investigativo da História da Educação, em específico de Umbaúba, cumpro com meu objetivo de compreender como se constituíram os modos de educar do referido tempo e território. Nessa viagem, além da companhia das memórias das professoras, dos documentos oficiais e das fotografias, me apropriei de conhecimentos dos teóricos antes mencionados, para responder ao pressuposto por mim levantando.

Eis que dou os últimos passos rumo à saída do labirinto e isso porque pude compreender como se constituíram os modos de educar das professoras do município de

Umbaúba/SE no período entre 1955 e 1989. Ao atentar para a pergunta da “esfinge”: Como se configurou a educação escolar em Umbaúba/SE? ; respondi: a educação escolar foi institucionalizada pelas professoras: Acinete Almeida Bispo (80 anos), Janete Aguiar de Souza Cruz (72 anos), Josefina Batista Hora (83 anos), Maria Isabel dos Santos (82 anos), Maria Lita Silveira (76 anos), Maura Fontes Hora (79 anos) e Risoneuma Soares Feitosa (69 anos) – coincidentemente minhas professoras – pois eram essas que estavam atuando nas escolas criadas no município de Umbaúba, fundado em 1954.

Deste modo, o conjunto de intenções que trazia o meu trabalho e o meu percurso atinge o corredor de saída. O pressuposto anteriormente levantado de que a institucionalização da educação escolarizada na cidade de Umbaúba contou com a imprescindível participação das professoras, foi constatado através da pesquisa, uma vez que elas foram partícipes, pois nos momentos de criação, reformas, denominação e expansão das diferentes modalidades, estavam no exercício da docência, sendo, pois, sujeitos principais para a edificação do campo educacional do município de Umbaúba. Isso porque foi através das suas práticas educativas que a cultura escolar moldou comportamentos e inculcou conhecimentos em gerações de estudantes de uma cidade nascida nos idos de 1954.

Eis que chego ao fim desta viagem! Do que busquei, encontrei indícios e evidências, ora nas narrativas, ora nos documentos oficiais, ora nas fotografias. Vejo agora o horizonte de entendimento e compreensão, tendo a certeza de que só pude vê-lo porque “encontrei” minhas professoras. “Encontrei” nas salas de aula, encontrei nas ruas de Umbaúba, nas memórias da educação, nas “pedras da cidade”, nas minhas lembranças e acima de tudo nas páginas da História da Educação de Sergipe, hoje dadas a ler.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Horácio de, (1978). **História da Paraíba**. 2. ed. 2 vols. João Pessoa, Universitária – Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Documentos Paraibanos).

AVILA, Virginia Pereira da Silva de. Sobre relógios e tempo escolar: ritos, rituais e rotinas. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola**: espaços e lugares de construção da cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

BARRETO, Luiz Antonio. **Cultura no interior ou núcleo de saber local**. Disponível em: <[http://www.infonet.com.br/luisantonio\\_barreto/ler.asp?id=118198&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantonio_barreto/ler.asp?id=118198&titulo=Luis_Antonio_Barreto)>. Acesso em: 22 fev. 2012.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Raphael Samuel e a história local**. PPED/UNIT. 2014 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Raylane Andreza Dias Navarro. **Fundamentos antropológicos e sociológicos** – Aracaju: Graf. Unit, 2010.

\_\_\_\_\_. Raylane Andreza Dias Navarro; MESQUITA, Ilka Miglio de; SANTOS, Laísa Dias. **História Oral**: metodologia constitutiva de narrativas históricas. In: Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 5, n. 8, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Laísa Dias; SANTOS, Luzianne de; SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Por uma história da profissão docente vista de baixo**: modos de educar, práticas escolares e cultura escolar no território Sul Sergipano (1930-1950). Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

BARROSO, João. **Políticas educativas e organização escolar**. Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.) **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo/RS: EDIUPF.

BERTUCCI, Liane Maria. FILHO, Luciano Mendes de Faria. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Edward P. Thompson**: história e formação – Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembrança de velhos. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro**. Capítulo introdutório do livro *A escrita da História: novas perspectivas* / Peter Burke (Org.); trad. de Magda Lopes – São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **As luzes da educação**: fundamentos, raízes históricas e práticas das Aulas Régias no Rio de Janeiro, p. 183, 1759. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CASTORIADES, Cornelius. **Feito e a ser feito**. As encruzilhadas do labirinto V. Tradução de Lillian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998, p. 102.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexão sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. n. 2. 1990, p. 177-229.

CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda. (orgs.). **A leitura de imagens e a pesquisa social**: História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 22.

CLEMENTE, Ivanete de Jesus. **Expansão e desenvolvimento urbano da cidade de Umbaúba 1954 - 2001**. Monografia apresentada ao curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

CORSETI, Berenice. **Controle e ufanismo**: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da escola primária e da Educação Física no Brasil: alguns apontamentos. In: SOUSA, Eustáquia; VAGO, Tarcísio (Org.) **Trilhas e partilhas**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio PAULILO, André Luiz; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FAVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular, educação popular**: Memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios sergipanos**, Gráfica Adolfo. Frejat. 1959.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI Verena. **História oral**: desafios para o século XXI – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casade Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2000.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2 ed. revisada. São Paulo: Perspectiva S.A, 1999.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932**. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOODSON, Ivar F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta e Hamilton Francischetti, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escolarização da infância catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

HUTTENBERGER, Peter. “Überlegungen zur Theorie der Quelle”, In: BERND-A. Rusinek; VOLKER Ackermann & Jörg Engelbrecht (Org.). **Einführung in die Interpretation historischer Quellen**. Schwerpunkt: Neuzeit. Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1992.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2007.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio de fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998, p. 44.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, v. 25, n. 2, jul-dez. 2000.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular: introdução à fotografia**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAZONI, Anna Rachel Mendes Gontijo. **Corpo e movimento no cotidiano de uma escola “Plural”: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: contexto, 2010.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para uma reflexão acerca da escola primária republicana em Sergipe (1889-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa de Fátima; PINTO, Rúbia-Mar Nunes (Org.). **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Educação Pública e o controle religioso: o caso dos grupos escolares de Tamgará da Serra-MT. In: SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo (Org.). **Revisitando a história da escola primária**: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Campinas, SP: [s.n], 2005.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

RAMOS, A. Através de Revistas e Jornais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 454-567, dez. 1944.

RIBEIRO, Ivanir; SOUZA, Luani de Liz. Corpos escolares, leitura e imagens: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1964 a 1985. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY, Marília Gabriela (Org.). **Objetos da Escola**: espaços e lugares de construção da cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SAMUEL, Raphael. Documentação História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, nº 19, pp. 219-243, set. 89/fev.90.

\_\_\_\_\_. **Teatros de Memória**. In: Projeto História – Nº 14. São Paulo: EDUC, 1997, p. 41-81.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: Edunesp, 1992.

SOUZA. Elizeu Clementino de. (Auto) biografia, identidade e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. In: **Revista Fórum Identidades**, Ano 2, Volume 4 – p. 37-50 – julho dez de 2008.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A formação como processo de conhecimento: histórias de vida e abordagem (auto) biográfica. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Maice da Silva; ALVARENGA, Márcia S; MAURÍCIO, Lúcia Velloso – **Vozes da Educação**: memórias, histórias e formação de professores. Rio de Janeiro: DP et alli, 2008, pp. 85/102.

SOUZA, Rita de Cássia. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares**: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930) / Rita de Cássia de Souza – 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza; JANE, Soares de. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretativo. In: **O legado Educacional do Século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910).** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico.** Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Noberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização de ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)** – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.528, 3 v., 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria** – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Senhores & caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORGA, Miguel. **Labirinto.** In: Diário VII. Câmara ardente, 1962.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. **História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970).** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, abr.-jun. 2010. 519. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.



## FONTES

### Entrevistas

BISPO, Acinete Almeida. **Entrevista** concedida em 17 de agosto de 2012 a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

CRUZ, Janete Aguiar de Souza. **Entrevista** concedida em 28 de outubro de 2012 a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

FEITOSA, Risoneuma Soares. **Entrevista** concedida em 27 de outubro de 2012 a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

HORA, Josefina Batista. **Entrevista** concedida em 16 de setembro de 2012 a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

HORA, Maura Fontes. **Entrevista** concedida em 11 de fevereiro de 2012 a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

SANTOS, Maria Isabel. **Entrevista** concedida em 15 de setembro de 2011 a Joaquim Francisco Soares Guimarães, Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

SILVEIRA, Maria Lita. **Entrevista** concedida em 9 de agosto de 2012 a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em Umbaúba.

### Legislação

BRASIL. **LDB nº 4.024 de 20 de Dezembro 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de Agosto 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA- SE. **Lei nº 50, de 13 de Fevereiro de 1960**. Aumenta o vencimento dos professores municipais, e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA- SE. **Lei nº 52, de 20 de Fevereiro de 1961**. Reconhece de utilidade Pública, concede subvenção e dá Denominação as Escolas Municipais.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA- SE. **Lei nº 105, de 18 de Novembro de 1969**. Institui concurso de provas, para o provimento de cargos inicial, no quadro de funcionalismo da prefeitura de Umbaúba/SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA- SE. **Lei nº 107, de 17 de Fevereiro de 1970**. Autorizou o chefe do Poder Executivo assinar convênio com o Instituto

Diocesano de Estância “Colégio Estanciano” para estabelecer curso/Ginasial nesta cidade e abertura de Credito Especial.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA - SE. **Lei nº 141, de 26 de Abril de 1974.** Cria Biblioteca Pública Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA - SE. **Lei nº 162, de 27 de Abril de 1978.** Cria Órgão Municipal de Educação e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA - SE. **Lei nº 223, de 02 de Dezembro de 1986.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério do Ensino de 1º Grau e das outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA - SE. **Lei nº 233, de 19 de Abril de 1988.** Cria e Denomina oficialmente Escolas e dá outra providência.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UMBAÚBA - SE. **Lei nº 234, de 29 de Abril de 1988.** Autoriza o Poder Executivo Municipal assinar Convênio com a Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), e dá outras providências.

## ANEXOS

### ANEXO A – A Imbaúba, o riacho da Guia e minhas professoras

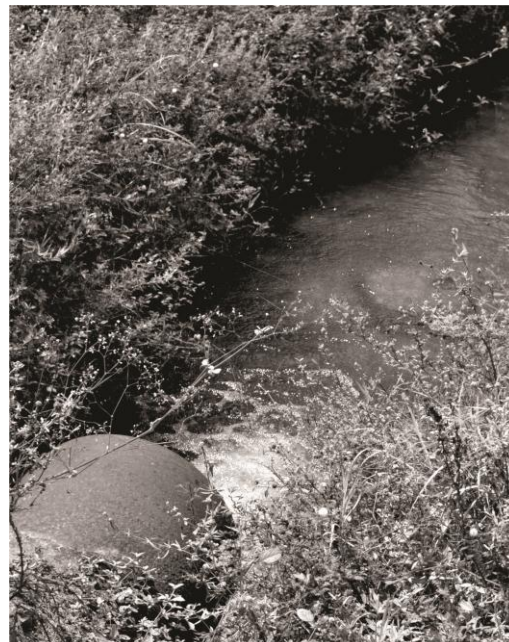
IMAGEM 01



**Árvore Imbaúba, símbolo da Cidade de Umbaúba.**

Fonte: Acervo particular de Ivanete de Jesus Clemente

IMAGEM 02



**Riacho da Guia – Localizado no povoado Dois Riachos.**

Fonte: Acervo particular de Ivanete de Jesus Clemente

IMAGEM 03



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe

IMAGEM 04



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe

IMAGEM 05

***Maria L. Silveira******Maura F. Hora******Maria Izabel dos Santos******Acinete A. Bispo******Risoneuma S. Feitosa******Janete A. de S. Cruz******Josefina B. Hora***

Fonte: Acervo particular das Professoras



## ANEXO B - Fachadas das Escolas Rurais do Município de Umbaúba na década de 1980

IMAGEM 01



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL DR. LOURIVAL BATISTA**  
POVOADO QUEIMADA GRANDE

IMAGEM 05



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL PEDRO F. DAS VIRGENS**  
POVOADO CALDEIRÃO

IMAGEM 09



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL MANOEL A. DE GOES**  
POVOADO CAMPINHOS

IMAGEM 02



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL FLORISVAL MACÊDO SILVA**  
POVOADO PALMEIRINHA

IMAGEM 06



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL MANOEL C. DAS VIRGENS**  
POVOADO ESTIVA

IMAGEM 10



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL DEOCLÉCIO DE GOES**  
POVOADO MATARONGOMES

IMAGEM 03



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL AURORA FARIAS FONTES**  
POVOADO TAUÁ

IMAGEM 07



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARIA DOS S. TORRES**  
POVOADO VITÓRIA

IMAGEM 11



**GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL ADELVAN C. BAPTISTA**  
CENTRO DA CIDADE DE UMBÁUBA

IMAGEM 04



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL TOBIAS BARRETO**  
POVOADO MATINHÁ

IMAGEM 08



**ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOAQUIM MACÊDO SILVA**  
POVOADO PAU AMARELO

IMAGEM 12



**AMPLIAÇÃO DO G. E. M. ADELVAN C. BAPTISTA**  
CENTRO DA CIDADE DE UMBÁUBA

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Umbaúba